

Nas Trincheiras da Flandres.

Os Cartaxenses do Corpo Expedicionário Português 1917-1919

Ana Carina Azevedo - Maria Manuel Simão

ANA CARINA AZEVEDO
MARIA MANUEL SIMÃO

Nas trincheiras da Flandres
Os cartaxenses do Corpo Expedicionário Português
(1917-1919)

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	5
PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	13
1. A I GUERRA MUNDIAL	16
1.1. Portugal: uma beligerância desejada pelo Governo	17
1.2. Um País dividido: apoio e oposição à guerra	20
2. PORTUGAL A CAMINHO DA GUERRA	26
2.1. Os expedicionários cartaxenses	34
3. A CAMINHO DA FLANDRES	48
3.1. O embarque no cais de Alcântara, Lisboa	48
3.2. O desembarque em Brest	65
3.3. As trincheiras	68
3.4. Os cartaxenses na frente europeia	73
4. VIVER NAS TRINCHEIRAS	78
4.1. Os cuidados de saúde.....	78
4.2. A disciplina no Corpo Expedicionário Português.....	87
4.3. Galardoar os actos e feitos praticados em campanha: condecorações, promoções e louvores	90
5. LA LYS: A GRANDE BATALHA DO CEP.....	98
5.1. Os cartaxenses em La Lys	103
6. OS PRISIONEIRO DE GUERRA.....	107
7. O REGRESSO A CASA	116
8. AQUELES QUE PERECERAM.....	127
9. A VIVÊNCIA DA GUERRA NO CARTAXO	131
10. SABEI QUE MAIS NOS DÓI O VOSSO ESQUECIMENTO DO QUE O QUE PASSAMOS POR CÁ: OS LOCAIS DE MEMÓRIA.....	138
NOTA FINAL	144
ANEXOS.....	147
COMBATENTES DO CONCELHO DO CARTAXO NO CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS – QUADRO SÍNTESE	153
ICONOGRAFIA	176
FONTES E BIBLIGRAFIA	188

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos aqueles que de forma institucional ou pessoal contribuíram para a realização deste livro;

À Câmara Municipal do Cartaxo, à Vereadora da Câmara Municipal Doutora Elvira Tristão, à Dr.^a Zelinda Pego, à Dr.^a Madalena Rebordão, à Doutora Ana Paula Pires, ao Mestre João Tavares, à Mestre Natividade Monteiro, ao Mestre Filipe Rato, ao Sr. Ricardo Francisco, ao Sr. Helder Manuel Arruda Claudina, ao Sr. Carlos Alberto da Silva Reis, ao Sr. Paulo Jorge Nunes, à Sr.^a Judite Botelho.

PREFÁCIO

Quando eclodiu a guerra na Europa a República portuguesa era um regime com uma população rural na sua maioria analfabeta (80%) incapaz de gerar paz social ou garantir a estabilidade política necessária à governação e onde, para além das divisões internas entre monárquicos e republicanos, continuava por cumprir a reorganização do exército, promulgada a 26 de Maio de 1911¹, apesar da República ter a noção clara que a sua transformação seria indissociável da sobrevivência do regime. A reforma assentava no princípio de que os exércitos permanentes eram “(...) instituições liquidadas”², por isso o dispositivo do novo exército republicano devia ser constituído por unidades espalhadas por todo o território, compostas por um núcleo profissional que perdia importância para dar lugar a exércitos milicianos que deveriam assentar num sistema de recrutamento, instrução e mobilização adequado. A reforma, feita contra a vontade do Exército, e apoiando-se numa população maioritariamente analfabeta, seria aniquilada pela eclosão da Grande Guerra.

A 3 de Agosto a Alemanha declarou guerra à França e invadiu o Luxemburgo, no mesmo dia Guilherme II enviou um ultimato à Bélgica. Afirmava-se então nas páginas do jornal *A Capital* que a guerra que eclodira na Europa, não admitia “(...) Estados neutros”.³ Portugal, aliado secular da Grã-Bretanha, não poderia declarar a neutralidade sem que a diplomacia britânica previamente o assentisse. No dia

¹ Cf. *Diário do Governo*, n. 9122 de 26 de Maio de 1911.

² *Idem*.

³ “A conflagração europeia: os alemães não só entram em França e ocupam o Luxemburgo, mas invadem a Bélgica e a Holanda. A situação geral na Inglaterra” in *A Capital*, 4 de Agosto de 1914, p.1. Ver também, Gomes da Costa, *Portugal na Guerra. A Guerra nas colónias 1914-1918*, Lisboa, Portugal-Brasil, 1925, p.12.

seguinte, quando a Alemanha declarou guerra à Grã-Bretanha *A Capital* noticiava que Portugal haveria de tomar “(...) em todas as circunstâncias, a atitude que “(...) lhe impuserem e que a sua honra, a sua lealdade e as suas tradições lhe indicarem”.⁴ *O jornal República*, afecto ao Partido Republicano Evolucionista afirmava no seu editorial que Portugal devia “(...) esperar numa calma expectativa o desenrolar dos acontecimentos”.⁵ A Grã-Bretanha tinha entrado na guerra ao lado da França, mas ao longo dos dois anos seguintes a posição de Portugal continuaria a não ser clara; no telegrama que enviou ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Sidónio Pais,⁶ então chefe da Legação de Portugal em Berlim, declarava em tom de desabafo: “A nosso respeito nada se sabe, mas os alemães pensam que, mais tarde ou mais cedo, teremos de participar na guerra, e calculam que tal participação não será a seu favor”.⁷ Portugal e a Grã-Bretanha encontravam-se unidos desde 1373 pelo tratado anglo-português, a mais antiga aliança diplomática defensiva do Mundo, o que obrigava o governo luso (um gabinete minoritário apoiado pelo presidente da República Manuel de Arriaga), a agir articuladamente com a monarquia britânica.

A 1 de Agosto de 1914, dia da declaração de guerra da Alemanha à Rússia, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de Andrade, telegrafou ao ministro de Portugal em Londres, Teixeira Gomes, pedindo-lhe para esclarecer junto do *Foreign Office* qual deveria ser a posição a tomar por Portugal perante o conflito. No dia seguinte,

⁴ “A conflagração europeia. Os alemães não só entram em França e ocupam o Luxemburgo, mas invadem a Bélgica e a Holanda. A mobilização geral em Inglaterra”, *A Capital*, 4 de Agosto de 1914, p.1.

⁵ Cf. “Viva a República Portuguesa!”, *República*, 4 de Agosto de 1914, p.1.

⁶ Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais (1872-1918), oficial de Artilharia, entrou para o Exército em 1888. Doutorou-se em Matemática na Universidade de Coimbra instituição onde ainda frequentou o curso de Filosofia.

A sua actividade política iniciou-se após a revolução de Outubro de 1910: desempenhou funções de presidente da Comissão Administrativa Municipal de Coimbra, foi deputado, senador e ministro.

Em Agosto de 1912 partiu para Berlim para ocupar o cargo de ministro plenipotenciário de Portugal, mas a projecção nacional só chegou cinco anos depois na sequência do golpe revolucionário de Dezembro de 1917, de que foi o principal rosto.

Foi assassinado na Estação do Rossio a 14 de Dezembro de 1918.

⁷ *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. As negociações diplomáticas até à declaração de Guerra, Tomo I, Lisboa, 1997, p.37.

Teixeira Gomes informava o chefe da diplomacia portuguesa que o sub-secretário de Estado Sir Eyre Crowe, entendia que Portugal se deveria manter neutral sem, contudo, o declarar.⁸ Vinte dias mais tarde, Bernardino Machado, decretou a organização e o envio de dois destacamentos mistos (artilharia de montanha, cavalaria, infantaria e metralhadoras) com destino a Angola e Moçambique.⁹ No preâmbulo do diploma o governo reconhecia a necessidade de “(...) nas actuais circunstâncias, serem devidamente guarnecidos alguns pontos das fronteiras Sul da província de Angola e Norte de Moçambique”.¹⁰ No total foram mobilizados 1525 homens para Angola e 1477 para Moçambique, o exército português tinha então pouco mais de trinta e um mil efectivos.

As tropas, transportadas no pacote inglês *Durham Castle*, partiram de Lisboa a 11 de Setembro e chegaram a Lourenço Marques a 16 de Outubro de 1914, em plena época das chuvas. A guarnição militar da colónia era diminuta e fracamente preparada, a maioria dos seus membros não tinha frequentado sequer uma escola militar. A este elemento havia que juntar, ainda, a falta de instrução militar das unidades mobilizadas, tanto para Angola como para Moçambique, bem como a pouca robustez física dos homens que as integravam, na sua maioria incapazes de suportar os efeitos do clima tropical. De resto, seriam muitos os homens a chegar a África já doentes, incapazes de resistir às terríveis condições de higiene vividas durante a viagem. Em Angola cerca de 21% dos efectivos mobilizados morreram antes de qualquer confronto com tropas inimigas. O primeiro incidente entre Portugal e a Alemanha em África tinha acontecido a 24 de Agosto de 1914 a norte de Moçambique, em Maziúta no Rovuma, quando o chefe do posto fronteiriço foi morto a tiro ao sair do quarto, surpreendido a meio da noite por forças alemãs vindas da vizinha África oriental.¹¹

⁸ Gomes da Costa, *Portugal na Guerra. A Guerra nas Colónias 1914-1918*, Lisboa, Portugal-Brasil, 1925, p.12.

⁹ *Ordem do Exército*, n.º 19, I Série, 21 de Agosto de 1914.

¹⁰ *Idem*.

¹¹ Palavras Claras. *Razões da intervenção militar de Portugal na guerra europeia. Relatório publicado no Diário do Governo n.º 9, 1.ª série de 17 de Janeiro de 1917*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1917, p.19.

No dia anterior o sub-secretário alemão para os assuntos externos ainda tentou, por intermédio do embaixador norte-americano em Berlim, conseguir a neutralidade dos Camarões, África Equatorial francesa, África Oriental alemã, Uganda, Niassalândia, uma parte da Rodésia e a África Oriental alemã, contudo a proposta seria recusada tanto por britânicos como por franceses.¹²

A 9 de Março de 1916 a Alemanha declarou guerra a Portugal, e a 24 de Maio, o ministro da Guerra, Norton de Matos publicou um decreto¹³ que ordenava o recenseamento militar a todos os cidadãos, sem excepção, com idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos. Foram então mobilizados o C.E.P. (Corpo Expedicionário Português) e o C.A.P.I. (Corpo de Artilharia Pesada Independente). O recrutamento foi realizado através da afixação de Editais do Governo e os quartéis de Viseu, Coimbra e Tomar foram os centros de instrução preliminar escolhidos.

A I Guerra Mundial gerou um movimento transnacional de pessoas único e criou amplas “zonas de contacto” que expuseram milhões de combatentes e não combatentes a novas ideias, práticas e tecnologias, criando novos espaços de encontro entre pessoas e culturas – entre colonizadores e colonizados.

Entre 1914 e 1918 soldados portugueses viajaram para África e para a Flandres e viveram na maioria dos casos a sua primeira e, muitas vezes, única viagem internacional, entre eles encontravam-se os 191 militares que partiram do Cartaxo rumo à Flandres ao longo do ano de 1917, as suas histórias são analisadas no estudo que a Câmara Municipal do Cartaxo agora edita. O trabalho de Ana Carina Azevedo e Maria Manuel Simão, permite-nos reconstruir os seus percursos descrevendo-nos as dificuldades sentidas logo após o desembarque em França e apontando os legados que esta participação deixaria registada não só nas respectivas famílias, mas também, até aos nossos dias, nas ruas e monumentos do Cartaxo.

Lisboa, 11 de Setembro de 2018
Ana Paula Pires

¹² Herbert Charles O'Neill, *The War in Africa and the Far East 1914-17*, Yardley, Welstholme Publishing, 2013.

¹³ Decreto n.º 2 407, *Diário do Governo*, I Série, n.º 102 de 24 de Maio de 1916.

“Os campos da Flandres”

*“Nos campos da Flandres crescem papoilas
Entre as cruzes que, fila a fila,
Marcam o nosso lugar;
(...)
Se traídes a fé de nós que morremos,
Jamais dormiremos, ainda que cresçam papoilas
Nos campos da Flandres.*

John McCrae in “Flandres Fields”, 1915

INTRODUÇÃO

*E aqueles que por obras valerosas
Se vão da lei da morte libertando;*

Luís de Camões, Os Lusíadas, Canto Primeiro, 2

Será que os cartaxenses que partiram para França, fazendo parte do Corpo Expedicionário Português em 1917, se enquadram neste excerto da estrofe de Luís de Camões?

A participação dos portugueses e nomeadamente dos 191 cartaxenses que do Cais de Alcântara partiram para França nos últimos dias de Janeiro de 1917, e que durante quase dois anos permaneceram no cenário de guerra, a maior parte do tempo nas trincheiras, é praticamente desconhecida hoje em dia, quer no Cartaxo, quer, nalguns casos, até pelos seus descendentes.

Ao escrevermos este livro pretendemos tirar do esquecimento e homenagear quer aqueles que não regressaram, quer os que tendo regressado, são hoje praticamente desconhecidos na terra em que nasceram ou que adoptaram como sua.

No Cartaxo um monumento evoca aqueles seus filhos, que durante a Primeira Guerra Mundial ficaram para sempre sepultados em França e que hoje repousam no Cemitério Português de Richebourg-L'Avoué.

Começaremos este livro fazendo a contextualização da entrada de Portugal na I Guerra Mundial. Em seguida debruçar-nos-emos sobre os 191 Cartaxenses que fazendo parte do Corpo Expedicionário Português entre 1917 e 1919 lutaram nas trincheiras da Flandres.

Entre 1917 e 1918 mais de sete mil militares do CEP estiveram presos em 81 campos de internamento e de trabalhos forçados na Alemanha, França e Bélgica. Falar-vos-emos daqueles cartaxenses

que tendo participado na Batalha de La Lys foram feitos prisioneiros e estiveram presos em alguns destes campos.

Também vos iremos referir, aqueles cartaxenses, que pela sua acção na Flandres levaram bem alto o nome do Cartaxo, tendo sido promovidos, louvados e condecorados.

Em suma, tentaremos trazer-vos:

“...Aquele português que nas horas difíceis tudo faz para maior glória da pátria e a quem muitos esqueceram, ...” Menezes Ferreira, *“João Ninguém Soldado da Grande Guerra. Impressões Humorísticas de 1917-1919”*, Lisboa, Serviços Gráficos do Exército, 1921 p. 14.

I. A I GUERRA MUNDIAL

O final do século XIX e início do século XX foram caracterizados por um período de paz. No entanto, esta era uma “paz armada” na medida em que começavam a esboçar-se alianças entre Estados que a viriam a colocar em perigo. Até ao início da I Guerra formam-se dois grandes blocos na Europa: a Triple Entente, constituída pela Rússia, Grã-Bretanha e França, e os chamados Impérios Centrais, encabeçados pela Alemanha e pelo Império Austro-Húngaro. Numa época de tensões profundas que assolavam o continente europeu e os respectivos territórios coloniais, este sistema de alianças tornou-se ineficaz para evitar a crise militar. No equilíbrio frágil que antecedeu a I Guerra Mundial qualquer incidente poderia conduzir a um conflito envolvendo múltiplos países. Esse incidente teria lugar a 28 de Junho de 1914, em Sarajevo, na tensa península balcânica, com o assassinato do herdeiro do trono austro-húngaro, o arquiduque Francisco Fernando.

Apesar de constituir um acto isolado, o Império Austro-Húngaro responde ao assassinato no mês seguinte declarando guerra à Sérvia. Esta resposta iria activar o sistema de alianças dando lugar a uma sucessão de declarações de guerra durante o mês de Agosto de 1914 que transformariam este incidente numa guerra de cariz europeu. De facto, quatro dias depois a Alemanha declararia guerra à Rússia e ordenaria a mobilização total, estendendo a ameaça também sobre a França no dia 3 de Agosto. Perante esta intimação dos Impérios Centrais sobre os seus aliados, a Inglaterra organiza a mobilização das tropas e, no dia 4 de Agosto, declara guerra à Alemanha e ao Império Austro-Húngaro. No dia seguinte, este declararia guerra à Rússia, obtendo resposta dos seus aliados nos dias 10 e 12 de Agosto, com a declaração de guerra da França e da Grã-Bretanha.

Progressivamente, os países aliados de cada um dos blocos iriam, igualmente, perfilar-se no conflito, fazendo com que este adquirisse proporções mundiais. Na Europa, os únicos países que manteriam a neutralidade durante todo o período da guerra seriam Espanha, os Países Baixos, a Suíça e a zona da Escandinávia.

1.1. Portugal: uma beligerância desejada pelo Governo

Com a eclosão da guerra, torna-se claro para o Governo português que o país tinha interesse em lutar ao lado dos Aliados contra a Alemanha. De facto, a beligerância permitia atingir vários objectivos, a nível interno e externo, que possibilitariam a Portugal beneficiar da sua participação num conflito em solo europeu.

Em primeiro lugar, encontrava-se a defesa das colónias portuguesas em África, alvo de interesse económico e estratégico por parte de grandes potências, entre as quais a França, a Inglaterra e a Alemanha. Na verdade, já em 1898 e em 1912-13 a Inglaterra e a Alemanha tinham negociado entre si, de forma secreta, a partilha das colónias portuguesas. Da mesma forma, durante a I Guerra Mundial, também a França, a Bélgica e a Itália se interessaram pelo destino dos mesmos territórios. No entanto, os maiores perigos vinham da parte da Alemanha e da Inglaterra. A primeira havia atacado militarmente alguns territórios coloniais e sublevado as populações indígenas contra a soberania portuguesa, enquanto a segunda desejava utilizar as colónias portuguesas como apoio à guerra em África. De facto, segundo Nuno Severiano Teixeira¹⁴, a resistência da Inglaterra à entrada de Portugal na beligerância encontrava-se relacionada com o facto de esta pretender evitar pretensões territoriais portuguesas no pós-guerra, tentando, igualmente, evitar compromissos de forma a poder usar as colónias nas negociações posteriores.

Apesar da defesa das colónias não ser o único objectivo da entrada portuguesa na guerra, esta acaba por constituir um importante factor de mobilização da sociedade. Entrar na guerra ao lado dos

¹⁴ SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno, "Portugal na "Grande Guerra" 1914-1918: as razões da entrada e os problemas da conduta" in *Portugal e a Guerra. História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais (sécs. XIX-XX)*, Lisboa: Colibri, 1998, p.57.

Aliados e, sobretudo, a convite da Inglaterra, era uma garantia contra as pretensões territoriais alemãs no sul de Angola e no norte de Moçambique e contra as pretensões britânicas de utilização destes territórios nas negociações de paz. No entanto, este objectivo não implicava a beligerância activa nas operações europeias. Na verdade, as várias escaramuças ocorridas em África não conduzem à quebra das relações diplomáticas entre a Alemanha e Portugal, tendo terminado sensivelmente em 1915.¹⁵

Mas a participação de Portugal na guerra possibilitaria, também, o prestígio internacional do país e a conquista de um lugar no concerto das nações. Era, no entanto, necessário, para uma participação activa na futura conferência de paz, que o apoio à Grã-Bretanha não se limitasse aos territórios coloniais, mas se desenvolvesse também no palco europeu. Além disso, na Europa, outro perigo ensombrava o País: a vizinha Espanha e a sua paulatina aproximação a Inglaterra. De facto, no início do século XX, a Inglaterra havia encetado uma aproximação a Espanha que enfraquecia a Aliança luso-britânica e reduzia as garantias de segurança da soberania portuguesa. Este perigo torna-se ainda mais claro quando a Inglaterra avisa Portugal de que garantiria a protecção das costas e das colónias portuguesas, mas não a sua fronteira terrestre. Estas questões terão levado João Chagas a referir:

“ (...) o inimigo de Portugal nesta guerra é a Inglaterra. (...) A nossa participação na guerra não tem outro objectivo que não seja este: sobreviver ao lado dos ingleses”.¹⁶

Nesta lógica, a estratégia da beligerância afastava das fronteiras do Portugal europeu o perigo espanhol. Com a entrada na guerra, Portugal enfraqueceria a aproximação hispano-britânica, reforçaria a Aliança luso-britânica e afirmaria a sua preponderância na Península Ibérica, garantindo o lugar de interlocutor no quadro peninsular.

¹⁵ MEDEIROS FERREIRA, José, “Para uma nova leitura da entrada de Portugal na Grande Guerra” in *Cinco Regimes na Política Internacional*, Lisboa: Presença, 2006, pp.40-41.

¹⁶ CHAGAS, João, *Diário*, volume II, Lisboa: Rolim, 1986, pp.276-277.

No seu Diário, João Chagas afirma, logo em 1914:

“ (...) Espanha tornar-se-á no último país da Europa e, do lado de cá da negra península, aparecerá uma zona de claridade que somos nós. E a nossa autonomia será um facto não mais discutido e nunca mais ousará Espanha voltar os seus olhos cobiçosos em direcção a nós. A nossa participação na guerra é um novo Aljubarrota (...)”.¹⁷

Também esta tese não implicava a beligerância, podendo Portugal continuar a prestar os mesmos serviços aos Aliados com a vantagem de um novo estatuto diplomático.

Existia, no entanto, um outro motivo que levava Portugal a pretender a beligerância e que se prende com a consolidação e a legitimação nacional do regime. De facto, a República falhara na integração de todos os portugueses, talvez pelo facto de ter impedido o acesso à participação política a sectores importantes da sociedade, como os monárquicos e os movimentos operário e sindical. Estes grupos ameaçavam a República através de alterações da ordem pública e tentativas revolucionárias, privando o novo regime da legitimidade nacional. Uma ameaça externa surgia, assim, como uma forma de unir todas as facções em torno de um objectivo nacional, de um inimigo comum. Idealmente, durante a guerra, a necessidade de união iria suspender as clivagens políticas e ideológicas em prol da unidade de todos os portugueses em torno de um governo nacional. Como refere António Telo¹⁸, o Governo republicano esperava que a entrada de Portugal na guerra refizesse o “bloco do 5 de Outubro”, no qual seriam agora incluídos todos os portugueses numa nova unidade gizada em torno do patriotismo. Desta forma, o Partido Democrático reforçar-se-ia, neutralizando os opositores e legitimando o seu projecto intervencionista.

Além disso, o idealismo republicano pretendia, ainda, associar a causa dos Aliados aos valores presentes no 5 de Outubro, sendo que a intervenção militar na Europa permitiria legitimar de forma simbólica a jovem República implantada três anos antes. De facto, numa Europa

¹⁷ CHAGAS, *op. cit.*, volume I, pp.374-376.

¹⁸ TELO, António José, *Primeira República I. Do sonho à realidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2010, p.300.

de Monarquias, Portugal era, juntamente com a França e a Suíça, um dos únicos regimes republicanos no Velho Continente cuja acção entraria, após a vitória, para o leque dos grandes feitos militares da História portuguesa.

1.2. Um País dividido: apoio e oposição à guerra

A unidade nacional, porém, dificilmente surgiria. Desde o início do conflito o apoio à guerra partilharia terreno com uma forte corrente antiguerriista, sendo visível uma cisão na sociedade portuguesa que opunha, grosso modo, intervencionistas e não intervencionistas.

Ainda que, grosso modo, a população urbana e republicana manifestasse simpatia pela causa dos Aliados, os apoiantes da beligerância representavam apenas uma parte relativamente pequena da sociedade da época. Apesar de parte da imprensa apresentar os opositores à guerra como apoiantes dos Impérios Centrais, a maioria dos antiguerriistas simpatizava com a causa aliada, porém não se encontrava de acordo com a participação portuguesa no teatro de guerra europeu. Da mesma forma, a maioria dos cidadãos não estava disposta a lutar e parte do oficialato considerava que o Exército estava a ser usado para fins políticos.

O esforço desenvolvido pelos intervencionistas para explicar a importância da entrada de Portugal no conflito atesta a renitência sentida na época, daqui decorrendo as várias “conferências patrióticas” realizadas e, principalmente, a forte campanha feita a nível dos jornais. No entanto, a campanha guerrista foi insuficiente pois, sendo efectuada principalmente nos centros urbanos, deixou de fora as massas que mais reticentes se encontravam em relação à sua participação na guerra. Além disso, esta teria de enfrentar uma campanha contrária à guerra que acabava por ser, também, muitas vezes, contrária à República.

O Partido Democrático de Afonso Costa é aquele que mais defende a estratégia de participação na guerra de modo a atingir os objectivos anteriormente mencionados. Mas mesmo dentro deste partido existem vozes discordantes em relação à estratégia seguida. Também o Partido Evolucionista aceita a estratégia intervencionista e aposta no governo de “União Sagrada” do qual, porém, se retiraria em 1917. De facto, mesmo quando o governo de Bernardino Machado

demonstra a intenção de intervir no conflito apenas quando a Inglaterra o solicitasse, muitos Democráticos e Evolucionistas defenderam que Portugal deveria forçar uma intervenção, para que a Inglaterra fosse obrigada a aceitar o auxílio português em pé de igualdade com as outras potências.¹⁹

No lado do anti-intervencionismo encontra-se o Partido Unionista de Brito Camacho que, apesar de se afirmar contra a guerra não era contrário à causa aliada. Para ele, no caso de a entrada na guerra ser inevitável, Portugal deveria fazê-lo em África e não na Europa, sendo que a sua posição pode ser vista como uma atitude de cautela, mas também, como uma forma de oposição ao Partido Democrático. No entanto, este entende que, apesar de tudo, os compromissos internacionais de Portugal para com a Inglaterra não deveriam deixar de ser cumpridos. De facto, afirmaria em 1916:

“ (...) Empenhamos os máximos esforços para que à Inglaterra se desse o que ela nos pedia; mas tão somente o que ela nos pedia e procedendo assim cumprimos honradamente o nosso dever de cidadão português”.²⁰

Quanto ao Partido Socialista, apesar de ideologicamente ser contrário à guerra, acaba por apoiar a estratégia do Partido Democrático como forma de se manter “fiel aos seus deveres e direitos” e para que Portugal pudesse “honrar os seus compromissos”²¹, defendendo, igualmente que aceitaria a participação de Portugal na Guerra desde que esta fosse solicitada pela Inglaterra. De facto, a corrente socialista era, em grande, medida apoiante dos aliados, sendo que a minoria antiguerrista apresentava pouca influência.²²

¹⁹ OLIVEIRA MARQUES, A. H., *História de Portugal*, vol. III: das Revoluções Liberais aos nossos dias, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991, pp.250-251.

²⁰ Brito Camacho in *A Lucta*, n.º 3671, 10 de Março de 1916. Citado por Maria Alice Samara in *Sob o signo da guerra. «Verdes» e «vermelhos» no conturbado ano de 1918*, Tese de mestrado em História dos Séculos XIX e XX, secção do século XX, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2001, pp.33-34.

²¹ *Diário das Sessões do Congresso da República*, 2.º legislatura, sessão legislativa 1, n.º 9, 10 Março 1916.

²² TELO, *op. cit.*, p.304.

Neste ponto, é importante referir o papel desempenhado pelo cartaxense Francisco José Pereira, deputado pelo Partido Democrático pelo Círculo de Santarém que participou, em Julho de 1917, na sessão secreta da Câmara dos Deputados na qual o Governo de Afonso Costa foi interrogado sobre a participação de Portugal na guerra. Na sessão de 31 de Julho apresenta-se, na esteira do Partido que representa, como um apoiante da política guerrista do Governo, como é possível verificar no seguinte excerto que foi encontrado no seu espólio pessoal:

“ (...) Está Portugal em guerra com a Alemanha, guerra declarada desde março de 1916, guerra positiva desde fins de 1914, desde que em África sangue português foi vertido em luta aberta ou traiçoeira com os súbditos do Kaiser.

Apesar d’isso há ainda em Portugal, germanófilos isto é amigos da Alemanha, que por processos os mais variados, procuram toldar a nossa acção, enfraquecer o nosso animo, exaltando o poder do inimigo, depreciando ou amesquinhando a justiça, o direito, a razão, porque todos os povos aliados se batem contra os impérios centrais. Este procedimento que não é exagero classificar de indigno, fundamenta-se em diversas razões, mas uma é a verdadeira é a reacção contra o espírito liberal, democrático, que domina hoje todos os Estados modernos, (...)

Em Portugal, a jovem República debatendo-se ainda nos processos internos para a sua estabilização definitiva, em luta constante contra o domínio secular e a intolerância sectarista, lançou-se ardentemente na fornalha da guerra, com a visão clara do futuro, salvando ao mesmo tempo os interesses materiais do país; a conservação de vastos domínios coloniais, a sua própria independência constitucional e melhor ainda os interesses moraes da nacionalidade, d’uma epopeia nova amesquinhada por uma administração imprevidente e perdularia.”²³

Mas não foram apenas os partidos políticos a apresentar dissensões internas no que diz respeito à participação de Portugal no conflito europeu. Também nos grupos monárquicos não existia um consenso relativamente a esta questão. Apesar de uma das principais figuras do regime monárquico, D. Manuel II – exiliado em Londres -, ser apoiante dos aliados e ter pedido aos seus partidários que suspendessem a luta durante a conjuntura da guerra, os monárquicos acabam por constituir um dos grupos de maior oposição à estratégia

²³ Documento que consta do espólio da família de Francisco José Pereira, actualmente à guarda da bisneta Élia Viegas.

do Partido Democrático. Não obstante a falta de consenso, uma parte dos monárquicos aproveita a campanha antiguerrista para tentar descredibilizar a República. Além disso, é também possível encontrar alguns monárquicos enquanto apoiantes dos Impérios Centrais.

No que diz respeito aos católicos, estes mantiveram uma posição pública mais discreta, no entanto, era sentida alguma antipatia pela Alemanha, predominantemente protestante. Porém, souberam aproveitar a conjuntura para se organizarem em termos políticos, o que não passou despercebido a alguns republicanos que chegam a associar os católicos ao inimigo alemão. Refere Tomás da Fonseca em sessão do Senado da República de 23 de Agosto de 1917:

“ (...) na ocasião presente o mais legítimo representante do Kaiser nos países neutros é Sua Santidade Bento XV”.²⁴

É, porém, importante referir que a conjuntura da guerra pautada pela morte, fome e epidemias, ligada aos acontecimentos de 1917 na Cova de Iria, iria fortalecer a posição da Igreja junto das populações. Segundo António Telo:

“ (...) em 1918, a Igreja era mais forte do que nunca desde a revolução liberal, alimentada por uma explosão de fé que a política radical e a guerra tinham provocado”.²⁵

Por seu lado, o movimento operário internacional testemunhou algumas divergências com o advento da Primeira Guerra Mundial. No essencial, a corrente anarquista ou anarcossindicalista apresentava-se como antiguerrista, no entanto as variantes são muitas e vão sendo fortalecidas durante o decorrer do conflito. Por exemplo, o grupo anarquista *Germinal*, do qual fazia parte Emílio Costa, defende uma posição guerrista, rebatendo a ideia de que os intervencionistas são traidores da causa anarquista. Para eles, a Alemanha era símbolo do despotismo, sendo que a sua vitória iria favorecer o espírito reaccionário e conservador presente na Europa. O jornal *O Sindicalista* referiria em Janeiro de 1916:

“ (...) a vitória do imperialismo germânico seria a consagração e imposição, pela força, dos métodos e processos a que somos decididamente opostos (...) julgamos uma necessidade para o bem geral, a sua derrota”.²⁶

²⁴ Senador Tomás da Fonseca na sessão n.º 106 de 23 de Agosto de 1917 do Senado da República. Citado por SAMARA, *op. cit.*, p.38.

²⁵ TELO, *op. cit.*, p.305.

²⁶ *O Sindicalista*, n.º 167 de 31 de Janeiro de 1916. Citado por SAMARA, *op. cit.*, p.49.

A estas convicções foram contrapostas as ideias antiguerristas de alguns órgãos anarquistas. Segundo *A Aurora*, a Primeira Guerra Mundial era um conflito imperialista e capitalista, desta forma, a colaboração na luta significava a colaboração com o fortalecimento da burguesia. Como tal, o movimento operário deveria manter uma posição de neutralidade, anti-belicista e anti-militarista. Apesar de alguns anarquistas portugueses terem demonstrado um certo entusiasmo com a guerra, por acreditarem que esta iria iniciar uma revolução social, existem notícias de panfletos, distribuídos predominantemente em Lisboa e no Porto, nos quais era declarada “guerra à guerra”. Da mesma forma, surgem manifestações de protesto contra o conflito, nomeadamente na Baixa de Lisboa, da responsabilidade de anarquistas e sindicalistas.²⁷ Segundo eles, os trabalhadores seriam as grandes vítimas do conflito, enquanto a burguesia capitalista iria ver-se beneficiada com a guerra. Do conjunto destas dissensões, o que acaba por vingar é a luta contra os impactos da guerra no quotidiano, em termos de inflação e fome, sucedendo-se as greves e as manifestações.²⁸ A sua acção fez com que, em Março de 1916, o Governo dissolvesse as estruturas sindicais que se vinham manifestando contra a entrada de Portugal na guerra.

²⁷ VENTURA, António, ““Guerristas” e “Antiguerristas”. Análise retrospectiva de um conflito”, *In Portugal na Grande Guerra. «Guerristas» e «antiguerristas». Estudos e documentos*, João Medina (org.), Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, p.111.

²⁸ TELO, *op. cit.*, p.304.

2. PORTUGAL A CAMINHO DA GUERRA

A pedido da Grã-Bretanha, Portugal começa por não definir a sua posição na guerra, não declarando a neutralidade nem a beligerância. No entanto, o facto das colónias portuguesas fazerem fronteira com territórios sob o domínio de países beligerantes iria forçar ao início dos conflitos em África.

Após o início da guerra, o Governo de Lisboa, tentando precaver possíveis ataques, decide reforçar a zona sul de Angola. Em Agosto de 1914 é decretado o envio de dois destacamentos mistos com destino a Angola e Moçambique. Também em Agosto teria lugar o primeiro incidente de guerra em território português, com um ataque alemão à guarnição de Maziúta, no norte de Moçambique. Os destacamentos destinados a Angola e Moçambique partiriam de Lisboa em Setembro comandados, respectivamente, por Alves Roçadas e Massano de Amorim. Menos de um mês depois, partiria a segunda expedição com destino a Moçambique, comandada pelo major Moura Mendes.

Vários seriam os combates encetados em Angola e Moçambique nestes anos de guerra, pelo que Portugal continuaria a enviar forças expedicionárias para estas regiões. Entre 1914 e 1918 Portugal mobiliza cerca de 30 mil homens para combater em Angola e Moçambique. Além de uma instrução débil, estes homens teriam ainda de enfrentar as deficientes condições de salubridade dos navios que os transportavam e as doenças tropicais. Como resultado, parte dos contingentes chegaria a África com a saúde bastante debilitada. Na verdade, no continente africano a maioria das mortes é causada pelas doenças e não pelos combates.

Entretanto, Portugal continuava a tentar conseguir da Grã-Bretanha um pedido formal de entrada na guerra em nome da Aliança. Simultaneamente, no território europeu, as consequências da guerra continuavam a surgir. Acreditando que o conflito ia ser breve, muitos

armadores alemães e austro-húngaros ordenaram que os seus navios recolhessem a portos neutrais. Devido à posição ambígua manifestada pelo País, recolheram a portos portugueses 76 navios.

Com o decorrer da guerra as dificuldades de obtenção de transportes marítimos começaram a intensificar-se sendo, no final de 1915, bastante prementes para a Grã-Bretanha. Também Portugal necessitava urgentemente de dinheiro e de navios que pudessem restabelecer o seu comércio internacional, que se via interrompido ou desorganizado devido à guerra, criando condições para a melhoria da marinha mercante nacional. Coloca-se, assim, na esfera política portuguesa a hipótese de contrair um empréstimo com a Inglaterra. Esta necessidade portuguesa acabou por se apresentar como a solução que o Ministério da Marinha inglês procurava para conseguir obter os navios alemães que se encontravam em portos portugueses.

Sendo difícil encontrar um motivo para apresiar os navios sem aviso, o Gabinete de Guerra britânico coloca a possibilidade de pedir a Portugal que fizesse a sua requisição, garantindo o apoio britânico se este sentisse necessidade de apelar à aliança em resultado da sua acção. Desta forma, quando Portugal decide iniciar negociações para obter de Londres um crédito de dois milhões de libras, o Governo inglês afirma que o empréstimo desta quantia ficaria dependente da requisição dos navios surtos em portos portugueses. Inicialmente, Afonso Costa afirma que Portugal não se encontrava particularmente interessado no apresamento dos navios a favor de um beligerante, visto que isso originaria, sem muitas dúvidas, um ultimato alemão. No entanto acaba por se dispor a fazê-lo no caso da Grã-Bretanha apelar explicitamente à Aliança:

“ (...) o Governo da República, como depositário do poder, precisa, para praticar desembaraçadamente este novo acto de dedicação à Aliança que, reciprocamente, o Governo de Sua Majestade Britânica, como decerto é seu pensamento, torne claro que é também com o seu direito de aliado que nos propõe instantemente este procedimento.”²⁹

²⁹ *Memorandum* entregue pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro de Inglaterra em Lisboa, a 6 de Fevereiro de 1916, in MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, *Portugal na Primeira Guerra Mundial* (1914-1918), tomo I - As negociações diplomáticas até à declaração de guerra, Lisboa: M.N.E., 1995, pp. 309-310.

O Gabinete de Guerra acaba por anuir a 8 de Fevereiro de 1916 ficando acordado que os navios seriam colocados sob domínio britânico, embora navegassem sob a bandeira portuguesa a cargo de uma companhia nominalmente nacional.

Não obstante esta vitória diplomática, Portugal não era encarado como igual pelo governo da Grã-Bretanha que, de resto, admite esta situação ao referir:

“ (...) Obrigámos os portugueses a requisitar os navios e agora obrigamo-los a usarem-nos de acordo com as nossas directivas. De qualquer maneira são os navios que nos interessam, não os portugueses.”³⁰

Apesar dos riscos que a requisição dos navios representava, o Governo português reconhece as vantagens que esse acto lhe poderia proporcionar ao justificar uma intervenção na guerra e uma maior igualdade nas relações luso-britânicas. No entanto, demonstrando a preocupação de Portugal em relação à legalidade da apreensão dos navios, o Governo da República fez aprovar no Parlamento, a 7 de Fevereiro de 1916, uma nova base na lei de subsistências, a lei n.º 480, na qual se afirma que Portugal:

“(..) poderá requisitar, em qualquer ocasião, as matérias primas e os meios de transporte que forem indispensáveis à defesa ou para a economia nacional, que se encontrem nos domínios da República”.³¹

A 23 de Fevereiro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros anuncia às delegações europeias a decisão de requisitar os navios alemães surtos nos portos portugueses, sendo publicado no dia seguinte um decreto clarificando a situação.³² A requisição dos navios teria lugar ainda no dia 23, quando elementos da Armada ocuparam as embarcações alemãs ancoradas no Tejo e substituíram com honras militares as bandeiras, enquanto os navios de guerra ancorados ao largo disparavam 21 tiros de salva.³³

³⁰ Junta de Comércio inglesa ao Almirantado, 17 de Junho de 1916, adm. 137/1203. Citado em SMITH, John D. Vincent, *As relações políticas luso-britânicas 1910-16*, Lisboa: Livros Horizonte, 1975, p.135.

³¹ Lei n.º 480, *Diário do Governo*, Série I, n.º 22, de 7 de Fevereiro de 1916, pp.61-62.

³² Decreto n.º 2229, *Diário do Governo*, I Série, n.º 35, 24 de Fevereiro de 1916, pp.171-172.

³³ FRAGA, Luís Alves de Fraga, “Os navios alemães. Declaração de guerra” In *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (org.), Lisboa: Diário de Notícias, 2003, p.247.

Os representantes do Governo alemão apressam-se a pedir esclarecimentos para um acto que consideram quebra de neutralidade. A 27 de Fevereiro, o Ministro da Alemanha em Lisboa envia uma nota ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português na qual protesta contra:

“ (...) a singular quebra de direito que o Governo Português cometeu contra o Império Alemão, apossando-se por um acto de força, sem qualquer negociação prévia, dos navios alemães fundeados nos portos portugueses”.³⁴

Portugal apressa-se a justificar o seu acto no Direito Internacional e na fidelidade à Aliança com a Inglaterra. A 2 de Março, o Ministro dos Negócios Estrangeiros solicita ao Ministro de Portugal em Berna que transmita ao Governo Imperial a seguinte nota:

“ (...) Durante um período de mais de dezoito meses, os navios alemães imobilizados nos nossos portos gozaram de protecção do Governo da República dentro das águas territoriais portuguesas. Nestas circunstâncias tais navios devem ser considerados como abrangidos pelo princípio do “domínio eminente”, estando assim Portugal inteiramente justificado de exercer com relação a eles (...) o direito de usar dela [da propriedade dos navios] sempre que as necessidades do país o exigirem”.³⁵

No mesmo documento é referido que Portugal sempre declarou que não faltaria aos seus deveres para com a Inglaterra, situação esta aceite pelos governos estrangeiros.

No entanto, começam a circular nas legações europeias notícias de um possível ultimato e, a 9 de Março, o Ministro alemão em Lisboa entrega ao Ministro dos Negócios Estrangeiros uma nota na qual a Alemanha declara guerra a Portugal. Nessa nota, a Alemanha acusa Portugal de ter praticado actos contrários à neutralidade tendo apoiado potências aliadas em várias situações e tendo permitido ofensas ao povo alemão na imprensa e no Parlamento, sendo o último dos actos hostis a apreensão dos navios alemães fundeados em portos portugueses.³⁶

³⁴ MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, tomo I - As negociações diplomáticas até à declaração de guerra, Lisboa: M.N.E., 1995, pp. 326-327.

³⁵ MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, *op. cit.*, p.335.

³⁶ MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, *op. cit.*, pp.348-350.

Declaração de Guerra da Alemanha a Portugal

“Lisboa, 9 de Março de 1916. - Senhor Ministro. - Estou encarregado pelo meu alto Governo a fazer a V. Ex.^a a declaração seguinte:

O Governo Português apoiou desde o começo da guerra os inimigos do Império Alemão por actos contrários à neutralidade. Em quatro casos foi permitida a passagem de tropas inglesas por Moçambique. Foi proibido abastecer de carvão os navios alemães. Aos navios de guerra ingleses foi permitida uma prolongada permanência em portos portugueses contrária à neutralidade, bem como ainda foi consentido que a Inglaterra utilizasse a Madeira como base naval. Canhões e material de guerra de diferente espécie foram vendidos às potências da «Entente» e alem disso à Inglaterra um destruidor de torpedeiros. O arquivo do vice-consulado Imperial em Mossâmedes foi apreendido, e além disso, foram enviadas expedições à África e dito então abertamente que estas eram dirigidas contra a Alemanha.

O governador alemão de districto Dr. Schultze-Jena, bem como dois oficiais e algumas praças, em 19 de Outubro de 1914, na fronteira do Sudoeste Africano Alemão e Angola, foram atraídos por meio de convite a Naulila e ali declarados presos sem motivo justificado, e como procurassem subtrair-se à prisão, foram em parte mortos a tiro, enquanto os sobreviventes foram à força feitos prisioneiros.

Seguiram-se as medidas de retenção da nossa tropa colonial. A tropa colonial, isolada da Alemanha, procedeu na suposição, originada pelo acto português, de que Portugal se achava em estado de guerra com o Império Alemão. O Governo Português fez representações por motivo das últimas ocorrências, sem todavia se referir às primeiras. Nem sequer respondeu ao pedido que apresentámos de ser intermediário numa livre troca de telegramas em cifra com os nossos funcionários coloniais, para esclarecimento do estado da questão.

A imprensa e o Parlamento durante toda a existência da guerra entregaram-se a grosseiras ofensas ao povo alemão, com a complacência mais ou menos notória do Governo Português. O chefe do Partido dos Evolucionistas pronunciou na sessão do Congresso, de 23 de Novembro de 1914, na presença dos Ministros portugueses, assim como na de diplomatas estrangeiros, graves insultos contra o Imperador da Alemanha, sem que por parte do Presidente da Câmara ou dalgum dos Ministros presentes se seguisse um protesto. Às suas representações, o Enviado Imperial recebeu apenas a resposta que no Boletim Oficial das Sessões não se encontrava a passagem em questão.

Contra estas ocorrências protestámos em cada um dos casos em especial, assim como por várias vezes apresentámos as mais sérias representações e tornámos o Governo Português responsável por todas as consequências. Não se deu porem nenhum remédio. Contudo o Governo

imperial, considerando com longanimidade a difícil situação de Portugal, evitou até aí tirar sérias consequências da atitude do Governo Português.

Por último, a 23 de Fevereiro de 1916, fundada num decreto do mesmo dia, sem que antes tivesse havido negociações, seguiu-se a apreensão dos navios alemães, sendo estes ocupados militarmente e as tripulações mandadas sair de bordo. Contra esta flagrante violação de direito protestou o Governo Imperial e pediu que fosse levantada a apreensão dos navios.

O Governo Português não atendeu este pedido e procurou fundamentar o seu acto violento em considerações jurídicas. Delas tira a conclusão que os nossos navios imobilizados por motivo da guerra nos portos portugueses, em consequência desta imobilização não estão sujeitos ao artigo 2.º do Tratado de Comércio e Navegação Luso-Alemão, mas sim à ilimitada soberania de Portugal, e portanto ao ilimitado direito de apropriação do Governo Português, da mesma forma que qualquer outra propriedade existente no País. Além disso, opina o Governo Português ter procedido dentro dos limites desse artigo, visto a requisição dos navios corresponder a uma urgente necessidade económica e também no decreto de apropriação estar prevista uma indemnização cujo total deveria mais tarde ser fixado.

Estas considerações aparecem como vasios subterfúgios. O artigo 2.º do Tratado de Comércio e Navegação refere-se a qualquer requisição de propriedade alemã em território português. Pode ainda assim haver dúvidas sobre se a circunstância dos navios alemães se encontrarem pretendidamente imobilizados em portos portugueses, modificou a sua situação de direito. O Governo Português violou porém o citado artigo em dois sentidos, primeiramente não se mantém na requisição dentro dos limites traçados no tratado, pois que o artigo 2.º pressupõe a satisfação duma necessidade do Estado, enquanto que a apreensão, como é notório, estendeu-se a um número de navios alemães em desproporção com o que era necessário a Portugal para suprir a falta de tonelagem. Mas além disso o mencionado artigo torna a apreensão dos navios dependente dum prévio acordo com os interessados sobre a indemnização a conceder-lhes, enquanto que o Governo Português nem sequer fez a tentativa de se entender, quer directamente, quer por intermédio do Governo Alemão, com as Companhias de Navegação. Desta forma apresenta-se todo o procedimento do Governo Português como uma grave violação do Direito e do Tratado.

Por este procedimento o Governo Português deu a conhecer que se considera como vassalo da Inglaterra, que subordina todas as outras considerações aos interesses e desejos ingleses. Finalmente a apreensão dos

navios realizou-se sob formas em que deve ver-se uma intencional provocação à Alemanha. A bandeira alemã foi arriada dos navios alemães e em seu lugar foi posta a bandeira portuguesa com a flâmula de guerra. O navio almirante salvou por esta ocasião.

O Governo Imperial vê-se forçado a tirar as necessárias consequências do procedimento do Governo Português. Considera-se de agora em diante como achando-se em estado de guerra com o Governo Português. Tenho a honra de exprimir a V. Exa. a minha distinta consideração. - ROSEN. A Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Senhor Dr. Augusto Soares»³⁷

A 9 de Março de 1916 Portugal passaria a ser oficialmente um Estado beligerante. Apesar de desejada, a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial não foi desencadeada por um acto do Governo português em defesa de um interesse especificamente nacional, mas sim como resposta a uma necessidade inglesa enquadrada pela aliança luso-britânica.

Após a declaração de guerra, começam os preparativos para o estado de beligerância. É iniciada a censura postal e telegráfica e, a 24 de Maio, Norton de Matos ordenaria o recenseamento militar a todos os cidadãos, sem excepção, com idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos. Assim, o decreto n.º 2407³⁸ decreta que todos os cidadãos que, por qualquer motivo, não foram recenseados para o serviço militar deverão sê-lo até ao dia 15 de Julho. Para tal, as Comissões de Recenseamento Militar dos concelhos ou bairros deveriam rever os livros e relações que serviram de base para a organização dos recenseamentos entre os anos de 1891 e 1915, procedendo à inscrição de todos os indivíduos que haviam ficado excluídos. Simultaneamente, a 21 de Junho, Afonso Costa partiria para Londres a fim de negociar as condições da participação portuguesa na guerra.

Entretanto, no País começavam os preparativos para a instrução de uma força expedicionária destinada à guerra na Europa. Em

³⁷ *Diário das Sessões do Congresso da República*, 2.º legislatura, sessão legislativa 1, n.º 9, 10 Março 1916.

³⁸ Decreto n.º 2407, *Diário do Governo*, I Série, n.º 102, 24 de Maio de 1916, pp.489-490.

Dezembro de 1915 havia já sido definida, por decreto, a composição de uma força militar com duas Divisões, sendo a primeira constituída pelos Regimentos de Artilharia 1, Cavalaria 4, pelo 1.º grupo de metralhadoras e pelos Regimentos de Infantaria n.ºs 1, 2, 5 e 16. Por seu lado, a segunda Divisão seria constituída pelos Regimentos de Artilharia 7, Cavalaria 7 e pelos Regimentos de Infantaria n.ºs 9, 12, 14 e 34. Era agora necessário encontrar um local que tivesse as condições necessárias à instrução de um tão elevado número de militares. O polígono militar de Tancos acabou por ser o local escolhido para a instalação da Divisão de Instrução pois a proximidade com os rios Zêzere e Tejo permitia o abastecimento de água, enquanto a proximidade ao Entroncamento facilitava as ligações ferroviárias de homens, materiais e alimentos.

Apesar da prévia existência no local da Escola de Aplicação de Engenharia, Tancos não possuía todas as condições necessárias a esta empresa. Houve necessidade de comprar terrenos, restaurar edifícios, estabelecer condições sanitárias, desmatar charnecas, captar água potável e estabelecer depósitos de géneros. Não havia também capacidade para alojar um tão grande número de pessoas, nem tão pouco lona disponível no mercado interno para a construção de abrigos, pelo que as matérias-primas para a sua confecção tiveram de ser compradas em Espanha.³⁹ A instalação dos contingentes no local foi lenta e a instrução dificilmente se adequava às novas características da I Guerra Mundial. No entanto, a 22 de Julho de 1916 o Corpo Expedicionário Português (CEP) era apresentado na parada de Montalvo, numa cerimónia que contou com a presença de vários dignitários que viajaram de comboio desde Lisboa, entre os quais, o Presidente da República, Bernardino Machado.

A estrutura do CEP era compreendida por duas Divisões, cada uma delas contando com três brigadas de Infantaria. Por sua vez, cada brigada de Infantaria era composta por quatro batalhões de Infantaria e por uma bateria de morteiros ligeiros. Cada um destes batalhões era

³⁹ FRAGA, Luís Alves de Fraga, “Divisão de Instrução. As manobras de Tancos”, In *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (org.), Lisboa, Diário de Notícias, 2003, p.280.

composto por quatro companhias, cada uma com três pelotões e cinco secções, respectivamente, as secções de ligação, de atiradores, de granadeiros de mão, de granadeiros de espingarda e de metralhadoras ligeiras. A Artilharia foi, também, organizada, tendo sido formados seis grupos de baterias de Artilharia.⁴⁰

Mas não era ainda chegada a hora de partir para França e, após a instrução, os militares regressam aos quartéis. Contudo, o recrutamento havia originado um excedente de militares que não era compatível com as capacidades dos aquartelamentos. Assim, muitos daqueles que haviam recebido instrução em Tancos acabaram por dirigir-se a suas casas, sob licença. Os últimos meses de 1916 seriam, assim, vividos no regresso ao quotidiano habitual.⁴¹

As primeiras tropas embarcariam apenas no final de Janeiro de 1917. Quando, por fim, é dada a ordem de embarque, os militares retornam aos quartéis, a partir dos quais marcham até à estação de comboio, levando o equipamento que lhes fora atribuído. Este compreendia um par de alparcatas, duas camisas, duas ceroulas de algodão, três lenços, duas calças de cotim, duas calças de mescla, dois dolmans de cotim e dois de mescla, duas camisolas de algodão, dois pares de luvas de lã, dois pares de botas, duas toalhas, um par de grêvas, um barrete de mescla, um par de palmilhas e sete barretes de lã para bivaque.⁴²

2.1. Os expedicionários cartaxenses

O Cartaxo não escaparia à realidade da mobilização para os campos da Flandres. Em 1916, pelo decreto n.º 2407 de 24 de Maio, vê serem aumentadas as listas de recrutamento, fazendo com que cerca de 191 jovens rapazes tenham sido encaminhados para o campo de instrução de Tancos.

⁴⁰ FRAGA, Luís Alves de, "O CEP em França. Enfim a guerra", In *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (org.), Lisboa, Diário de Notícias, 2003, pp.290-291.

⁴¹ MARQUES, Isabel Pestana, *Das Trincheiras com Saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses durante a I Guerra Mundial*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2016, p.40.

⁴² MARQUES, *op. cit.*, pp.40-41.

Todas as seis freguesias do concelho – à época, Cartaxo, Casal do Ouro (actual Vila Chã de Ourique), Ereira e Lapa, Pontével (incluindo Vale da Pedra), Valada e Vale da Pinta – foram tocadas pela realidade da mobilização dos seus cidadãos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos, alguns dos quais haviam já conseguido escapar ao recrutamento ordinário anterior ao estado de guerra. Importa, nesta fase, apresentar os cartaxenses recrutados para o Corpo Expedicionário Português. Além dos seus nomes, os Boletins Individuais do CEP que se encontram à guarda do Arquivo Histórico-Militar proporcionam algumas informações que permitem caracterizar os expedicionários à data da mobilização, apesar de não tornarem possível a identificação de alguns elementos relevantes, tais como as suas idades.

Um dos elementos essenciais apresentado pelos boletins prende-se com a naturalidade dos expedicionários. (anexo 1)

Os números reflectem a densidade populacional do concelho, com o Cartaxo a destacar-se com 63 mobilizados, logo seguido por Pontével com 46 e pelo Casal do Ouro com 25. Das freguesias menos populosas saíam 56 mancebos.

Figura 1. Expedicionários cartaxenses – distribuição por freguesia

Cartaxo	
Albano Ribeiro Coelho	Carlos Rosa
António Botelho	Duarte Cameoz
António da Silva Flor	Duarte Laiola
António da Silva Flor	Eduardo da Costa Serrazina
António da Silva Vintém	Francisco António Carvalho
António Duarte	Francisco Florindo Júnior
António Gomes Bernardino	Inácio Mendes
António Jorge	Jesuíno Clemente
António Ruivo	João Augusto Ferreira da Costa Júnior
Artur Honório da Silva	João de Oliveira Massuça
Carlos Caria	João Lourenço Coelho
Carlos Gomes Cavaleiro	João Nunes Loureiro
Carlos Paulo do Nascimento	João Tomás

Joaquim Bernardes Gomes	José Machado
Joaquim Bernardo	José Maria
Joaquim Caria	José Maria Marques
Joaquim Carlos Xavier	José Monteiro Raposo
Joaquim Carvalho	José Pedro da Silva Ouro
Joaquim Casqueiro Júnior	José Simão [Simas]
Joaquim da Costa Barradas	José Vieira
Joaquim d'Évora	Júlio Caetano
Joaquim de Nazaré Barbosa	Júlio Ferreira
Joaquim Emídio Rosa	Luís Inácio Tagarro
Joaquim Garé	Manuel Carlos Alberto Silva
Joaquim Marques Anacleto Júnior	Manuel da Costa Bernardes
Joaquim Mendes Barroca	Manuel da Silva
Joaquim Pedro Lucas	Manuel Évora da Costa
Joaquim Pereira Atalaia	Manuel Jorge
José Augusto Sá da Costa	Manuel Lúcio Pita
José Bicho	Manuel Rosário da Costa
José da Silva Flor	Ventura Neves
José Ferreira Talha	
Casal do Ouro	
Adelino Nogueira	Joaquim Marques
António Carvalho Marques	José Carvalho
António Marcelino	José das Almas
António Pereira Júnior	José Ferreira Estafermo
António Ramalho	José Fragoso
António Rodrigues Maximino	José Marques
Duarte Pereira	José Rodrigues Januário
Francisco Leal	Josué Duarte Ruivo
Francisco Monteiro Raposo	Lucindo Pereira
Francisco Rodrigues Faria	Manuel Carvalho Júnior
Francisco Vicente	Manuel da Costa Veríssimo
Jacinto Caetano	Manuel Fialho
Joaquim da Costa	

Ereira e Lapa	
António Caetano Ricardo	Joaquim António Coito
António Joaquim Alberto	Joaquim Bento Gonçalves
António Joaquim Ricardo	Joaquim Coito Júnior
António Manuel Gerardo	Joaquim Manuel Peres
Artur Filipe	José Venerando dos Santos
Caetano José Ricardo	Luís Manuel Gerardo
Francisco Vieira Coelho	Manuel Susano
João José Cartacheira	Vítor José Serrão
Joaquim Acúrsio dos Santos	
Pontével	
António Coelho Serrador	João Filipe Amorim
António da Ponte	João Vieira Mila
António da Silva Moleiro Júnior	Joaquim Augusto Quaresma
António de Sousa Raposo	Joaquim Duarte Severino
António Francisco Maltez	Joaquim Paulo Lopes
António Jorge Vaqueiro	José Augusto Tacão(natural de Almeirim)
António Monteiro	José Cesteiro Júnior
António Pedro Costa	José da Costa Espalha
António Pedro Gonçalves	José Estevão de Melo e Silva
António Raimundo Júnior	José Francisco Joanico
António Raimundo Reis	José Martins Sardinha
Apolinário Barros Júnior	José Pita
Apolinário Calisto	José Rodrigo da Silva Júnior
Filipe Inglês Júnior	José Silvério Júnior
Filipe Nunes d' Amorim Júnior	Júlio Calixto
Flormido Chagas	Júlio Severino Duarte
Francisco de Barros	Manuel Eusébio Nico
Francisco dos Santos Correia	Manuel Rosa Ganão
Francisco Martins Carrapato	Martiniano Pereira Mendão
Francisco Pereira Mendão Júnior	Miguel Rodrigues Centeno Júnior
Henrique Ernesto da Costa	Porfírio Martins

João Bernardo da Silva	Virgílio Gabirro
João Capanacho	Virgílio Rosa Ganão
Valada	
António Feliciano	José Ribeiro
António João Braz	José Ribeiro Caneco
António Marques da Horta	Justiniano Pereira
António Roma	Luís Nogueira
Dimas Ribeiro Caneco	Manuel José Esteves de Miranda Júnior
Francisco Lourenço	Manuel Marques Barbosa
Hermínio Duarte Quaresma	Manuel Nunes
Horácio Pedreiro	Manuel Rodrigues Cação
Isaac Pio	Pedro Nogueira
Jacinto da Silva	Rafael Honório
José Gregório Júnior	Raul Caria
José Ribeiro	Sabino Luís da Silva
Vale da Pinta	
Acácio José Neves	Francisco Gonçalves
Amaro Caria	João Luís
António Bento Alves Salgado	Joaquim Alves Salgado
António José Louro	José Caria
Bernardo Bento Rodrigues	José Neves
Carlos da Silva Rochato	Júlio Louro
Elias Colaço	Manuel Caria
Francisco de Almeida Calado	Pedro Caria

Apesar de não apresentarem dados sobre a idade dos expedicionários, os boletins permitem especular que estes seriam relativamente jovens, pelo facto de serem, na sua grande maioria, solteiros, numa época em que o casamento tinha lugar, por norma, relativamente cedo.

Figura 2. Expedicionários cartaxenses casados à data da mobilização⁴³

Nome	Cônjuge	Freguesia
António Bento Alves Salgado	Georgina Vieira	Vale da Pinta
António Botelho	Ilídia Brígida	Cartaxo
António Coelho Serrador	Gertrudes Conceição	Pontével
António Pedro Gonçalves	Luciana Maria	Pontével
António Pereira Júnior	Bernardina da Costa	Casal do Ouro
António Ramalho	Belarmina Figueiredo	Casal do Ouro
António Rodrigues Maximino	Ana Sapateira	Casal do Ouro
António Roma	Leopoldina Maria	Valada
Carlos da Silva Rochato	Guimar da Costa Maia	Vale da Pinta
Carlos Paulo do Nascimento	Carlota Esperança	Cartaxo
Duarte Camoez	Virgínia Angélica	Cartaxo
Eduardo da Costa Serrazina	Gertrudes Falua	Cartaxo
Francisco de Barros	Maria Antónia	Pontével
Francisco Florindo Júnior	Maria Josefa	Cartaxo
Francisco Leal	Maria Joana	Casal do Ouro
Francisco Martins Carrapato	Zulmira da Ponte (falecida)	Pontével
Henrique Ernesto da Costa	Ana Costa	Pontével
Inácio Mendes	Carlota Carvalho da Conceição Silva	Cartaxo

⁴³ Todos os conteúdos apresentados a partir desta secção não incluem os dados de quatro combatentes cartaxenses, pelo facto dos seus boletins individuais não se encontrarem disponíveis aquando do término do livro. São eles Artur Filipe, da freguesia de Ereira e Lapa; Felipe Inglês Júnior e Flormido Chagas, de Pontével; e José das Almas, do Casal do Ouro.

João Augusto Ferreira da Costa Júnior	Casado com Silvina de Macedo Costa	Cartaxo
João Luís	Ermelinda da Conceição Caria	Vale da Pinta
João Nunes Loureiro	Júlia da Conceição Soares	Cartaxo
Joaquim Alves Salgado	Emília Alves Salgado	Vale da Pinta
Joaquim Carlos Xavier	Gertrudes da Conceição Nogueira	Cartaxo
Joaquim da Costa	Ana Claudina Tanoeira	Casal do Ouro
Joaquim d'Évora	Maria Serôdia	Cartaxo
Joaquim Manuel Peres	Maria Rosa Gregório	Ereira
Joaquim Pereira Atalaia	Maria Rosa Norberta	Cartaxo
José Augusto Sá da Costa	Casado com Odília da Silva Rocha Sá da Costa	Cartaxo
José Bicho	Rosa Ferreira Rio Maior	Cartaxo
José Francisco Joanico	Adelina Helena	Pontével
José Gregório Júnior	Rosa Guilhermina	Valada
José Machado	Caetana Horta	Cartaxo
José Marques	Merciana Jacinta	Casal do Ouro
José Pita	Maria Correia	Pontével
José Rodrigo da Silva Júnior	Adelaide Patrício Vieira	Pontével
José Silvério Júnior	Luciana Simãozinha	Pontével(Vale da Pedra)
Júlio Louro	Maria da Conceição	Vale da Pinta
Luís Inácio Tagarro	Mariana de Jesus	Cartaxo
Manuel Caria	Ana Vieira Xavier	Vale da Pinta
Manuel Carlos Alberto Silva	Carolina da Conceição Silva	Cartaxo
Manuel Carvalho Júnior	Teodora Marques	Casal do Ouro
Manuel Jorge	Virgínia da Conceição	Cartaxo
Manuel Rodrigues Cação	Aurora Antunes	Valada(Porto de Muge)
Martiniano Pereira Mendão	Elisa da Costa Duarte	Pontével

Assim, segundo os boletins do CEP, cerca de 76% dos expedicionários cartaxenses eram solteiros e apenas cerca de 24% eram já casados aquando da mobilização. (anexo 2)

Quanto às patentes militares registadas à data da mobilização, os cartaxenses eram maioritariamente soldados – 171 indivíduos -, sendo também de destacar a existência de dois sargentos e treze cabos. No que aos oficiais diz respeito, contam-se quatro alferes e um capitão, respectivamente, Albano Ribeiro Coelho, Joaquim de Nazaré Barbosa, João Augusto Ferreira da Costa Júnior, Miguel Rodrigues Centeno Júnior e José Augusto Sá da Costa. (anexo 3)

Figura 3. Expedicionários cartaxenses – Cabos e Sargentos

Nome	Patente militar	Freguesia
Amaro Caria	1.º Cabo. Promovido a 2.º Sargento Miliciano a 27 de Julho de 1918.	Vale da Pinta
António Rodrigues Maximino	2.º Cabo	Casal do Ouro
Francisco Leal	1.º Cabo	Casal do Ouro
Francisco Vicente	1.º Cabo	Casal do Ouro
Henrique Ernesto da Costa	2.º Sargento equiparado	Pontével
Hermínio Duarte Quaresma	1.º Cabo	Valada
Joaquim Alves Salgado	1.º Cabo	Vale da Pinta
Joaquim Augusto Quaresma	2.º Sargento	Cartaxo
José Estevão de Melo e Silva	1.º Cabo	Pontével
José Pedro da Silva Ouro	1.º Cabo	Cartaxo
Júlio Ferreira	1.º Cabo	Cartaxo
Manuel Caria	1.º Cabo	Vale da Pinta
Manuel Carlos Alberto Silva	1.º Cabo	Cartaxo
Manuel José Esteves de Miranda Júnior	1.º Cabo	Valada
Pedro Caria	1.º Cabo	Vale da Pinta

Figura 4. Expedicionários cartaxenses – Oficiais

Nome	Patente militar	Freguesia
Albano Ribeiro Coelho	Alferes	Cartaxo
Joaquim de Nazaré Barbosa	Alferes	Cartaxo
João Augusto Ferreira da Costa Júnior	Alferes	Cartaxo
José Augusto Sá da Costa	Capitão	Cartaxo
Miguel Rodrigues Centeno Júnior	Alferes	Pontével

Aquando da organização do CEP, os expedicionários cartaxenses ficariam inseridos em várias unidades militares, das quais se destacam os Regimentos de Infantaria 1, 2, 14, 16, 31 e 34, os Regimentos de Artilharia 1, 3 e 7, o Regimento de Cavalaria 4 e ainda outras unidades como os batalhões de Sapadores Mineiros, Sapadores de Caminhos-de-Ferro, Corpo de Artilharia Pesada e companhias de saúde.

Figura 5. Unidades militares de origem dos expedicionários cartaxenses

REGIMENTOS DE INFANTARIA	
Infantaria 1	
Artur Honório da Silva	
Infantaria 2	
Francisco Gonçalves	José Augusto Tacão
Infantaria 14	
Joaquim de Nazaré Barbosa	
Infantaria 16	
António Botelho	António Marcelino
António Carvalho Marques	António Monteiro
António Coelho Serrador	António Pedro Costa
António da Ponte	António Pedro Gonçalves
António Francisco Maltez	António Raimundo Júnior
António Joaquim Alberto	António Raimundo Reis

António Ramalho	José Fragoso
António Ruivo	José Gregório Júnior
Apolinário Barros Júnior	José Maria Marques
Apolinário Calisto	José Martins Sardinha
Carlos Gomes Cavaleiro	José Monteiro Raposo
Carlos Rosa	José Neves
Dimas Ribeiro Caneco	José Pedro da Silva Ouro
Duarte Pereira	José Pita
Filipe Nunes d'Amorim Júnior	José Ribeiro
Francisco dos Santos Correia	José Ribeiro Caneco
Francisco Martins Carrapato	José Rodrigues Januário
Francisco Monteiro Raposo	José Vieira
Francisco Vieira Coelho	Júlio Caetano
Jacinto da Silva	Júlio Severino Duarte
Jesuíno Clemente	Luís Manuel Gerardo
João Capanacho	Manuel Carlos Alberto Silva
João Filipe Amorim	Manuel da Costa Bernardes
João Nunes Loureiro	Manuel da Costa Veríssimo
Joaquim da Costa	Manuel Eusébio Nico
Joaquim Emídio Rosa	Manuel Jorge
Joaquim Mendes Barroca	Manuel Lúcio Pita
Joaquim Paulo Lopes	Manuel Nunes
Joaquim Pereira Atalaia	Manuel Rosa Ganão
José Cesteiro Júnior	Manuel Rosário da Costa
José da Costa Espalha	Manuel Susano
José Estevão de Melo e Silva	Raúl Caria
Infantaria 31	
Miguel Rodrigues Centeno Júnior	
Infantaria 34	
António da Silva Vintém	António Gomes Bernardino
Inácio Mendes	Joaquim Casqueiro Júnior
Ventura Neves	
Infantaria 22	
Joaquim Augusto Quaresma	

REGIMENTOS DE ARTILHARIA	
Artilharia 1	
Acácio José Neves	Joaquim Coito Júnior
António Duarte	Joaquim d'Évora
António Joaquim Ricardo	Joaquim Manuel Peres
António Jorge	Joaquim Marques Anacleto Júnior
António Jorge Vaqueiro	José Bicho
António José Louro	José Ferreira Estafermo
António Roma	José Francisco Joanico
Eduardo da Costa Serrazina	José Machado
Elias Colaço	José Rodrigo da Silva Júnior
Francisco de Barros	José Silvério Júnior
Francisco Florindo Júnior	Luís Inácio Tagarro
Francisco Leal	Manuel Carlos Alberto Silva
Francisco Lourenço	Manuel Carvalho Júnior
Francisco Pereira Mendão Júnior	Manuel Évora da Costa
Horácio Pedreiro	Manuel José Esteves de Miranda Júnior
Isaac Pio	
Artilharia 3	
Albano Ribeiro Coelho	João Tomás
Carlos Caria	
Artilharia 7	
Caetano José Ricardo	Duarte Laiola
Corpo de Artilharia Pesada	
António da Silva Flor	Joaquim Pedro Lucas
António da Silva Moleiro Júnior	José Caria
António Rodrigues Maximino	José Ferreira Talha
Francisco de Almeida Calado	José Simão [Simas]
Francisco Vicente	Júlio Calixto
Jacinto Caetano	Júlio Louro
João de Oliveira Massuça	Justiniano Pereira
João José Cartacheira	Lucindo Pereira
João Lourenço Coelho	Martiniano Pereira Mendão

João Luís	Pedro Caria
Joaquim António Coito	Pedro Nogueira
Joaquim Bernardes Gomes	Rafael Honório
Joaquim da Costa Barradas	Sabino Luís da Silva
Joaquim Duarte Severino	Virgílio Gabirro
Joaquim Garé	
Artilharia de Costa	
António Manuel Gerardo	Joaquim Acúrsio dos Santos
Bernardo Bento Rodrigues	José Ribeiro
Duarte Camoez	José Venerando dos Santos
Cavalaria 4	
António Marques da Horta	Manuel da Silva
José Carvalho	
Sapadores Mineiros	
Amaro Caria	Joaquim Alves Salgado
António Bento Alves Salgado	Joaquim Carlos Xavier
António Feliciano	José Maria
Carlos da Silva Rochado	Luís Nogueira
João Vieira Mila	
Sapadores de caminhos-de-ferro	
Carlos Paulo do Nascimento	Josué Duarte Ruivo
Serviço de Higiene e Bacteriologia	
António da Silva Flor	
Companhias de Saúde	
Joaquim Marques	José Marques
José da Silva Flor	Virgílio Rosa Ganão
Hospital de Medicina	
António João Braz	
Telegrafia	
Francisco António Duarte	Joaquim Caria
Arsenal do Exército	
Henrique Ernesto da Costa	

Companhia de Serviços Auxiliares	
Hermínio Duarte Quaresma	Joaquim Carvalho
Companhia de Pontoneiros	
António Pereira Júnior	Manuel Rodrigues Cação
João Bernardo da Silva	
Escola de equitação	
Joaquim Bernardo	
Comboio automóvel	
Júlio Ferreira	
Grupo de Metralhadoras	
Vítor José Serrão	
Quartel-General	
Adelino Nogueira	Manuel Marques Barbosa
Manuel Fialho	
Companhia de Administração Militar	
Porfírio Martins	
Companhia de Projectores de campanha	
António de Sousa Raposo	
Repartição dos Serviços Administrativos	
João Augusto Ferreira da Costa Júnior	José Augusto Sá da Costa

Estas seriam as unidades de origem dos expedicionários cartaxenses, sendo que, à chegada a França ou durante o próprio desenrolar da guerra, os militares eram, muitas vezes, recolocados noutras unidades. Delas dependeria, também, todo o percurso feito por cada um dos combatentes durante a guerra, desde a data do embarque, passando pela sua localização na frente de guerra e consequentes episódios decorrentes do desenrolar do conflito em cada uma das zonas do sector português, até à data de regresso a Lisboa, para todos aqueles que tiveram a oportunidade de voltar ao País.

A partir do embarque, a história de cada um destes combatentes alia-se ao papel que a sua unidade viria a desempenhar no teatro de guerra.

3. A CAMINHO DA FLANDRES

3.1. O embarque no cais de Alcântara, Lisboa

Em Janeiro de 1917 chegam a Lisboa os primeiros comboios com militares do CEP. Chegados a Santa Apolónia estes deveriam marchar a pé até ao cais de Alcântara, porém, atrasos no embarque fizeram com que muitos deles acabassem por ser acolhidos por familiares ou por permanecer nos quartéis da capital durante alguns dias.⁴⁴ No cais de Alcântara, a operação de embarque era complexa e, por vezes, desorganizada, crítica feita, inclusivamente, pelos ingleses que condenavam a demora dos seus navios em Portugal. De facto, a Grã-Bretanha havia alocado ao transporte de tropas portuguesas sete navios - *Bellerophon*, *Bohemian* ou *Beheniah*, *City of Benares*, *Inventor*, *Rhesus*, *Laomedon* e *Flavia* - juntamente com os portugueses Gil Eanes e Pedro Nunes, este último denominado “Navio Fantasma” por ter feito várias viagens sem escolta, escapando aos submarinos alemães.⁴⁵

Figura 6. HMS Bellerophon

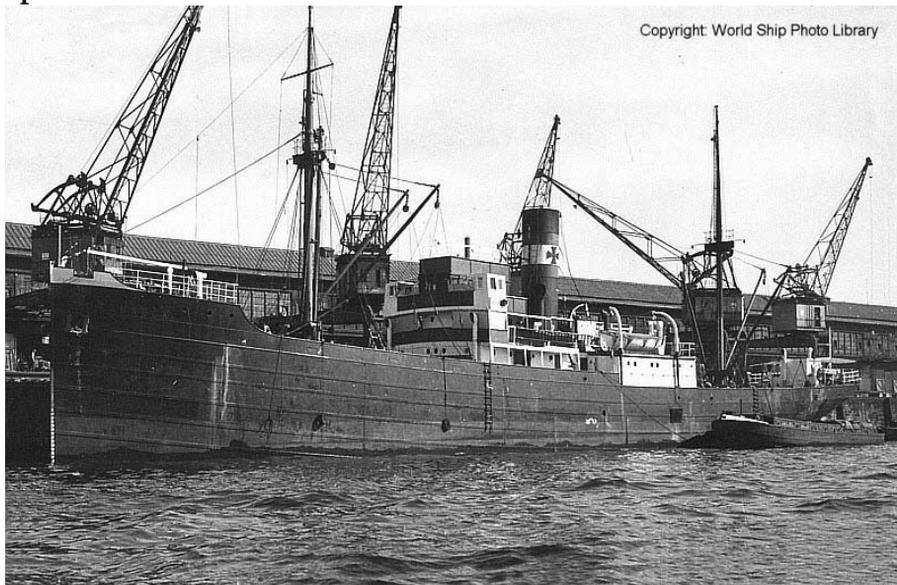


<https://commons.wikimedia.org>

⁴⁴ MARQUES, *op. cit.*, p.46

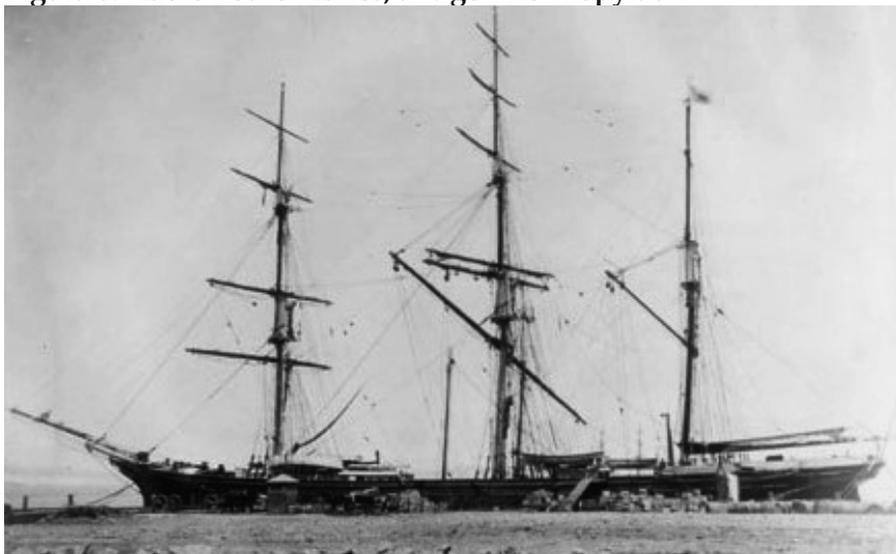
⁴⁵ FRAGA, Luís Alves de, “O CEP em França. Enfim, a guerra”, *op. cit.*, p.302.

Figura 7. Navio Lahneck, denominado Gil Eanes após o seu apresamento em 1916



<https://commons.wikimedia.org>

Figura 8. Navio Pedro Nunes, antigo Thermopylae



commons.wikimedia.org

As condições a bordo eram difíceis visto os navios ingleses apenas estarem preparados para transportar tropas britânicas até França, uma viagem que demoraria poucas horas. Pelo contrário, a travessia entre Lisboa e Brest demorava cerca de três dias, o que obrigou à instalação de cozinhas de campanha e à colocação de enxergas nos navios. O conforto era praticamente inexistente, bem como as medidas de higiene, nesta viagem em que muitos dos militares do CEP veriam o mar pela primeira vez, sendo muitas das vezes o espaço partilhado com os animais que também seguiam para a guerra.⁴⁶

Em finais de Janeiro de 1917 partiria para França a primeira Brigada do CEP, sob o comando de Gomes da Costa, chegando a Brest a 2 de Fevereiro. Nessa primeira viagem seguiriam quatro cartaxenses pertencentes ao Regimento de Infantaria 34: António da Silva Vintém, António Gomes Bernardino, Joaquim Casqueiro Júnior e Ventura Neves. O último soldado a partir para a guerra, Martiniano Pereira Mendão, deixaria a barra do Tejo um ano depois, a 10 de Janeiro de 1918.

Figura 9. Datas de embarque em Lisboa

19-01-1918	
António da Silva Vintém	Infantaria 34
António Gomes Bernardino	Infantaria 34
Joaquim Augusto Quaresma	Infantaria 22
Joaquim Casqueiro Júnior	Infantaria 34
Ventura Neves	Infantaria 34
14-02-1917	
José Vieira	Infantaria 16
20-02-1917	
António Carvalho Marques	Infantaria 16
22-02-1917	
António da Silva Flor	Serviço de Higiene e Bacterologia
23-02-1917	
Manuel Marques Barbosa	Quartel-General

⁴⁶ CALADO, José, *Os redondenses na Grande Guerra (1914-1918)*. Entre Redondo e as trincheiras de França, Redondo: Santa Casa da Misericórdia de Redondo, 2016, pp.88-89.

14-03-1917	
Manuel Fialho	Quartel-General
21-03-1917	
Joaquim Bento Gonçalves	Grupo de Metralhadoras
Vítor José Serrão	Grupo de Metralhadoras
22-03-1917	
António Marques da Horta	Cavalaria 4
Henrique Ernesto da Costa	Arsenal do Exército
Joaquim Caria	Telegrafia
Luís Nogueira	Sapadores Mineiros
23-03-1917	
José Carvalho	Cavalaria 4
José da Silva Flor	Companhia de Saúde
14-04-1917	
Joaquim de Nazaré Barbosa	Infantaria 14
15-04-1917	
António João Braz	Hospital de Medicina
Joaquim Marques	Companhias de Saúde
José Marques	Companhias de Saúde
21-04-1917	
António Bento Alves Salgado	Sapadores Mineiros
António Feliciano	Sapadores Mineiros
António Pereira Júnior	Companhia de Pontoneiros
Carlos da Silva Rochado	Sapadores Mineiros
Carlos Paulo do Nascimento	Sapadores dos Caminhos-de-Ferro
João Bernardo da Silva	Companhia de Pontoneiros
João Vieira Mila	Sapadores Mineiros
Joaquim Alves Salgado	Sapadores Mineiros
Manuel Rodrigues Cação	Companhia de Pontoneiros
Manuel Susano	Infantaria 16
22-04-1917	
José Maria	Sapadores Mineiros
26-04-1917	
José Augusto Sá da Costa	Repartição dos Serviços Administrativos

21-05-1917	
Júlio Ferreira	Comboio automóvel
26-05-1917	
Adelino Nogueira	Quartel-General de Base
António Joaquim Ricardo	Artilharia 1
António Jorge	Artilharia 1
António José Louro	Artilharia 1
Francisco Lourenço	Artilharia 1
Inácio Mendes	Infantaria 34
Isaac Pio	Artilharia 1
Joaquim Marques Anacleto Júnior	Artilharia 1
José Bicho	Artilharia 1
José Machado	Artilharia 1
José Rodrigo da Silva Júnior	Artilharia 1
Manuel da Silva	Cavalaria 4
27-05-1917	
Artur Honório da Silva	Infantaria 1
José Augusto Tacão	Infantaria 2
29-05-1917	
Francisco Gonçalves	Infantaria 2
04-06-1917	
Albano Ribeiro Coelho	Artilharia 3
01-07-1917	
Acácio José Neves	Artilharia 1
Eduardo da Costa Serrazina	Artilharia 1
Francisco Florindo Júnior	Artilharia 1
Luís Inácio Tagarro	Artilharia 1
02-07-1917	
Joaquim Bernardo	Escola de equitação
09-07-1917	
João Augusto Ferreira da Costa Júnior	Repartição dos Serviços Administrativos

14-07-1917	
Francisco António Carvalho	Telegrafia
22-07-1917	
Josué Duarte Ruivo	Sapadores de caminhos-de-ferro
08-08-1917	
António Francisco Maltez	Infantaria 16
António Jorge Vaqueiro	Artilharia 1
António Roma	Artilharia 1
Caetano José Ricardo	Artilharia 7
Elias Colaço	Artilharia 1
Francisco Leal	Artilharia 1
Francisco Pereira Mendão Júnior	Artilharia 1
Hermínio Duarte Quaresma	Companhia de Serviços Auxiliares
Horácio Pedreiro	Artilharia 1
Joaquim Carlos Xavier	Sapadores Mineiros
Joaquim Carvalho	Companhia de Serviços Auxiliares
Joaquim D'Évora	Artilharia 1
Joaquim Emídio Rosa	Infantaria 16
José Ferreira Estafermo	Artilharia 1
José Francisco Joanico	Artilharia 1
Joaquim Manuel Peres	Artilharia 1
José Fragoso	Infantaria 16
José Neves	Infantaria 16
Manuel José Esteves de Miranda Júnior	Artilharia 1
Raul Caria	Infantaria 16
19-08-1917	
António de Sousa Raposo	Companhia de Saúde
20-08-1917	
Duarte Laiola	Artilharia 7
21-08-1917	
António Caetano Ricardo	Regimento de Artilharia
António da Silva Flor	Corpo de Artilharia Pesada

António Manuel Gerardo	Artilharia de Costa
António Rodrigues Maximino	Corpo de Artilharia Pesada
Bernardo Bento Rodrigues	Artilharia de Costa
Carlos Caria	Artilharia 3
Francisco Vicente	Corpo de Artilharia Pesada
João de Oliveira Massuça	Corpo de Artilharia Pesada
João José Cartacheira	Corpo de Artilharia Pesada
João Lourenço Coelho	Corpo de Artilharia Pesada
João Tomás	Artilharia 3
Joaquim Acúrsio dos Santos	Artilharia de Costa
Joaquim da Costa Barradas	Corpo de Artilharia Pesada
Joaquim Duarte Severino	Corpo de Artilharia Pesada
José Ferreira Talha	Corpo de Artilharia Pesada
Júlio Calixto	Corpo de Artilharia Pesada
Júlio Louro	Corpo de Artilharia Pesada
Lucindo Pereira	Corpo de Artilharia Pesada
Manuel Carvalho Júnior	Artilharia 1
Pedro Nogueira	Corpo de Artilharia Pesada
Rafael Honório	Corpo de Artilharia Pesada
Virgílio Gabirro	Corpo de Artilharia Pesada
27-08-1917	
Amaro Caria	Sapadores Mineiros
Francisco de Almeida Calado	Corpo de Artilharia Pesada
Francisco Rodrigues Faria	Regimento de Artilharia
Jacinto Caetano	Corpo de Artilharia Pesada
Joaquim António Coito	Corpo de Artilharia Pesada
Joaquim Garé	Corpo de Artilharia Pesada
Joaquim Pedro Lucas	Corpo de Artilharia Pesada
José Simão [Simas]	Corpo de Artilharia Pesada
28-08-1917	
Manuel Caria	Artilharia 1
Manuel Carlos Alberto Silva	Artilharia 1

31-08-1917	
José Caria	Corpo de Artilharia Pesada
13-09-1917	
Manuel Rosário da Costa	Infantaria 16
20-09-1917	
José Ribeiro	Infantaria 16
21-09-1917	
Manuel da Costa Bernardes	Infantaria 16
22-09-1917	
António Duarte	Artilharia 1
25-09-1917	
Manuel Carlos Alberto Silva	Infantaria 16
26-09-1917	
António da Ponte	Infantaria 16
António Raimundo Júnior	Infantaria 16
Carlos Gomes Cavaleiro	Infantaria 16
Francisco de Barros	Artilharia 1
Francisco Martins Carrapato	Infantaria 16
Joaquim Coito Júnior	Artilharia 1
José Estevão de Melo e Silva	Infantaria 16
José Ribeiro Caneco	Infantaria 16
José Silvério Júnior	Artilharia 1
Manuel Évora da Costa	Artilharia 1
Virgílio Rosa Ganão	Companhias de Saúde
10-10-1917	
Duarte Camoez	Artilharia de Costa
João Luís	Corpo de Artilharia Pesada
Joaquim Bernardes Gomes	Corpo de Artilharia Pesada
José Ribeiro	Artilharia de Costa
José Venerando dos Santos	Artilharia de Costa
Justiniano Pereira	Corpo de Artilharia Pesada
Pedro Caria	Corpo de Artilharia Pesada
Sabino Luís da Silva	Corpo de Artilharia Pesada

17-10-1917	
Manuel Lúcio Pita	Infantaria 16
26-10-1917	
Porfírio Martins	Companhia de Administração Militar
10-11-1917	
Miguel Rodrigues Centeno Júnior	Infantaria 31
17-11-1917	
António Botelho	Infantaria 16
António Coelho Serrador	Infantaria 16
António Joaquim Alberto	Infantaria 16
António Marcelino	Infantaria 16
António Monteiro	Infantaria 16
António Pedro Costa	Infantaria 16
António Pedro Gonçalves	Infantaria 16
António Raimundo Reis	Infantaria 16
António Ramalho	Infantaria 16
António Ruivo	Infantaria 16
Apolinário Barros Júnior	Infantaria 16
Apolinário Calisto	Infantaria 16
Carlos Rosa	Infantaria 16
Dimas Ribeiro Caneco	Infantaria 16
Duarte Pereira	Infantaria 16
Filipe Nunes d'Amorim Júnior	Infantaria 16
Francisco dos Santos Correia	Infantaria 16
Francisco Monteiro Raposo	Infantaria 16
Francisco Vieira Coelho	Infantaria 16
Jacinto da Silva	Infantaria 16
Jesuíno Clemente	Infantaria 16
João Capanacho	Infantaria 16
João Filipe Amorim	Infantaria 16
João Nunes Loureiro	Infantaria 16
Joaquim da Costa	Infantaria 16
Joaquim Mendes Barroca	Infantaria 16

Joaquim Paulo Lopes	Infantaria 16
Joaquim Pereira Atalaia	Infantaria 16
José Cesteiro Júnior	Infantaria 16
José da Costa Espalha	Infantaria 16
José Gregório Júnior	Infantaria 16
José Maria Marques	Infantaria 16
José Martins Sardinha	Infantaria 16
José Monteiro Raposo	Infantaria 16
José Pedro da Silva Ouro	Infantaria 16
José Pita	Infantaria 16
José Rodrigues Januário	Infantaria 16
Júlio Caetano	Infantaria 16
Júlio Severino Duarte	Infantaria 16
Luís Manuel Gerardo	Infantaria 16
Manuel da Costa Veríssimo	Infantaria 16
Manuel Eusébio Nico	Infantaria 16
Manuel Jorge	Infantaria 16
Manuel Nunes	Infantaria 16
Manuel Rosa Ganão	Infantaria 16
10-01-1918	
Martiniano Pereira Mendão	Corpo de Artilharia Pesada

Os embarques decorriam ao sabor da organização do CEP, da disponibilidade dos navios ingleses e da função de cada uma das unidades militares. É, assim, possível verificar a concentração do Regimento de Infantaria 34 no mês de Janeiro de 1917, dos Batalhões de Sapadores Mineiros em Abril, do Regimento de Artilharia 1 em Maio, Julho e Agosto ou do Corpo de Artilharia Pesada em Agosto e Outubro. A função de cada unidade no teatro de guerra explica, igualmente, o grande número de embarques realizado em Novembro de 1917, data já um pouco tardia, na qual, inclusivamente, a Grã-Bretanha havia já retirado os seus navios do processo de transporte de tropas portuguesas para França. De facto, o Regimento de Infantaria 16 não constava do esquema de organização do CEP, apresentando-se,

juntamente com os Regimentos de Infantaria 6, 18, 19, 30, 32 e 33, como um Batalhão de Depósito que tinha como missão a substituição de militares de outras unidades que haviam sido feridos ou mortos. Esta situação explica a concentração dos embarques desta unidade nos meses de Setembro e Novembro e justifica, também, a sua inclusão esporádica noutras datas. Analisando os embarques do ponto de vista das unidades de origem torna-se, também, possível identificar o fenómeno, ainda que insuficiente, do reforço das tropas.

Figura 10. Datas de embarque por unidade militar de origem

Regimento de Infantaria 1	
Artur Honório da Silva	27-05-1917
Regimento de Infantaria 2	
Francisco Gonçalves	29-05-1917
José Augusto Tação	27-05-1917
Regimento de Infantaria 14	
Joaquim de Nazaré Barbosa	14-04-1917
Regimento de Infantaria 16	
António Botelho	17-11-1917
António Carvalho Marques	20-02-1917
António Coelho Serrador	17-11-1917
António da Ponte	26-09-1917
António Francisco Maltez	08-08-1917
António Joaquim Alberto	17-11-1917
António Marcelino	17-11-1917
António Monteiro	17-11-1917
António Pedro Costa	17-11-1917
António Pedro Gonçalves	17-11-1917
António Raimundo Júnior	26-09-1917
António Raimundo Reis	17-11-1917
António Ramalho	17-11-1917
António Ruivo	17-11-1917
Apolinário de Barros	17-11-1917
Apolinário Calisto	17-11-1917

Carlos Gomes Cavaleiro	26-09-1917
Carlos Rosa	17-11-1917
Dimas Ribeiro Caneco	17-11-1917
Duarte Pereira	17-11-1917
Filipe Nunes d' Amorim Júnior	17-11-1917
Francisco dos Santos Correia	17-11-1917
Francisco Martins Carrapato	26-09-1917
Francisco Monteiro Raposo	17-11-1917
Francisco Vieira Coelho	17-11-1917
Jacinto da Silva	17-11-1917
Jesuíno Clemente	17-11-1917
João Capanacho	17-11-1917
João Filipe Amorim	17-11-1917
João Nunes Loureiro	17-11-1917
Joaquim da Costa	17-11-1917
Joaquim Emídio Rosa	08-08-1917
Joaquim Mendes Barroca	17-11-1917
Joaquim Paulo Lopes	17-11-1917
Joaquim Pereira Atalaia	17-11-1917
José Cesteiro Júnior	17-11-1917
José da Costa Espalha	17-11-1917
José Estevão de Melo e Silva	26-09-1917
José Fragoso	08-08-1917
José Gregório Júnior	17-11-1917
José Maria Marques	17-11-1917
José Martins Sardinha	17-11-1917
José Monteiro Raposo	17-11-1917
José Neves	08-08-1917
José Pedro da Silva Ouro	17-11-1917
José Pita	17-11-1917
José Ribeiro	20-09-1917
José Ribeiro Caneco	26-09-1917
José Rodrigues Januário	17-11-1917

José Vieira	14-02-1917
Júlio Caetano	17-11-1917
Júlio Severino Duarte	17-11-1917
Luís Manuel Gerardo	17-11-1917
Manuel Carlos Alberto Silva	25-09-1917
Manuel da Costa Bernardes	21-09-1917
Manuel da Costa Veríssimo	17-11-1917
Manuel Eusébio Nico	17-11-1917
Manuel Jorge	17-11-1917
Manuel Lúcio Pita	17-11-1917
Manuel Nunes	17-11-1917
Manuel Rosa Ganão	17-11-1917
Manuel Rosário da Costa	13-09-1917
Manuel Susano	21-04-1917
Raul Caria	08-08-1917
Regimento de Infantaria 22	
Joaquim Augusto Quaresma	20-01-1917
Regimento de Infantaria 31	
Miguel Rodrigues Centeno Júnior	10-11-1917
Regimento de Infantaria 34	
António da Silva Vintém	19-01-1917
António Gomes Bernardino	19-01-1917
Inácio Mendes	26-05-1917
Joaquim Casqueiro Júnior	19-01-1917
Ventura Neves	19-01-1917
Regimento de Artilharia 1	
Acácio José Neves	01-07-1917
António Duarte	22-09-1917
António Joaquim Ricardo	26-05-1917
António Jorge	26-05-1917
António Jorge Vaqueiro	08-08-1917
António José Louro	26-05-1917
António Roma	08-08-1917

Eduardo da Costa Serrazina	01-07-1917
Elias Colaço	08-08-1917
Francisco de Barros	26-09-1917
Francisco Florindo Júnior	01-07-1917
Francisco Leal	08-08-1917
Francisco Lourenço	26-05-1917
Francisco Pereira Mendão Júnior	08-08-1917
Horácio Pedreiro	08-08-1917
Isaac Pio	26-05-1917
Joaquim Coito Júnior	26-09-1917
Joaquim d'Évora	08-08-1917
Joaquim Manuel Peres	08-08-1917
Joaquim Marques Anacleto Júnior	26-05-1917
José Bicho	26-05-1917
José Ferreira Estafermo	08-08-1917
José Francisco Joanico	08-08-1917
José Machado	26-05-1917
José Rodrigo da Silva Júnior	26-05-1917
José Silvério Júnior	26-09-1917
Luis Inácio Tagarro	01-07-1917
Manuel Carlos Alberto Silva	28-08-1917
Manuel Carvalho Júnior	21-08-1917
Manuel Évora da Costa	26-09-1917
Manuel José Esteves de Miranda Júnior	08-08-1917
Quartel-General	
Adelino Nogueira	26-05-1917
Manuel Fialho	14-03-1917
Manuel Marques Barbosa	23-02-1917
Regimento de Artilharia 3	
Albano Ribeiro Coelho	04-06-1917
Carlos Caria	21-08-1917
João Tomás	21-08-1917

Regimento de Artilharia 7	
Caetano José Ricardo	08-08-1917
Duarte Laiola	20-08-1917
Batalhão de Sapadores de Caminhos-de-Ferro	
Carlos Paulo do Nascimento	21-04-1917
Josué Duarte Ruivo	22-07-1917
Regimento de Cavalaria 4	
António Marques da Horta	22-03-1917
José Carvalho	23-03-1917
Manuel da Silva	26-05-1917
Corpo de Artilharia Pesada	
António da Silva Flor	21-08-1917
António da Silva Moleiro Júnior	Ilegível
António Rodrigues Maximino	21-08-1917
Francisco de Almeida Calado	27-08-1917
Francisco Vicente	21-08-1917
Jacinto Caetano	27-08-1917
João de Oliveira Massuça	21-08-1917
João José Cartacheira	21-08-1917
João Lourenço Coelho	21-08-1917
João Luís	10-10-1917
Joaquim António Coito	27-08-1917
Joaquim Bernardes Gomes	10-10-1917
Joaquim da Costa Barradas	21-08-1917
Joaquim Duarte Severino	21-08-1917
Joaquim Garé	27-08-1917
Joaquim Pedro Lucas	27-08-1917
José Caria	31-08-1917
José Ferreira Talha	21-08-1917
José Simão [Simas]	27-08-1917
Júlio Calixto	21-08-1917
Júlio Louro	21-08-1917
Justiniano Pereira	10-10-1917

Lucindo Pereira	21-08-1917
Martiniano Pereira Mendão	10-01-1918
Pedro Caria	10-10-1917
Pedro Nogueira	21-08-1917
Rafael Honório	21-08-1917
Sabino Luís da Silva	10-10-1917
Virgílio Gabirro	21-08-1917
Batalhão de Sapadores Mineiros	
Amaro Caria	27-08-1917
António Bento Alves Salgado	21-04-1917
António Feliciano	21-04-1917
Carlos da Silva Rochado	21-04-1917
João Vieira Mila	21-04-1917
Joaquim Alves Salgado	21-04-1917
Joaquim Carlos Xavier	08-08-1917
José Maria	22-04-1917
Luís Nogueira	22-03-1917
Artilharia	
António Caetano Ricardo	21-08-1917
Francisco Rodrigues Faria	27-08-1917
Serviço de Higiene e Bacteriologia	
António da Silva Flor	22-02-1917
Companhias de Saúde	
Joaquim Marques	15-04-1917
José da Silva Flor	23-03-1917
José Marques	15-04-1917
Virgílio Rosa Ganão	26-09-1917
Hospital de Medicina	
Henrique Ernesto da Costa	22-03-1917
Companhia de Serviços Auxiliares	
Hermínio Duarte Quaresma	08-08-1917
Joaquim Carvalho	08-08-1917

Companhia de Pontoneiros	
João Bernardo da Silva	21-04-1917
Manuel Rodrigues Cação	21-04-1917
Escola de equitação	
Joaquim Bernardo	02-07-1917
Comboio automóvel	
Júlio Ferreira	21-05-1917
Grupo de Metralhadoras	
Vítor José Serrão	21-03-1917
Companhia de Administração Militar	
Porfírio Martins	26-10-1917
Repartição dos Serviços Administrativos	
João Augusto Ferreira da Costa Júnior	09-07-1917
José Augusto Sá da Costa	26-04-1917
Companhia de Projectores de Campanha	
António de Sousa Raposo	19-08-1917
Artilharia de Costa	
António Manuel Gerardo	21-08-1917
Bernardo Bento Rodrigues	21-08-1917
Duarte Camoez	10-10-1917
Joaquim Acúrsio dos Santos	21-08-1917
José Ribeiro	10-10-1917
José Venerando dos Santos	10-10-1917

É, também, preciso não esquecer que a partir do Verão de 1917 a Grã-Bretanha começaria progressivamente a retirar os seus navios do transporte de tropas portuguesas, sendo o último navio retirado em Outubro de 1917.⁴⁷ Assim, os 56 militares que partiriam para França a partir do início desse mês seriam transportados pelos navios portugueses Pedro Nunes e Gil Eanes, nas quatro viagens que realizariam entre Outubro de 1917 e Fevereiro de 1918.

⁴⁷ Cf. capítulo 5.

3.2. O desembarque em Brest

Tal como os embarques, os desembarques eram, também, muitas das vezes desorganizados, tendo, amiúde, os militares de esperar no interior dos navios durante alguns dias.⁴⁸ Entre Fevereiro de 1917 e Fevereiro de 1918 desembarcariam em Brest cerca de 53 mil militares do CEP.

Figura 11. Desembarques em Brest⁴⁹

Data	Navios	Número de expedicionários
Fevereiro 1917	7 navios ingleses	12420
	2 navios portugueses	
Março 1917	7 navios ingleses	6610
	1 navio português	
Abril 1917	7 navios ingleses	8269
	1 navio português	
Maio 1917	7 navios ingleses	8076
Julho 1917	2 navios ingleses	7196
	2 navios portugueses	
Agosto 1917	2 navios ingleses	7590
	2 navios portugueses	
Setembro 1917	2 navios ingleses	2620
Outubro 1917 Fevereiro 1918	2 navios portugueses em 4 viagens	1836

A zona de concentração dos primeiros efectivos do CEP estava situada na região de Aire-sur-la-Lys / Théroouane e Saint-Omer, a cerca de 700 kms de Brest. Após o desembarque era, por vezes, necessário permanecer durante uns dias em Brest antes de seguir por comboio até à zona portuguesa.⁵⁰ A viagem demorava cerca de três dias e era dificultada pelas temperaturas negativas do Inverno anormalmente frio de 1917 – tendo chegado aos 15º negativos -, pelas rações frias e pela falta de higiene.⁵¹ Entre Fevereiro e Outubro de 1917 foram

⁴⁸ MARQUES, *op. cit.*, p.56.

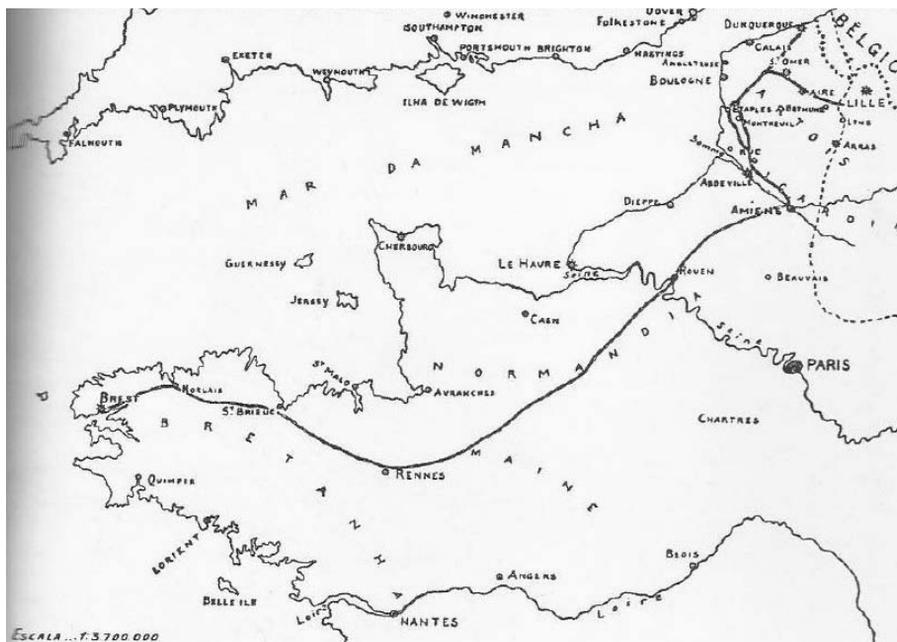
⁴⁹ MARQUES, *op. cit.*, p.60.

⁵⁰ MARQUES, *op. cit.*, p.63.

⁵¹ MARQUES, *op. cit.*, p.65.

organizadas 117 composições ferroviárias, cada uma delas transportando cerca de 1400 homens.⁵²

Figura 12. Percurso das tropas portuguesas desde o desembarque em Brest até à zona de concentração



Mapa da coleção do Arquivo Histórico-Militar, publicado em GERALDO, José, José Maria Hermano Baptista. *Um herói na Primeira Guerra Mundial*, Lisboa: Âncora Editora, 2013, p.53.

Chegados ao destino, sem possibilidade de descanso, era ainda necessário percorrer a pé uma distância entre 10 e 30 kms.⁵³ Habitados ao clima ameno português, as temperaturas elevadas que pautaram a instrução em Tancos não prepararam o CEP para os rigores do Inverno na Flandres, e muitos baixaram ao hospital à chegada à zona de concentração. Aqueles que permaneciam sãos, tiveram a oportunidade de descansar um pouco nos locais de acantonamento. Porém, estes

⁵² SANTOS, Gil Manuel Morgado dos e SANTOS, Gil Filipe Galvão, *De Chaves a Copenhaga. A saga de um combatente*. António Pereira dos Santos, Lisboa: Prefácio, 2008, p.53.

⁵³ MARQUES, *op. cit.*, p.68.

Aqui, a cerca de 30 kms das trincheiras, tendo consciência de que a instrução ministrada em Tancos não fora suficiente nem adequada ao palco de guerra europeu, as tropas britânicas iniciaram um programa de instrução para os militares do CEP, no qual estes são familiarizados com as técnicas de guerra de trincheira usadas na Flandres e com a utilização de novas armas.⁵⁶

A marcha para as trincheiras iria iniciar-se apenas em Abril de 1917, ainda como complemento da instrução. De facto, a Grã-Bretanha foi bastante cuidadosa na forma como integrou as forças portuguesas. Após a instrução, as companhias são integradas em batalhões britânicos junto dos quais têm, pela primeira vez, contacto com a frente de batalha. Posteriormente, integrados uma brigada britânica, recebem a responsabilidade de um sector, o que viria apenas a acontecer a 30 de Maio, num sector de 3,5 kms na zona de Ferme du Bois.⁵⁷ Apenas em Novembro de 1917 a Primeira Divisão do CEP iria ocupar um sector na frente, com uma extensão que oscilou entre os 10 e os 12 kms.

3.3. As trincheiras

As trincheiras marcariam a face da I Guerra Mundial. Uma guerra com pouco movimento na qual a conquista de alguns metros era um feito dificilmente alcançável. O sistema de trincheiras era constituído, tipicamente, por uma rede de corredores escavados no solo, cujas paredes eram sustentadas por pranchas de madeira e chapas de zinco ondulado. Caso o terreno fosse alagadiço, as trincheiras tinham de ser construídas à superfície, usando sacos de terra.⁵⁸ Era este o cenário no sector português. O terreno pantanoso fazia com que a água surgisse a 50 ou 60 cm de profundidade. As trincheiras eram, assim, construídas com recurso a sacos de terra, palha e ripas de madeira. Em alguns locais, os taludes encontravam-se poucos centímetros acima do nível da cabeça dos soldados. Noutros estes tinham mesmo de se deslocar agachados.⁵⁹

O sector português era constituído por três linhas de trincheira que se articulavam através de canais de comunicação. A primeira linha

⁵⁶ TELO, *op. cit.*, p.384.

⁵⁷ TELO, *op. cit.*, p.386.

⁵⁸ SANTOS, *op. cit.*, p.64.

⁵⁹ MARQUES, *op. cit.*, p.91.

era aquela que se encontrava mais próximo da trincheira inimiga, desdobrando-se nas linhas A, B e C. A linha A, ou linha da frente, encontrava-se junto à “Terra de Ninguém”, os poucos metros – normalmente entre 50 e 500 – que separavam as trincheiras dos Aliados da primeira linha de tropas dos Impérios Centrais e era constituída por uma sucessão de postos de observação e defesa ligados por uma trincheira. Entre 300 e 800 metros atrás situava-se a linha de defesa (B), uma trincheira protegida por uma zona de arame farpado. A linha de reserva (C) era descontínua, apresentando vários redutos ocupados por forças de apoio e reserva, sendo também o local onde eram guardados alimentos, água e munições.⁶⁰ A segunda linha - também conhecida como linha intermédia, linha das aldeias ou de brigada - encontrava-se a cerca de 3,5 kms da primeira linha e apresentava ligações às estradas. Era constituída por uma série de pontos relativamente isolados, defendidos por arame farpado e utilizava casas em ruínas em redor das quais construía obras de fortificação de campanha.⁶¹ Entre 4 e 6 kms a partir da linha da frente encontrava-se a terceira linha, também denominada Linha de Defesa ou de Corpo, onde se situava o Quartel-General. Tratava-se de um conjunto de redutos ligados por trincheiras com abrigos de betão para metralhadoras.

Nas trincheiras desenvolvia-se toda a vida dos militares. Eram espaços de vigia, refúgio e convívio onde se organizavam postos de socorro, abrigos de artilharia, cozinhas, latrinas, locais de descanso e oratórios. Neste espaço tudo acontecia segundo a “rotina da trincha”, interrompida por disparos, bombardeamentos e raids inimigos. Na trincheira, o serviço iniciava com a formatura da tarde, às 18h. Com a noite vinha a limpeza do armamento, da trincheira e os arranjos necessários na Terra de Ninguém - como a recolocação das fiadas de arame farpado - feitos sobretudo nas noites sem luar. A coberto da noite, era também a altura de recolher os feridos que haviam ficado entre as duas trincheiras e era a oportunidade de regressar para aqueles que tinham ficado encurralados nas grandes valas que pautavam a Terra de Ninguém. Uma hora antes do nascer do sol tinha lugar a formatura da manhã, que antecedia quatro ou cinco horas relativamente tranquilas e que permitiam algum repouso.⁶²

⁶⁰ SANTOS, *op. cit.*, pp.64-65.

⁶¹ SANTOS, *op. cit.*, p.66.

⁶² MARQUES, *op. cit.*, p.118

Os tempos desenrolavam-se ao sabor das horas de sol e da própria luminosidade. Quando o sol se encontrava baixo e nas costas dos atiradores era a ocasião para disparar para a trincheiras inimiga de forma a que não fosse possível localizar a posição das baterias através dos clarões.⁶³ As sentinelas revezavam-se continuamente, no entanto, existiam momentos de espera e momentos de combate. Os primeiros eram aproveitados para a limpeza e remuniamento das armas, para a limpeza da trincheira e para os trabalhos de construção e reparação. Na rectaguarda o dia-a-dia era um pouco menos duro. Na linha C era possível dormir em casas da aldeia. A noite era passada em reparações e o dia em instrução. Na reserva, findos os trabalhos do dia, era possível dormir durante a noite. O mesmo não acontecia na linha da frente, onde o máximo que se podia esperar era dormir sobre a lama no chão da trincheira.

Além do perigo, do frio, da falta de higiene, do convívio com os parasitas e ratos que vagueavam pela trincheira e da lama que causava infecções nos feridos e gangrenava os pés dos combatentes, a alimentação era outro desafio para o CEP. Segundo o acordo luso-britânico, a alimentação das tropas portuguesas ficava a cargo da Grã-Bretanha.

Figura 14. Ração diária do Corpo Expedicionário Português⁶⁴

Géneros alimentícios	Substituições	Suplemento
Pão: 0,453 kg	Bolacha: 1,340 kg	Manteiga: 0,056 kg, três vezes por semana
Carne fresca congelada: 0,453 kg	Carne de conserva: 0,340 kg	Pickles: 0,028 kg
Doce: 0,085 kg	Fruta fresca: 0,085 kg	Fósforos: uma caixa, duas vezes por semana
Queijo: 0,085 kg		Tabaco: 0,056 kg, uma vez por semana
Açúcar: 0,085 kg		

⁶³ MARTELO, David, "Trincheiras. O triunfo do fogo", In *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (org.), Lisboa, Diário de Notícias, 2003, p.160.

⁶⁴ MARQUES, *op. cit.*, pp.131-135.

Sal: 0,015 kg		Rum: 0,07 L, diariamente
Pimenta: 0,0008 kg		Um cantil de água, café em substituição do chá e dois decilitros de vinho fornecidos pelo Governo Português.
Mostarda: 0,0006 kg		
Leite condensado: 0,028 kg		
Legumes verdes e batatas: 0,225 kg		

Além das rações terem começado a diminuir progressivamente à medida que se agravavam as dificuldades de transporte da Grã-Bretanha⁶⁵, as tropas portuguesas tinham ainda dificuldade em habituar-se à alimentação inglesa. Como refere Luís Alves Fraga,

“os portugueses dispensavam de boa mente, o chá, o queijo, a mostarda, os pickles, a sopa juliana, as castanhas, o arroz, o corned-beef; queriam as hortaliças frescas – tiveram de se cultivar à rectaguarda – batatas, cebolas, bacalhau, chouriço, conservas de atum e sardinha, vinho e café. Algumas substituições foram possíveis de fazer, mas, a maioria das vezes, o rancho era de todo intragável.”⁶⁶

A confecção dos alimentos apresentava, também, dificuldades. As refeições eram confeccionadas em cozinhas de campanha – as chamadas “rodadas” -, que eram constituídas por um fogão a lenha colocado por cima de um rodado puxado a muares. Juntamente às rodadas deslocavam-se pelas trincheiras os carros destinados ao transporte da lenha, água, tachos e outros instrumentos de cozinha.⁶⁷

Ao contrário da alimentação, o fardamento das tropas do CEP encontrava-se ao cuidado de Portugal. Este não era, contudo, suficiente nem apropriado. Além das mudas de roupa não serem bastantes, as botas não se encontravam preparadas para terrenos lamacentos e não eram usados tecidos impermeáveis. Os agasalhos não eram,

⁶⁵ MARQUES, *op. cit.*, p.134.

⁶⁶ FRAGA, Luís Alves de, *Guerra & marginalidade. O comportamento das tropas portuguesas em França, 1917-1918*, Lisboa, Prefácio, 2003, p.85.

⁶⁷ MARQUES, *op. cit.*, p.357.

igualmente, suficientes, para o frio que se fazia sentir no Inverno de 1917-1918. Para tentar colmatar esta falha foram dados pelicos aos militares do CEP, coletes de pelo de carneiro que, além de desenvolverem parasitas, eram ainda alvo de chacota por parte de militares estrangeiros.⁶⁸

Quanto às instalações de acantonamento, estas variavam consoante a linha de trincheira e a patente do militar. Na terceira linha, os oficiais acomodavam-se em antigos chalets e edifícios públicos, dispondo de cama, lençóis, cobertor e aquecimento. Os soldados, por sua vez, pernoitavam nos acampamentos de “pau e lona”, em barracas de 4 a 5 metros onde dormiam entre 8 e 10 homens, ou em barracas de madeira com telhado feito com chapas de zinco, superlotadas, onde os militares permaneciam em camas de rede. Na segunda linha, os militares instalavam-se em quintas e casas civis a troco de uma renda. Os oficiais alugavam quartos por 2 francos ao dia, enquanto os soldados pagavam 5 cêntimos para pernoitar nos celeiros, telheiros ou cavaliariças. Nas trincheiras, apesar do espaço relativamente homogêneo, as diferenças entre patentes também se faziam sentir. Enquanto os oficiais dispunham de uma cama de lona ou arame, os soldados dormiam na lama sobre o cobertor.⁶⁹

A “rotina da trincha” era interrompida de seis em seis dias, pelo chamado roulement, a rendição de uma companhia para descanso na reatguarda, onde o tempo livre era dividido entre a camaradagem, a música, a correspondência com as famílias e, por vezes, as idas ao *estaminet* ou às sessões de cinematógrafo. Este período de descanso era essencial para a manutenção da saúde dos militares dado o enorme desgaste físico e psicológico que significava estar na linha da frente. A sua relação com a debilitação dos corpos era tão significativa que, em média, durante os seis dias de permanência nos pontos mais avançados da trincheira cada combatente perdia cerca de três quilos.⁷⁰ O roulement começou, porém, a tornar-se insuficiente tendo sido instaurado o regime de licenças em Setembro de 1917. Entre Setembro e Dezembro de 1917, este tendeu a tornar-se cada vez mais longo, de forma a permitir o regresso temporário a Portugal. Assim, as licenças

⁶⁸ FRAGA, Luís Alves de, “Ordem de Batalha do CEP”, In *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (org.), Lisboa, Diário de Notícias, 2003, p.274.

⁶⁹ MARQUES, *op cit.*, pp.156-160.

⁷⁰ MARQUES, *op. cit.*, p.120.

por 15 dias atribuídas em Setembro de 1917, passaram, no mesmo mês, a 20 dias. A partir de 10 de Novembro estas permitem já o regresso temporário a Portugal, no entanto, as dificuldades de transporte e de substituição das tropas levam à sua não atribuição. Em Dezembro de 1917 os soldados veem as suas licenças ser diminuídas, permitindo-lhes apenas deslocar-se até ao campo de repouso do comando da base. Em Setembro de 1918, a concessão de licenças passa a fazer-se em bases mais apertadas.⁷¹ Como resultado, a permanência na frente começa a aumentar chegando a ultrapassar um ano⁷², com resultados visíveis no estado de saúde dos combatentes e na moral do CEP.

3.4. Os cartaxenses na frente europeia

Como foi referido anteriormente, o percurso individual dos combatentes do CEP durante a guerra é difícil de apreender. Porém, as fontes históricas permitem seguir o percurso de algumas das unidades militares que estes integravam, permitindo conhecer um pouco mais sobre o percurso de alguns dos combatentes cartaxenses na Flandres.

No que diz respeito ao Regimento de Infantaria 1⁷³, este embarcou em Lisboa a 27 de Maio de 1917 comandado pelo Capitão José Nunes da Silva Santos. Chegado à zona de concentração, acantona em Ouve-Wirquin onde inicia a instrução com o exército inglês, passando a ser comandado pelo Major António Pereira de Sande. Nos finais de Junho ou inícios de Julho de 1917 o regimento desloca-se para sul, para a zona de Enquin-les-Mines, a partir da qual as várias companhias passaram a receber instrução nas trincheiras inglesas localizadas perto de Locon. No início de Agosto, o regimento foi transferido para Le Bout de la Ville sob o comando do Major Carlos Augusto Vergueiro.

No final de Agosto, o regimento ocupa finalmente um sub-sector na frente, ficando responsável pela zona do Canal de la Bassée, onde permaneceu durante oito dias. Retirando para La Gorgue, na zona de Pas-de-Calais, avança depois para Armentières para ocupar a frente de Houplines. A 21 de Novembro de 1917 retorna a La Gorgue para render o Regimento de Infantaria 14 que se encontrava em

⁷¹ MARQUES, *op. cit.*, pp.123-124.

⁷² MARQUES, *op. cit.*, p.128.

⁷³ MAGNO, David, *Livro da Guerra de Portugal na Flandres*, Volume II, Porto, Companhia Portuguesa, 1921, pp.53-57.

Fauquissart – II, quando foi atacado por um *raid* alemão entre os dias 23 e 24, que conseguiu repelir apesar de uma inicial penetração inimiga na primeira linha. Em finais de Janeiro de 1918, a unidade retira para descanso em La Gorgue regressando às trincheiras no início de Março na zona de Chamigny – I. A 7 de Abril de 1918 ocuparia a zona de Neuve-Chapelle rendendo o Regimento de Infantaria 12. Neuve-Chapelle seria um dos sub-sectoros atingidos pela investida alemã na madrugada de 9 de Abril, quando esta unidade se encontrava na primeira linha.⁷⁴ Artur Honório da Silva seria, assim, um dos combatentes que enfrentaram a primeira investida do ataque alemão. A unidade seria dizimada e os militares que conseguiram resistir ao ataque passariam a constituir, juntamente com os sobreviventes dos Regimentos de Infantaria 2 e 5, o 3.º Batalhão da 4.ª Brigada do CEP.

Quanto ao Regimento de Infantaria 2⁷⁵, o *Livro da Guerra de Portugal na Flandres*, de David Magno, não apresenta dados tão minuciosos quanto os anteriores. Sabe-se que este regimento embarcou em Lisboa no dia 27 de Maio de 1917 – apesar dos boletins individuais referirem que o mesmo teve lugar no dia 29 – acabando por ficar responsável por uma zona compreendida entre Fauquissart e Chamigny, onde repele um *raid* alemão no dia 12 de Março de 1918. A 3 de Abril é a vez desta unidade realizar um *raid* às linhas inimigas. No dia 9 de Abril, o Regimento de Infantaria 2 encontrava-se na primeira linha do sub-sector de Neuve-Chapelle, juntamente com o Regimento de Infantaria 1, recebendo o primeiro embate do ataque alemão naquela que ficaria denominada como Batalha de La Lys.

Por seu lado, o Regimento de Infantaria 34⁷⁶ foi a primeira unidade a embarcar rumo a França, no dia 19/20 de Janeiro de 1917. Contudo, esta unidade permaneceria no interior do navio que os transportaria até França durante cerca de 10 dias, deixando a barra do Tejo apenas no dia 30. Chegados à zona de concentração, estabelecem-se em Enguinegatte onde o comando foi assumido pelo Capitão Luís José da Mota. No final de Abril faz a instrução nas linhas inglesas tomando a responsabilidade pelo sub-sector de Fauquissart a 11 de Maio de 1918, tendo sido o primeiro batalhão a entrar nas trincheiras.

⁷⁴ Cf. capítulo 5.

⁷⁵ MAGNO, *op. cit.*, pp.57-61.

⁷⁶ MAGNO, *op. cit.*, p.146.

Quanto às outras unidades às quais pertenceram combatentes cartaxenses as fontes são mais omissas, podendo, porém, salientar-se o Batalhão de Sapadores dos Caminhos-de-Ferro, comandado pelo Major Raúl Augusto Esteves, condecorado com a Ordem Militar de Torre e Espada *“porque durante toda a campanha, se desempenhou com coragem e proficiência, de modo a merecer honrosas referencias das autoridades britanicas, sob cujas ordens prestou assinalados serviços”*. Ou ainda a 1.^a Companhia de Sapadores Mineiros que tomou parte nos *raids* de 9 e 19 de Março de 1918, sendo condecorados com a Cruz de Guerra.⁷⁷

Ainda no que diz respeito a acções militares específicas, e excluindo a Batalha de La Lys que será tratada em capítulo próprio, é possível sublinhar a participação de alguns cartaxenses em operações militares relevantes para o curso da guerra. Por exemplo, António Jorge Vaqueiro tomaria parte nas tomadas de Lille e Tournais em Outubro e Novembro de 1918, incorporado do XI Corpo de Artilharia Inglesa. António Raimundo Reis e António Raimundo Júnior tomariam parte na passagem do Rio Escalda a 9 de Novembro de 1918, integrados no Regimento de Infantaria 35. Por sua vez, Elias Colaço tomou parte em todas as acções militares que teriam lugar na 1.^a linha do sector de Armentières entre Fevereiro e Abril de 1918.

⁷⁷ MAGNO, *op. cit.*, p.15.

4. VIVER NAS TRINCHEIRAS

4.1. Os cuidados de saúde

As novidades que a I Guerra Mundial apresentou em termos de novos armamentos e inovações tecnológicas aplicadas ao esforço de guerra tiveram, também, como resultado novos desafios em termos dos cuidados de saúde prestados. Por acção da guerra de fogo que caracterizou o conflito e que infligia novos tipos de ferimentos e mutilações e devido aos gases tóxicos utilizados, os cuidados de saúde na frente depararam-se com novas situações às quais deveriam dar resposta no próprio palco de guerra. Aos ferimentos físicos acaba, igualmente, por aliar-se um outro desafio ainda não muito compreendido pelos médicos da altura: o impacto psicológico da guerra, causado pelos seus horrores e pelo cansaço e desgaste psicológico e emocional sentidos na frente.

A frente europeia apresentava características distintas em termos de cuidados de saúde, também decorrentes das idiosincrasias do próprio conflito e das necessidades que deveriam ser supridas. Enquanto em África os cuidados médicos eram, sobretudo, recebidos nas cidades, apesar dos contingentes militares serem, por norma, acompanhados por oficiais-médicos, em França foi desenvolvido um Serviço de Saúde complexo, ainda que dependente de Inglaterra. O tratamento de ferimentos físicos seguia um esquema assistencial próprio, sendo estes conduzidos pelos maqueiros até aos postos de socorro avançado. Os maqueiros eram, de facto, os únicos autorizados a fazer o transporte de feridos e é necessário ter em conta que, muitas das vezes, estes tinham de aguardar várias horas na Terra de Ninguém até ser feita a evacuação. Como foi referido anteriormente, o resgate dos soldados feridos na zona que separava as trincheiras dos dois

exércitos era feito durante a noite, quando os maqueiros se encontravam mais protegidos dos atiradores inimigos que aguardavam algum movimento na Terra de Ninguém. Os casos mais graves que não permitiam a evacuação, ou caso esta não pudesse ser feita de forma imediata, eram tratados na trincheira. Por seu lado, os mais ligeiros eram encaminhados para as ambulâncias.⁷⁸

As ambulâncias encontravam-se em zonas a salvo dos ataques alemães e, apesar do seu inicial carácter itinerante, apresentavam uma estrutura mais complexa, aí permanecendo os feridos cujo restabelecimento era esperado em menos de dois meses.⁷⁹ Os restantes deveriam ser encaminhados para os hospitais da rectaguarda. Porém, dado o aumento do número de feridos que não podiam deslocados, algumas das ambulâncias perderam o seu carácter itinerante tornando-se hospitais de evacuação, denominados hospitais de sangue. Tal aconteceu com as ambulâncias n.ºs 2 e 9 que passaram, respectivamente, a Hospital de Sangue n.ºs 1 e 2. O primeiro foi inaugurado a 5 de Agosto de 1917 em Merville num casarão de três andares, tendo como objectivo a hospitalização de feridos. Quanto ao segundo, foi criado em Saint-Venant e destinava-se ao tratamento de doentes de foro médico.⁸⁰

Os feridos cujo restabelecimento se previa mais longo eram encaminhados para outros hospitais na rectaguarda, nomeadamente, os Hospitais de Base n.ºs 1 e 2, em Ambleteuse e o Hospital Militar Português em Hendaia. O Hospital de Base n.º 1 iniciou o seu funcionamento a 26 de Março de 1918 com capacidade para 1500 camas. Pelo contrário, o Hospital de Base n.º 2 tinha apenas capacidade para cerca de 500-600 internamentos e tinha como objectivo o descongestionamento do hospital britânico, recebendo enfermos com doenças médicas e venéreas. Por seu lado, o Hospital Militar Português apresentava-se como um hospital de convalescença e estava instalado no Casino de Hendaia, junto ao mar⁸¹, edifício que havia sido cedido ao Governo Português sendo administrado pela Cruzada das Mulheres Portuguesas. O hospital dispunha de 106 camas, uma sala de radiografia e uma sala de operações, tendo o material sido parcialmente

⁷⁸ MARQUES, *op. cit.*, p.171.

⁷⁹ MARQUES, *op. cit.*, p.173.

⁸⁰ MARQUES, *op. cit.*, p.177.

⁸¹ MARQUES, *op. cit.*, p.180.

adquirido em Portugal e complementado com utensílios oriundos do Hospital Militar de Baiona. (anexo 4)

No seu conjunto, o Serviço de Saúde em França era constituído pelo Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa, em Ambleteuse e pelo Hospital Militar Português em Hendaia; pelos dois hospitais de base em Ambleteuse e pelos hospitais de sangue, em Merville e Saint-Venant, numa rede complementada com ambulâncias situadas, nomeadamente, em Ham de Blessy e Marthes (n.º 1), Ecques e Merville (n.º 2), Vieille-Chapelle e Tombe Véllet (n.º 3), Fauquembergues (n.º 4), Dohem e Marthes (n.º 6), Ecques e Zelobes (n.º 7), Dohem e Calonne (n.º 8) e Saint-Venant (n.º 9). Adicionalmente, os combatentes portugueses convalesceram ainda em unidades médicas aliadas, como o Stationary Hospital n.º 46 e o Convalescent Depot n.º 6, ambos em Étaples; o Canadian General Hospital n.º 3 em Boulogne; os Stationary Hospitals n.ºs 8, 14 e 32 em Wimereux; o Convalescent Depot n.º 1 em Boulogne; o Stationary Hospital n.º 39 em Aire-Lille; o Canadian General Hospital n.º 7 em Étaples; os Stationary Hospitals n.ºs 4 e 12, respectivamente em Longuenesse e Rouen ou Saint Pol; o Hôpital Complémentaire n.º 6 em Brest ou os General Hospitals n.º 51 em Étaples, 54 em Vimereux e n.º 16 em Le Tréport.

Figura 16. Localização dos Serviços de Saúde de apoio às tropas





Legenda:

- | | |
|---------------------|-------------------------|
| 1. Ambleteuse | 11. Zelobes |
| 2. Hendaye | 12. Calonne-sur-la-Lys |
| 3. Merville | 13. Étaples |
| 4. Saint-Venant | 14. Bolonha-sobre-o-Mar |
| 5. Blessy | 15. Wimereux |
| 6. Marthes | 16. Lille |
| 7. Ecques | 17. Longuenesse |
| 8. Vieille-Chapelle | 18. Rouen |
| 9. Fauquembergues | 19. Brest |
| 10. Dohem | 20. Le Tréport |

Além da recuperação de ferimentos, a baixa à ambulância passou a ser, com o decorrer da guerra, cada vez mais utilizada para tentar aplacar os efeitos do cansaço e desgaste psicológico e emocional sentidos pelos combatentes do CEP. Baixar à ambulância era uma forma de escapar ao perigo, à “rotina da trincha” e ao seu ambiente. Era uma oportunidade para descansar durante alguns dias numa cama lavada, com lençóis e almofada. Com o desenrolar do conflito, surgem as automutilações e as doenças não comprovadas que davam lugar a processos disciplinares. Mas também alguns médicos começam a perceber a importância da retirada temporária dos soldados da frente, dado o seu estado psicológico. O impacto desta medida na disponibilidade das tropas viria a dar lugar a admoestações por parte dos oficiais superiores. De facto, três semanas antes da Batalha de La Lys, escrevia o médico Jaime Cortesão:

“ (...) Pálidos, magros, exaustos, os pulmões roídos dos gases, os pés triturados das marchas, sem esperança nem apoio moral, arrastam-se sob o imenso fogo que tomba do céu, por essas estradas, como uma

legião imensa de abandonados. Nós os médicos, condoídos, damos todos os dias dezenas de convalescenças, e baixas às ambulâncias. Logo as fileiras definham e então vem a estranheza, as insinuações, as ordens dos chefes para que sejamos mais cautelosos no afastamento dos doentes”.⁸²

No que aos expedicionários cartaxenses diz respeito, e de acordo com a informação que consta nos Boletins Individuais do CEP, entre Março de 1917 e Julho de 1919 contabilizaram-se cerca de 148 internamentos. Apesar dos boletins não apresentarem, para todos os casos, informações relativas às causas dos mesmos, os dados existentes demonstram a grande incidência de baixas causadas pela exposição aos gases tóxicos utilizados pelas forças alemãs, sendo os ferimentos causados por balas e estilhaços, ou as doenças, bastante menos comuns.

Figura 17. Expedicionários cartaxenses - Internamentos

	Data	Número de internamentos	Causa do internamento
1917	Março	1	
	Junho	1	Ferimento por acção dos gases
	Julho	1	
	Agosto	5	
	Setembro	5	
	Outubro	6	
	Novembro	7	
	Dezembro	5	
1918	Janeiro	31	15 dos quais sofreram ferimentos por acção dos gases
	Fevereiro	14	1 ferimento por acção dos gases e um falecimento em combate no sub-sector de Neuve-Chapelle

⁸² CORTESÃO, Jaime, *Memórias da Grande Guerra*, Lisboa: Portugalia, 1969, pp.179-180.

1918	Março	12	6 dos quais sofreram ferimentos por acção dos gases
	Abril	4	Feridos em combate e ferimentos por acção dos gases. Todos os registos são anteriores ao final da Batalha de La Lys
	Maio	5	
	Junho	7	1 ferimento por acção dos gases e um ferimento por estilhaços de uma granada
	Julho	5	1 vítima de broncopneumonia
	Agosto	7	
	Setembro	6	
	Outubro	5	
	Novembro	3	
	Dezembro	2	
	1919	Janeiro	5
Fevereiro		2	
Março		2	
Abril		2	
Maio		3	
Junho		1	
Julho		1	

A cronologia dos internamentos permite, igualmente, verificar a forma como estes acompanham o desenrolar do conflito e a participação das forças portuguesas no mesmo. O aumento gradual dos internamentos durante o ano de 1917 acompanha a entrada progressiva do CEP nas trincheiras, primeiro acompanhando as forças britânicas, ainda como complemento da instrução, passando depois, no final de Maio, a ocupar, em conjunto, um sector até, em Novembro, passar a ser responsável por uma frente de cerca de 10 kms. Por outro lado, o aumento exponencial do número de internamentos ocorridos nos primeiros meses de 1918 relaciona-se com o aumento das ofensivas alemãs que tem lugar nesse período, sendo que as referências a ferimentos contraídos por acção de gases tóxicos se encaixam nesta realidade. O mês de Janeiro apresenta o mesmo número de baixas do que todo o ano anterior, não obstante as grandes ofensivas alemãs à frente portuguesa apenas terem tido início em Março, mantendo-se este número elevado nos meses seguintes. Curiosamente, o número de internamentos ocorridos em Abril de 1918 é bastante diminuto, sendo que todos os registos são anteriores ao final da Batalha de La Lys. O elevado número de desaparecidos e prisioneiros de guerra consequente da batalha poderá encontrar-se relacionado com esta situação, tendo impedido o correcto registo do número de feridos. A progressiva diminuição do número de internamentos nos meses que se seguiram a La Lys acompanha o processo de desintegração do CEP e o progressivo repatriamento dos combatentes.

Por fim, é curioso notar que os internamentos continuam a suceder-se após o final da guerra, sendo contabilizados até Julho de 1919, cerca de oito meses após o armistício. Neste caso, apesar dos boletins não apresentarem informações sobre as causas dos internamentos, é importante não esquecer que, além de algum incidente que possa ter ocorrido já após o final do conflito, em alguns casos, os sintomas da exposição a gases tóxicos apenas se manifestavam algum tempo depois do gaseamento. O caso clínico de Miguel Rodrigues Centeno Júnior é sintomático desta situação. Após ter suportado 4 horas de gases no dia 9 de Abril sem manifestar qualquer sintoma evidente, o alferes começa no final de Maio a:

“(…) sentir falta de forças, cansaço, acessos de tosse com expetoração avermelhada tendo tido ainda falta de ar com palpitações noturnas

que o levam a levantar-se da cama. Falta de apetite e perturbações intestinais⁸³

sintomas que o levam a ser repatriado para tratamento em Portugal em Julho de 1918.

No que às unidades de saúde diz respeito, foram prestados cuidados, mais ou menos prolongados, aos combatentes cartaxenses em diversos locais. Os boletins individuais não permitem identificar todos estes serviços, nem o número concreto de internamentos, visto parte dos feridos passar por mais de uma unidade de saúde, contando com as ambulâncias como primeiro meio de apoio e sendo, depois, encaminhados para outros serviços. Porém, é possível verificar que uma parte significativa dos internamentos é feito em unidades médicas aliadas, em complemento dos cuidados prestados nas ambulâncias, hospitais de base e hospitais de sangue portugueses.

Figura 18. Algumas das unidades de saúde utilizadas pelos combatentes cartaxenses

Unidade de saúde	Local
Ambulância n.º 1	Ham de Blessy ou Marthes
Ambulância n.º 2	Ecques ou Merville
Ambulância n.º 3	Vieille-Chapelle ou Tombe Véllet
Ambulância n.º 4	Fauquembergues
Ambulância n.º 5	
Ambulância n.º 6	Dohem ou Marthes
Ambulância n.º 7	Ecques ou Zelobes
Ambulância n.º 8	Dohem ou Calonne
Ambulância n.º 13	
General Hospital n.º 51	Étapes
Hospital Canadano n.º 1	
Hospital Canadano n.º 2	

⁸³ Arquivo Histórico-Militar (AHM), *Boletins Individuais do CEP*, Miguel Rodrigues Centeno Júnior. Acessível em <https://arqhist.exercito.pt/viewer?id=128292&FileID=1134251>. Consultado em Julho de 2018.

Hospital Canadano n.º 3	Boulogne
Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa	Ambleteuse
Hospital de Base 1	Ambleteuse
Hospital de Base 2	Ambleteuse
Hospital de Sangue n.º 1	Merville
Hospital de Sangue n.º 2	Saint-Venant
Hospital Inglês	Cherbourg
Hospital Militar de Lisboa	Lisboa
Stationary Hospital n.º 8	Wimereux
Stationary Hospital n.º 11	
Stationary Hospital n.º 30	
Stationary Hospital n.º 32	Wimereux
Stationary Hospital n.º 38	
Stationary Hospital n.º 39	Aire-Lille

De entre os militares que sofreram ferimentos durante a guerra, treze foram considerados incapazes de todo o serviço sendo abatidos ao efectivo, sendo seis deles considerados impossibilitados de angariar meios de subsistência, dada a gravidade dos seus ferimentos. Após esta decisão, o tempo que decorria entre a apresentação à junta médica e a data do repatriamento variava entre um e cinco meses, consoante as possibilidades de transporte de tropas.

Figura 19. Combatentes cartaxenses julgados incapazes de todo o serviço

Nome	Possibilidade de angariar meios de subsistência	Data	Repatriamento
António Jorge Vaqueiro	Sim	8/27/1918	
António Pereira Júnior	Não	7/23/1918	9/13/1918
Dimas Ribeiro Caneco	Não	2/18/1918	7/29/1918
Francisco António Carvalho	Não	10/22/1917	12/22/1918
Henrique Ernesto da Costa	Não	8/21/1917	9/29/1917
João José Cartacheiro		12/11/1917	4/10/1918
João Luís		2/4/1918	
Joaquim Acúrsio dos Santos	Sim	1/9/1918	4/10/1918
Joaquim Alves Salgado	Sim	11/27/1917	4/10/1918
José Marques		5/25/1918	7/23/1918
Lucindo Pereira	Não	1/19/1919	2/28/1918
Manuel Carvalho Júnior	Sim	6/1/1918	10/23/1918
Ventura Neves	Não	5/20/1918	7/18/1918

4.2. A disciplina no Corpo Expedicionário Português

A manutenção da disciplina foi uma questão bastante relevante no seio do CEP. Homens deficientemente enquadrados pela disciplina militar, com uma moral cada vez mais enfraquecida e assolados pelas difíceis condições numa frente de guerra que se ia prolongando no tempo sem que os esperados reforços chegassem, com alguma facilidade acabavam por desprezar a rígida disciplina das trincheiras.

Apesar de tudo, as faltas mais cometidas pelo CEP são facilmente compreendidas tendo em conta as condições em que os combatentes se encontravam. Segundo Luís Alves de Fraga⁸⁴, nos primeiros meses

⁸⁴ FRAGA, Luís Alves de, "Disciplina no CEP" In *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (org.), Lisboa, Diário de Notícias, 2003, p.345.

após a chegada do CEP à Flandres, bem como após a Batalha de La Lys, a tentativa de não cumprimento do regulamento de censura de correspondência era um dos crimes mais praticados, explicado pela necessidade de manter o contacto com a família e amigos. Na verdade, os conteúdos das missivas enviadas aos familiares encontravam-se limitados, não podendo os expedicionários incluir determinados dados, como a localização de tropas ou informações sobre o estado de espírito dos contingentes. Também as ausências sem licença ou as tentativas de deserção, que apenas eram registadas como tal após uma ausência superior a 48 horas, aumentam de incidência na Primavera de 1918, quando têm lugar as grandes ofensivas alemãs, ou pontualmente sempre que a actividade inimiga aumentava. Na mesma altura aumentam os crimes ligados a tentativas de automutilação ou doenças não comprovadas medicamente, justificadas pela tentativa de baixar à ambulância e, desta forma, escapar à realidade da frente de batalha. A fome e o frio também se faziam sentir, devido à escassez de agasalhos, ao facto de a ração inglesa não agradar aos combatentes portugueses e desta ter começado a escassear devido às progressivas dificuldades de transporte. Neste quadro, o rigor do Inverno de 1917-1918 conduziu a furtos nas casas das aldeias e a caça ilegal.

A estas faltas juntavam-se o não cumprimento de ordens; a falta de cuidado na condução de veículos, sobretudo o excesso de velocidade; a falta ou abandono da instrução; a falta de zelo; a falta de atenção no posto de sentinela; a falta de correcção e aprumo militares; a falta à formatura e as agressões entre militares.

As ausências sem licença ou as deserções, juntamente com os furtos, são considerados dos crimes mais habituais. No entanto, apesar do código de justiça militar prever penas rigorosas para estas faltas, as suas punições foram sendo progressivamente desagravadas devido à consciência do estado de exaustão dos combatentes e das más condições nas quais estes se encontravam.⁸⁵

No que aos combatentes cartaxenses diz respeito, entre Março de 1917 e Junho de 1919 foram registadas 97 punições derivadas de infrações diversas. A maior incidência verifica-se entre os meses de Setembro de 1917 e Dezembro de 1918, sendo visíveis dois picos, respectivamente em Dezembro de 1917 e Junho de 1918. O ano de

⁸⁵ FRAGA, Luís Alves de, Guerra & marginalidade. *O comportamento das tropas portuguesas em França, 1917-1918*, Lisboa, Prefácio, 2003, p.97.

1917 apresenta uma tendência de aumento das infrações registradas a partir do Verão que permanece até ao final do ano, acompanhando a progressiva chegada dos combatentes à Flandres. Porém, esta tendência altera-se em 1918 sendo registada uma diminuição das infrações durante os primeiros meses do ano. Esta tendência é particularmente interessante devido ao facto da Primavera de 1918, pautada pelo aumento da actividade alemã na frente de guerra, registar, de um modo geral, um aumento das infrações relacionadas, sobretudo, com ausências sem licença ou doenças não confirmadas, tendência que não se regista nos casos analisados. De facto, os meses de Março, Abril e Maio de 1918 apresentam os valores mais baixos registados em todo o ano. Após a Batalha de La Lys teria lugar um aumento relevante das infrações registadas que se prolongaria, com oscilações, até ao final do ano. Por fim, o ano de 1919 apresenta uma tendência inversa, com os valores mais elevados a ser registados durante a Primavera e o último registo de infrações a datar do mês de Junho. (anexo 5)

Quanto à natureza das infrações registadas nos Boletins Individuais, estas oscilam sobretudo em torno de três motivos principais: ausência sem licença, com 34 infrações; falta de correcção e aprumo militar, com 30 registos e faltas às refeições, com 13 incidências. Foram ainda registados dois casos de doença não confirmada, um caso de ausência sem licença cuja delonga fez com que fosse considerada deserção e um conjunto de 16 infrações diversas que variaram entre faltas à instrução, desrespeito pelo toque de alvorada, não comparência nas formaturas e caça ilegal em propriedades de cidadãos franceses. Em qualquer dos casos não são verificadas incidências particulares de determinadas infrações em alguns períodos, sendo que os vários tipos de infração se encontram presentes ao longo de todo o âmbito cronológico em análise.

A grande maioria das punições variou entre prisão disciplinar e prisão correcional, tendo sido registada apenas uma pena de maior monta. A natureza do delito julgado pelo Tribunal de Guerra do CEP não se encontra registado, mas deu lugar a uma sentença de seis anos e um dia em presídio militar, com pena acessória de seis anos e um dia de deportação militar ou, em alternativa, na pena de dez anos de deportação militar.

4.3. *Galardoar os actos e feitos praticados em campanha: condecorações, promoções e louvores*

O tempo de guerra é também marcado por acções de coragem e abnegação fora do comum que mereceram louvor por parte dos seus pares. De entre os cartaxenses que integraram o Corpo Expedicionário Português, dez foram condecorados e/ou receberam louvores durante a Grande Guerra: António Jorge (Cartaxo), António Rodrigues Maximino (Casal do Ouro), Carlos da Silva Rochato (Vale da Pinta), Francisco de Almeida Calado (Vale da Pinta), Joaquim de Nazaré Barbosa (Cartaxo), José Machado (Cartaxo), José Rodrigo da Silva Júnior (Pontével), Josué Duarte Ruivo (Cartaxo), Manuel Carvalho Júnior (Cartaxo) e Manuel Rosa Ganão (Pontével).

Dezassete outros apresentam nos seus boletins individuais referência à concessão da Medalha Comemorativa da Expedição a França: António da Ponte (Pontével), António da Silva Flor (Cartaxo), António Francisco Maltez (Cartaxo), António Roma (Valada), Duarte Laiola (Cartaxo), Elias Coelho (Vale da Pinta), Inácio Mendes (Cartaxo), João Tomás (Cartaxo), Joaquim Caria (Cartaxo), Joaquim d'Évora (Cartaxo), Joaquim Manuel Peres (Cartaxo), José Ferreira Estafermo (Casal do Ouro), José Francisco Joanico (Pontével), José Neves (Vale da Pinta), José Ribeiro (Valada), José Ribeiro Caneco (Valada), Júlio Ferreira (Cartaxo).

Figura 20. Condecorações, louvores e promoções

Nome	Condecoração / Louvor / Promoção	Data
António Jorge	Louvor	22-04-1918
António Rodrigues Maximino	Louvor e promoção a Sargento por distinção	1918
	Cruz de Guerra de 2. ^a Classe	31-05-1918
	Military Medal (Grã-Bretanha)	19-12-1918
Carlos da Silva Rochato	Louvor e promoção a 1. ^o Cabo por distinção	04-1918
	Cruz de Guerra de 2. ^a Classe	07-1918
Francisco de Almeida Calado	Louvor	

Joaquim de Nazaré Barbosa	Louvor	Desconhecida
José Machado	Louvor	04-1918
José Rodrigo da Silva Júnior	Promoção a 1.º Cabo Louvor Louvor	01-10-1917 03-1918 04-1918
Josué Duarte Ruivo	Louvor Medalha Comemorativa da Expedição a França	27-02-1919
Manuel Carvalho Júnior	Louvor	04-1918
Manuel Rosa Ganão	Louvor	17-08-1918
António da Ponte	Medalha Comemorativa da Expedição a França	21-02-1919
António da Silva Flor	Medalha Comemorativa da Expedição a França	24-02-1919
António Francisco Maltez	Medalha Comemorativa da Expedição a França	21-02-1919
António Roma	Medalha Comemorativa da Expedição a França	21-12-1919
Duarte Laiola	Autorizado a usar o 3.º distintivo do tempo de serviço de campanha Medalha Comemorativa da Expedição a França	02-06-1919 03-06-1919
Elias Coelho	Medalha Comemorativa da Expedição a França	23-02-1919
Inácio Mendes	Medalha Comemorativa da Expedição a França	24-02-1919
João Tomás	Medalha Comemorativa da Expedição a França	24-02-1919
Joaquim Caria	Medalha Comemorativa da Expedição a França	20-02-1919
Joaquim d'Évora	Medalha Comemorativa da Expedição a França	22-02-1919

Joaquim Manuel Peres	Medalha Comemorativa da Expedição a França	23-02-1919
José Ferreira Estafermo	Medalha Comemorativa da Expedição a França	23-02-1919
José Francisco Joanico	Medalha Comemorativa da Expedição a França	22-02-1919
José Neves	Medalha Comemorativa da Expedição a França	21-02-1919
José Ribeiro	Medalha Comemorativa da Expedição a França	21-02-1919
José Ribeiro Caneco	Medalha Comemorativa da Expedição a França	24-02-1919
Júlio Ferreira	Medalha Comemorativa da Expedição a França	27-02-1919

As medalhas comemorativas de campanhas e expedições foram criadas pelo decreto n.º 2870, de 30 de Novembro de 1916 e a sua concessão regulada pelo decreto n.º 2940, de 18 de Janeiro de 1917. Seriam atribuídas:

“ (...) aos cidadãos portugueses que tomaram parte ou venham a tomar parte em guerra, campanha e expedição militar contra os inimigos da Pátria em terra portuguesa ou estrangeira, poderá ser concedida uma medalha comemorativa (...)”.

A medalha comemorativa será de ouro, prata ou cobre, tendo no anverso a efígie da República com a legenda em volta “República Portuguesa”, circundada por uma coroa de louros, e no reverso a legenda “Campanhas do Exército Português.

A medalha terá 0,033m de diâmetro e será usada do lado direito do peito e pendente de fita de seda vermelha orlada de verde de 0,03m de largura, tendo uma passadeira do mesmo metal da medalha, com 0,01m de largura, em que será gravada uma legenda com o nome e ano ou anos da campanha ou expedição.”⁸⁶

⁸⁶ Decreto n.º 2940, *Diário do Governo*, I Série, n.º 10, 18 de Janeiro de 1917, pp.49-50.

O decreto n.º 2870 criaria, igualmente, a Cruz de Guerra “destinada a galardoar os actos e feitos praticados em campanha por militares ou civis”.⁸⁷ Esta condecoração tinha quatro classes “correspondendo o maior merecimento à 1.ª e o menor à última” e pretendia galardoar actos e feitos realizados em campanha. As concessões da Cruz de Guerra eram feitas por decretos aprovados pelo Ministro da Guerra:

“ (...) sob propostas dos comandantes superiores das formas em operações, que tenham conhecimento dos actos ou feitos que devam ser galardoados”.⁸⁸

Dois combatentes cartaxenses receberiam a Cruz de Guerra de 2.ª Classe: Carlos da Silva Rochato, de Vale da Pinta, e António Rodrigues Maximino, do Casal do Ouro.

Carlos da Silva Rochato recebeu a distinção em Julho de 1918, após um percurso militar pautado por vários actos de coragem. A 2 e 3 de Abril de 1918, toma parte de um *raid* realizado por forças aliadas às trincheiras inimigas, pelo qual foi “louvado pela forma briosa e valor de que deu provas no desempenho da sua missão”.⁸⁹ As suas acções durante este *raid* valeram-lhe ainda a promoção a 1.º Cabo por distinção, pois:

“ (...) apesar de ferido por um tiro de metralhadora quando se aproximava do arame inimigo, não hesitou em avançar para cumprir o que lhe fora determinado, só retirando depois de ter colocado no lugar em que devia explodir, o Torpedo que foi confiado ao grupo de que fazia parte”.⁹⁰

Por sua vez, António Rodrigues Maximino seria condecorado a 31 de Maio de 1918. Anteriormente, havia sido promovido a 1.ª Sargento por distinção e recebera um louvor justificado da seguinte forma no seu boletim individual:

“ (...) achando-se de serviço na madrugada de 21 de Março de 1918, como Chefe de Obus, na secção adstrita à 99 Bateria Inglesa, quando

⁸⁷ Decreto n.º 2870, *Diário do Governo*, I Série, n.º 243, 30 de Novembro de 1916, p.1106.

⁸⁸ Decreto n.º 2870, *Diário do Governo*, I Série, n.º 243, 30 de Novembro de 1916, p.1107.

⁸⁹ Arquivo Histórico-Militar (AHM), *Boletins Individuais do CEP*, Carlos da Silva Rochato. Acessível em <https://arqhist.exercito.pt/viewer?id=238008>. Consultado em Abril de 2018.

⁹⁰ AHM, *Boletins Individuais do CEP*, Carlos da Silva Rochato. Acessível em <https://arqhist.exercito.pt/viewer?id=238008>. Consultado em Abril de 2018.

foi bombardeada com numerosas granadas de gases asfixiantes e sendo ferido o Comandante da secção, reuniu, depois de recebida a ordem de abrir fogo, o pessoal disponível, assumiu o comando da secção, abriu fogo com os dois obuses sob a acção dos gases, revelando assim possuir apreciáveis qualidades de coragem, energia e decisão, apesar do seu pouco tempo no posto.”⁹¹

Além da condecoração com a Cruz de Guerra de 2.^a Classe, os actos realizados por António Rodrigues Maximino junto das forças inglesas fizeram ainda com que este fosse agraciado pelo Rei Jorge V de Inglaterra com a Military Medal em Dezembro de 1918.

No que aos louvores diz respeito, outros oito cartaxenses seriam distinguidos. António Jorge, do Cartaxo, recebeu um louvor pelo Comandante do Grupo no dia 22 de Abril de 1918 porque:

“(…) tendo diso dada ordem no escalão desta Bateria em 9 do corrente para se proceder ao salvamento por estar a ser bombardeada foi à cavalaria aparelhar uma das parelhas que ainda ali se encontrava e foi engatá-la a um armão de peça de 7e5 para cujo serviço estava nomeado tendo executado até ao fim o seu serviço com serenidade e sangue frio apesar da pouca distância ter explodido um projectil inimigo (…)”⁹²

Por seu lado, Francisco de Almeida Calado, natural de Vale da Pinta, foi louvado pelo:

“(…) zelo e boa vontade que demonstrou durante mais de vinte dias de serviço junto da secção cumprindo ordens superiores e seguindo os exemplos dos seus chefes aponto de haver durante os bombardeamentos vinte e duas praças com baixa ao hospital atacados com gases asfixiantes por meio de granadas e dois feridos não incluindo o oficial”⁹³.

⁹¹ AHM, *Boletins Individuais do CEP*, António Rodrigues Maximino. Acessível em <https://arqhist.exercito.pt/viewer?id=227340&FileID=1989949>. Consultado em Abril de 2018.

⁹² AHM, *Boletins Individuais do CEP*, António Jorge. Acessível em <https://arqhist.exercito.pt/viewer?id=248603&FileID=1947866>. Consultado em Abril de 2018

⁹³ AHM, *Boletins Individuais do CEP*, Francisco de Almeida Calado. Acessível em <https://arqhist.exercito.pt/viewer?id=226288&FileID=1838111>. Consultado em Abril de 2018.

Já Joaquim de Nazaré Barbosa, recebeu um louvor:

“ (...) pelo muito zelo e competência, dedicação pelo serviço como superintendeu e dirigiu a instalação dos parques dos Batalhões da Brigada nos seus novos locais de estacionamento em Pont-Riquel [Riqueult]”.⁹⁴

A Batalha de La Lys testemunharia, igualmente, actos de coragem dignos de serem memorados. José Machado, do Cartaxo, foi louvado pela sua acção durante os combates de 9 de Abril, onde:

“ (...) manifestou muita coragem e dedicação pelo serviço no remuniamento de uma Bateria feito sob intenso bombardeamento de artilharia inimiga regressando com os carros do escalão”.⁹⁵

Também José Rodrigo da Silva Júnior, de Pontével, que havia sido promovido a 1.º Cabo Miliciano a 1 de Outubro de 1917, foi louvado na sequência da Batalha de 9 de Abril, porque:

“ (...) tendo-se dado ordem às 11 Horas do dia 9 de Abril de 1918, para levar uma comunicação urgente ao Comando de Artilharia, cumpriu sem a menor hesitação e com coragem, inteligência e iniciativa a missão de que tinha sido encarregado embora tivesse de atravessar uma forte barragem inimiga”.⁹⁶

Mas este não seria o seu único louvor. Um mês antes, havia sido:

“ (...) louvado porque durante o bombardeamento do escalão da sua Bateria no dia 13 de Março, coadjuvou com muita boa vontade o 1º Sargento da Bateria na remoção do gado, demonstrando coragem e iniciativa”.⁹⁷

Josué Duarte Ruivo, do Cartaxo, foi, igualmente, louvado:

“ (...) pelo zelo, boa vontade, competência e dedicação pelo serviço que mostrou no desempenho dos serviços da sua especialidade e pela economia de gasolina que conseguiu obter com o carro que lhe estava destinado”.⁹⁸

⁹⁴ AHM, *Boletins Individuais do CEP*, Joaquim de Nazaré Barbosa. Acessível em <https://arqhist.exercito.pt/viewer?id=126342&FileID=1129385>. Consultado em Abril de 2018.

⁹⁵ AHM, *Boletins Individuais do CEP*, José Machado. Acessível em <https://arqhist.exercito.pt/viewer?id=238540&FileID=1895170>. Consultado em Abril de 2018.

⁹⁶ AHM, *Boletins Individuais do CEP*, José Rodrigo da Silva Júnior. Acessível em <https://arqhist.exercito.pt/viewer?id=237932&FileID=1894088>. Consultado em Abril de 2018.

⁹⁷ AHM, *Boletins Individuais do CEP*, José Rodrigo da Silva Júnior. Acessível em <https://arqhist.exercito.pt/viewer?id=237932&FileID=1894088>. Consultado em Abril de 2018.

⁹⁸ AHM, *Boletins Individuais do CEP*, Josué Duarte Ruivo. Acessível em <https://arqhist.exercito.pt/viewer?id=253967&FileID=1962066>. Consultado em Abril de 2018.

Por seu lado, a Manuel Carvalho Júnior, natural do Cartaxo, foi também reconhecido um acto de coração e dedicação:

“ (...) pelo serviço no remuniciamento da sua Bateria feito sobre intenso bombardeamento da artilharia inimiga regressando com os carros ao Esquadrão”.⁹⁹

Por fim, Manuel Rosa Ganão foi louvado pelo seu Comandante de Batalhão, a 17 de Agosto de 1918, pelo “garbo militar e correcção com que executou o exercício da sua especialidade”.¹⁰⁰

Muitos outros seriam os actos de valentia dos militares do CEP. Aqueles que foram reconhecidos pelo Exército Português ficam como testemunho de uma guerra dura, mas na qual foi possível firmar actos de coragem e dedicação.

⁹⁹ AHM, *Boletins Individuais do CEP*, Manuel Carvalho Júnior. Acessível em <https://arqhist.exercito.pt/viewer?id=238274&FileID=1896883>. Consultado em Abril de 2018.

¹⁰⁰ AHM, *Boletins Individuais do CEP*, Manuel Rosa Ganão. Acessível em <https://arqhist.exercito.pt/viewer?id=248792&FileID=1951321>. Consultado em Abril de 2018.

5. LA LYS: A GRANDE BATALHA DO CEP

Para compreender a Batalha de La Lys é necessário entender os seus antecedentes e o impacto de várias condicionantes nas tropas portuguesas.

Na Primavera de 1918, o CEP encontrava-se na frente há cerca de um ano, apesar do sector português apenas lhe ter sido atribuído em Novembro de 1917. A rendição de tropas estava prevista, no entanto, esta acabaria por enfrentar sérias dificuldades a partir do Verão de 1917, quando a Grã-Bretanha começa progressivamente a retirar do serviço de transporte de tropas os navios responsáveis pela realização da viagem entre Portugal e França. De facto, a esperada entrada dos EUA na guerra e a necessidade de transportar as tropas norte-americanas seria um dos principais motivos para esta decisão. Como consequência, no Outono de 1917 o último navio é retirado, ficando a ligação entre os dois países limitada à utilização do caminho-de-ferro via Espanha e dos navios Gil Eanes e Pedro Nunes transformados em cruzadores auxiliares, escoltados pelos contratorpedeiros Douro e Guadiana, insuficientes para as necessidades de transporte do CEP.¹⁰¹

Em Março de 1918, sensivelmente um mês antes do ataque alemão ao sector português, a situação piora. Devido à epidemia de tifo que grassava em Portugal e Espanha, e por medo de que o transporte de tropas fizesse a bactéria chegar às trincheiras, são proibidas as viagens de comboio via Espanha e também o transporte marítimo, pois o local destinado à quarentena das forças portuguesas que viajavam por navio encontrava-se ocupado por feridos que aguardavam o repatriamento.¹⁰²

¹⁰¹ TELO, *op. cit.*, p.389 e GOMES, Nuno Santa Clara, "Transportes em tempo de guerra" in *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (org.), Lisboa, Diário de Notícias, 2003, p.155.

¹⁰² TELO, *op. cit.*, p.399.

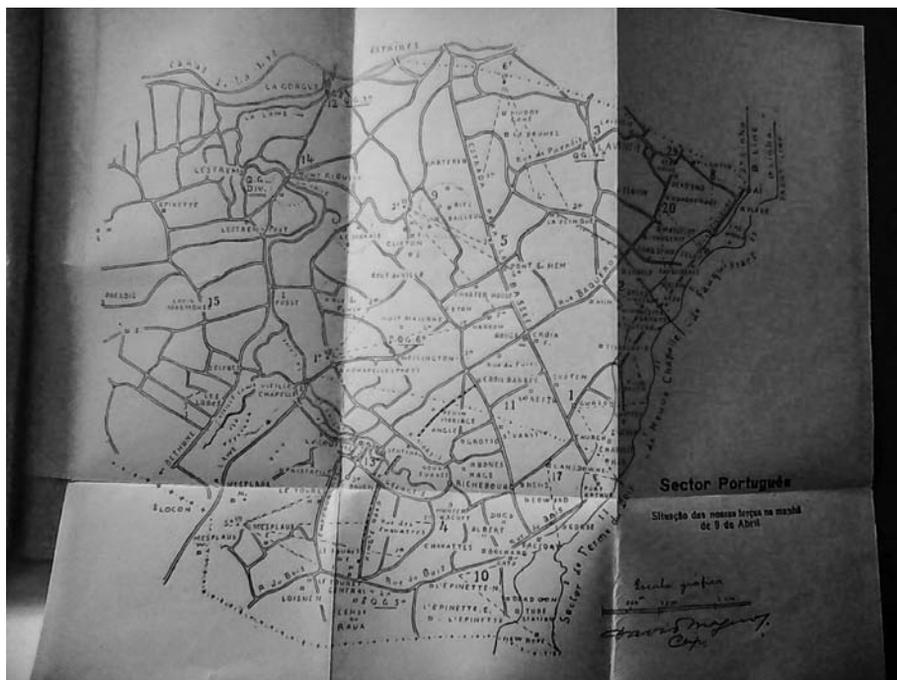
O descontentamento na frente começa a aumentar, bem como as ameaças de insubordinação. Temendo as consequências da situação na moral do CEP, o comando militar britânico pede a retirada completa das forças portuguesas da frente. O primeiro pedido é feito em Fevereiro de 1918, no entanto, uma série de acontecimentos faz com que a ordem definitiva chegue ao sector português apenas no dia 8 de Abril. A rendição deveria ter lugar na madrugada seguinte: 9 de Abril de 1918. Nessa mesma madrugada teria início a Batalha de La Lys, inserida num último esforço alemão para ganhar vantagem antes da chegada das tropas dos EUA, esperada até ao final do Verão.

De facto, na Primavera de 1918 teria lugar uma série de cinco ofensivas alemãs em diferentes sectores da frente ocidental. A segunda deceparia o CEP. A primeira ofensiva, denominada “Michael”, teve lugar entre 21 de Março e 4 de Abril de 1918, incidindo sobre o sector britânico, a sul do sector português. O plano alemão baseava-se na manutenção de uma pressão constante na frente aliada através de uma sucessão de ofensivas em diferentes sectores. Assim, logo após o esgotamento da primeira ofensiva, inicia-se a operação “Georgette”, incidindo sobre o sector português. O ataque alemão, preparado pelo estratega Georg Bruchmuller, tem início na madrugada em que o CEP se preparava para retirar para a rectaguarda e revela-se bastante eficaz. Após uma hora de bombardeamento intenso que terá começado por volta das 4h, seguiu-se uma primeira vaga de Infantaria alemã que tinha como objectivo a identificação de fragilidades na frente portuguesa. Sobre esses pontos cairia a segunda fase do ataque de Artilharia, seguindo-se, ao romper do dia, o assalto em força da Infantaria alemã.¹⁰³

As fontes históricas permitem-nos conhecer a localização das tropas portuguesas durante a Batalha de La Lys.

¹⁰³ TELO, *op. cit.*, p.403.

Figura 21. Sector português na frente de guerra¹⁰⁴



David Magno, *Livro da Guerra de Portugal na Flandres*, Volume II, Porto, Companhia Portuguesa, 1921.

O sector português encontrava-se dividido em três sub-sectores: Fauquissart, Neuve-Chapelle e Ferme du Bois. No dia 9 de Abril, no sub-sector de Fauquissart, encontravam-se na primeira linha os Regimentos de Infantaria 8 e 20 e a 4.^a bateria de morteiros ligeiros. Por sua vez, o Regimento de Infantaria 29 encontrava-se como unidade de apoio e o Regimento de Infantaria 3 como unidade de reserva. Este sector era ainda constituído pela 4.^a companhia de metralhadoras pesadas, pela 4.^a bateria de morteiros médios e por 2 morteiros pesados, auxiliados pelo 6.^o grupo de Artilharia e pelo 2.^o grupo de sapadores.

¹⁰⁴ O mau estado de conservação da obra impediu uma digitalização de melhor qualidade.

Este sub-sector foi surpreendido pelo ataque iniciado pelas 4h, tendo sido impossibilitadas as ligações com a Divisão e com os batalhões. Cerca das 5h30 é ordenado o avanço do Regimento de Infantaria 3, que se encontrava como unidade de reserva. Pelas 8h, o quartel-General é bombardeado e é recebida a informação de que o Regimento de Infantaria 8 havia sido aniquilado. É ordenada a retirada do Regimento de Infantaria 20 para as trincheiras de Laventie.¹⁰⁵

Quanto ao sub-sector de Neuve-Chapelle, este apresentava na primeira linha os Regimentos de Infantaria 1 e 2, juntamente com a 6.^a bateria de morteiros ligeiros. O Regimento de Infantaria 11 encontrava-se como unidade de apoio e o Regimento de Infantaria 5 como unidade de reserva. Este sub-sector era ainda guarnecido pelo 1.^o, 2.^o e 3.^o grupo de metralhadoras pesadas, pelo 2.^o e 6.^o grupo de morteiros médios e por 2 morteiros pesados. Na Artilharia apresentavam-se o 1.^o e 2.^o grupos, auxiliados pelo 3.^o batalhão de sapadores e pelo 2.^o e 3.^o batalhão de pioneiros. Este era o sub-sector no qual se encontrava o maior número de combatentes cartaxenses, sobretudo pertencentes aos Regimentos de Infantaria 1 e 2.

No dia 9 de Abril, a 6.^a brigada, responsável pelo sub-sector de Neuve-Chapelle, era comandada pelo coronel Alves Pedrosa. Após o início do ataque, é expedida a ordem de avanço dos Regimentos de Infantaria 5 e 11 para a primeira linha. No entanto, os ciclistas encarregues de transmitir a mensagem não conseguem atravessar o fogo inimigo. A mensagem acaba por ser transmitida pelo capelão Padre Manuel Caetano, enquanto acompanhava um alferes ferido à ambulância. Porém, o ataque havia já sido intensificado e o Regimento de Infantaria 5 é obrigado a retroceder, enquanto o Regimento de Infantaria 11 se fragmenta, deixando os Regimentos de Infantaria 1 e 2 sem apoio na frente.¹⁰⁶

Por último, no sub-sector de Fermes-du-Bois encontravam-se na primeira linha os Regimentos de Infantaria 10 e 17 e a 5.^a bateria de morteiros ligeiros, auxiliados pelo Regimento de Infantaria 4 no apoio e pelo Regimento de Infantaria 13 na reserva. Estas forças eram auxiliadas pelos 2.^o a 5.^o grupos de metralhadoras pesadas, pelo 3.^o grupo de morteiros médios, por 2 morteiros pesados e pelo 5.^o grupo

¹⁰⁵ MAGNO, *op. cit.*, pp.121-122.

¹⁰⁶ MAGNO, *op. cit.*, pp.124-129.

de Artilharia, 1.º batalhão de sapadores e 2.º e 3.º batalhão de pioneiros. Na linha das aldeias encontravam-se os Regimentos de Infantaria 9, 12, 14 e 15.¹⁰⁷ Sobre a 5.ª Brigada, responsável pelo sub-sector de Fermes-du-Bois e comandada pelo Coronel Diocesiano Augusto Martins, existem menos informações disponíveis. As fontes informam apenas que a ordem para o reforço da primeira linha pelos Regimentos de Infantaria 4 e 13 foi dada pelas 7h30, bastante mais tarde do que nos outros dois sub-sectores. Pelas 11h dá-se o aprisionamento dos oficiais.¹⁰⁸

Pelas 12h o CEP havia desaparecido enquanto unidade militar, extinguindo-se os últimos focos de resistência. Porém, na rectaguarda encontravam-se as divisões inglesas que deveriam render o CEP naquele mesmo dia e que, rapidamente, foram reorganizadas de forma a criar uma segunda linha de resistência. Apesar de ter ficado dizimada, a Divisão portuguesa acabaria por conseguir quebrar o ímpeto do assalto alemão até à chegada das tropas britânicas. Na verdade, o mesmo resultado seria visível nas outras forças que enfrentaram na primeira linha os ataques alemães dessa Primavera. Todas as forças que defrontaram o primeiro ímpeto dos ataques perderam terreno e apresentaram um elevado número de baixas. De facto, também oito divisões britânicas seriam dizimadas e teriam de ser reconstituídas na rectaguarda. A diferença passava pelo facto do CEP ser uma Divisão única, não tendo forças nacionais na rectaguarda para a substituir. Assim, o facto da substituição ter sido feita por tropas de outro país acabaria por fazer colapsar o esforço nacional na Primeira Grande Guerra.¹⁰⁹

Apesar de tudo, os aliados conseguem deter o avanço alemão a 29 de Abril. Em Maio, a terceira ofensiva incidiria sobre o sector francês em Soissons, também sem resultados decisivos. A partir de Julho, e com a chegada das tropas norte-americanas, a Alemanha começaria a perder terreno até à rendição em Novembro do mesmo ano.

Impossibilitado de continuar na guerra como força autónoma, o CEP é reorganizado meses depois da Batalha de La Lys, sendo-lhe atribuídos sobretudo trabalhos na rectaguarda. Apenas algumas unidades seriam integradas em unidades britânicas de combate.¹¹⁰ Os

¹⁰⁷ MAGNO, *op. cit.*, pp.110-112.

¹⁰⁸ MAGNO, *op. cit.*, pp.123-124.

¹⁰⁹ TELO, *op. cit.*, pp.407-408.

¹¹⁰ TELO, *op. cit.*, pp.411-412.

sobreviventes dos batalhões territoriais foram reorganizados e numerados de I a IX constituindo 3 brigadas. A 1.^a Brigada seria formada pelo Regimento de Infantaria 22 e outros (I), pelos Regimentos de Infantaria 21 e 28 (II) e pelos Regimentos de Infantaria 34, 1, 2, 8 e 29 (III). A 2.^a Brigada era constituída pelo Regimento de Infantaria 23 e outros (IV), pelos Regimentos de Infantaria 35 e 24 (V) e pelos Regimentos de Infantaria 24, 11 e 17 (VI). Por fim, da 3.^a Brigada faziam parte os Regimentos de Infantaria 14 e outros (VII), os Regimentos de Infantaria 9 e 5 (VIII) e os Regimentos de Infantaria 15 e 13 (IX).¹¹¹

5.1. Os cartaxenses em La Lys

Os dados presentes nos Boletins Individuais do CEP permitem conhecer quais os militares cartaxenses que tomaram parte na Batalha de La Lys. Paralelamente, o conhecimento das unidades militares às quais pertenciam nessa data – pois era comum que estes fossem incorporados noutra unidade durante o decorrer da guerra, sobretudo aqueles que tinham como unidade de origem Batalhões de Depósito, como era o caso do Regimento de Infantaria 16, aliado à localização dessas mesmas unidades na frente de guerra, permitem tentar localizar no sector português os cartaxenses que tomaram parte na Batalha de La Lys.

Figura 22. Expedicionários cartaxenses presentes na Batalha de La Lys

Nome	Freguesia	Unidade militar a 9 de Abril	Sub-sector
Acácio José das Neves	Vale da Pinta	Artilharia 1	
António Carvalho Marques	Casal do Ouro	Infantaria 2	Neuve-Chapelle
António Pedro Costa	Pontével	Infantaria 2	Neuve-Chapelle
António Pedro Gonçalves	Pontével	Infantaria 1	Neuve-Chapelle
António Roma	Valada	Artilharia 1	
Artur Honório da Silva	Cartaxo	Infantaria 1	Neuve-Chapelle

¹¹¹ MAGNO, *op. cit.*, p.234.

Carlos da Silva Rochato	Vale da Pinta	2. ^a Companhia de Sapadores Mineiros	Fauquissart (?)
Eduardo da Costa Serrazina	Cartaxo	Artilharia 1	
Elias Colaço	Vale da Pinta	Artilharia 1	
Francisco dos Santos Correia	Pontével	Infantaria 1	Neuve-Chapelle
Jacinto da Silva	Valada	Infantaria 1	Neuve-Chapelle
João Filipe Amorim	Pontével	Infantaria 1	Neuve-Chapelle
Joaquim Caria	Cartaxo	2. ^a Companhia Divisionária de Telegrafistas	
Joaquim Coito Júnior	Ereira e Lapa	Artilharia 1	
Joaquim d'Évora	Cartaxo	Artilharia 1	
Joaquim Manuel Peres	Ereira e Lapa	Artilharia 1	
Joaquim Marques	Casal do Ouro	Coluna de Transporte de Feridos 2	
José Augusto Tacão	Pontével	Infantaria 2	Neuve-Chapelle
José Bicho	Cartaxo	Artilharia 1	
José Estevão de Melo e Silva	Pontével	Infantaria 16	
José Ferreira Estafermo	Casal do Ouro	Artilharia 1	
José Fragoso	Casal do Ouro	Infantaria 1	Neuve-Chapelle
José Francisco Joanico	Pontével	Artilharia 1	
José Gregório Júnior	Valada	Infantaria 1	Neuve-Chapelle
José Machado	Cartaxo	Artilharia 1	
José Maria Marques	Cartaxo	Infantaria 1	Neuve-Chapelle
José Rodrigo da Silva Júnior	Pontével	Artilharia 1	
José Simão [ou Simas]	Cartaxo	Corpo de Artilharia Pesada	

Júlio Severino Duarte	Pontével	Infantaria 1	Neuve-Chapelle
Luís Inácio Tagarro	Cartaxo	Artilharia 1	
Luís Manuel Gerardo	Ereira e Lapa	Infantaria 11	Neuve-Chapelle
Manuel Carvalho Júnior	Cartaxo	Artilharia 1	
Manuel da Costa Bernardes	Cartaxo	Depósito Misto	
Manuel Jorge	Cartaxo	Infantaria 5	Neuve-Chapelle
Manuel José Esteves de Miranda	Valada	Artilharia 1	
Manuel Nunes	Valada	Infantaria 1	Neuve-Chapelle
Miguel Rodrigues Centeno Júnior	Pontével	Infantaria 31	

Pela análise do quadro verifica-se que a maioria dos combatentes cuja localização da respectiva unidade no dia 9 de Abril é conhecida se encontravam no sub-sector de Neuve-Chapelle. Na primeira linha encontravam-se os Regimentos de Infantaria 1 e 2, dos quais faziam parte António Carvalho Marques, António Pedro Costa, António Pedro Gonçalves, Artur Honório da Silva, Francisco dos Santos Correia, Jacinto da Silva, João Filipe Amorim, José Augusto Tação, José Fragoso, José Gregório Júnior, José Maria Marques, Júlio Severino Duarte e Manuel Nunes. Luís Manuel Gerardo e Manuel Jorge encontravam-se nas unidades de apoio e reserva, unidades que, como foi referido anteriormente, receberam a ordem para avançar demasiado tarde, tendo sido impedidas pelo ataque alemão de auxiliar as forças que se encontravam na frente.

Além disso, dos 37 combatentes que se encontravam no sector português no dia 9 de Abril e sobre os quais os boletins individuais apresentam informações, 18 desapareceram em combate. Mais de 50% seriam, assim, feitos prisioneiros pelos alemães. É desta realidade que trataremos em seguida.

6. OS PRISIONEIRO DE GUERRA

A Batalha de La Lys teve como consequência um elevado número de prisioneiros de guerra, num rácio que seria superior ao dos outros países.¹¹² No total, entre 1917 e 1918, milhares de militares do CEP estiveram presos em 81 campos de internamento e trabalhos forçados na Alemanha, França e Bélgica.¹¹³

Encontram-se disponíveis variados relatos sobre a vida dos militares portugueses nestes campos, sendo através deles possível identificar alguns aspectos comuns e traçar o percurso feito por alguns destes homens. Apesar da documentação relativa aos combatentes cartaxenses que foram feitos prisioneiros de guerra não apresentar indícios sobre o seu quotidiano durante os meses de cativo, é possível fazer algumas extrapolações a partir de dados comuns que surgem nos relatos de outros prisioneiros.

Após a Batalha de La Lys vários relatos indicam que os prisioneiros portugueses foram levados para a cidadela de Lille, após a permanência de alguns dias numa cerca de arame farpado, sem protecção contra a chuva.¹¹⁴

¹¹² TELO, *op. cit.*, p.408.

¹¹³ As estimativas oscilam bastante. Enquanto, por exemplo, Maria José Oliveira se refere a cerca de 7 mil prisioneiros de guerra, Niall Ferguson, utilizando dados do Gabinete de Guerra Britânico, fala em cerca de 12 mil. OLIVEIRA, Maria José, *Prisioneiros portugueses da Primeira Guerra Mundial. Frente Europeia, 1917-1918*, Porto Salvo: Saída de Emergência, 2017, p.35; FERGUSON, Niall, *O Horror da Guerra. 1914-1818*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2018, p.421

¹¹⁴ SANTOS, *op. cit.*, p.99

Refere Manuel Lourinho no seu livro intitulado *Prisioneiros Portugueses na Alemanha*:

“ (...) Enquadrados em formatura debaixo de escolta a cavalo, a maior parte dos portugueses foram encaminhados para a rectaguarda, marcha a pé, lenta e penosa, sob chuva miudinha durante horas que pareciam intermináveis e sem sentido, só com algumas paragens para controlo e sem receber qualquer alimento.”¹¹⁵

A cidadela de Lille, tomada pelos alemães, apresentava-se como um entreposto de distribuição de prisioneiros de guerra pelos vários campos. Dali era suposto que os oficiais seguissem de comboio para Rastaff e daí para o campo de Bressen, enquanto os soldados eram conduzidos para o campo de Friedrischsfeld.¹¹⁶

Friedrischsfeld, próximo da cidade de Wesel, a norte de Colónia, era considerado um campo modelo transformado em presídio militar desde 1914. Encontrava-se bem estruturado, sendo servido por uma capela, cemitério, hospital e lazareto¹¹⁷, e dispondo de barracões com capacidade para 66 homens.

“ (...) Era circundado por três defesas: arame farpado, ao centro rede de ferro ligada à corrente eléctrica e do lado de fora outra vez arame farpado. A cada ângulo do campo uma torre com uma sentinela munida de metralhadora. Do lado de fora em toda a periferia do campo sentinelas voltadas para nós, isto é para dentro do campo.”¹¹⁸

No que diz respeito à alimentação, e apesar de alguns relatos referirem que a fome nos campos de internamento apenas acontecia em virtude das dificuldades de abastecimento alemãs, que também incidiam sobre os respectivos guardas e sobre a própria população civil, surgem, igualmente, descrições de cenários de fome, sendo esta, juntamente com a falta de higiene e as agressões físicas, a principal queixa dos prisioneiros. No campo de Friedrischsfeld, a alimentação diária passava por uma dose de água quente feita de ervas do campo pela manhã, sem café nem açúcar, e um pão para cada 12 homens juntamente com uma concha de caldo pelas 11h. Pelas 18h, o mesmo caldo era distribuído, sendo, por vezes, complementado com batata

¹¹⁵ LOURINHO, Manuel, *Prisioneiros portugueses na Alemanha. Primeira Grande Guerra, 1917-1919*, Lisboa: Prefácio, 2006, p.8.

¹¹⁶ SANTOS, *op. cit.*, p.101.

¹¹⁷ SANTOS, *op. cit.*, p.102.

¹¹⁸ GERALDO, José, *José Maria Hermano Baptista. Um herói na Grande Guerra, 1917-1919*, Lisboa: Prefácio, 2006, p.121.

cozida com casca. A acomodação era feita num tabuleiro de madeira coberto por uma rede de papel e um cobertor.¹¹⁹ Segundo o Ministério da Guerra prussiano, nos campos de internamento:

“ (...) Os prisioneiros recebem por semana 200 gramas de carne (...) em três rações, sendo duas de 50 gramas e uma de 100 gramas, inclusive ossos. Estas quantidades são moídas e misturadas com a comida. As quantidades de salsicha em questão são distribuídas semanalmente à razão de 100 gramas, duas vezes por semana 50 gramas. Como o seu fornecimento tem lugar em latas, também se junta à comida. Quando a salsicha é dura é dada em porções aos prisioneiros.”¹²⁰

O apoio aos prisioneiros portugueses foi difícil e lento. Vários foram dados como desaparecidos em La Lys e assim se mantiveram durante largos meses. De facto, até à Batalha de La Lys o trabalho do Serviço de Prisioneiros de Guerra, criado em Setembro de 1917, e da Comissão Central de Informações sobre os Prisioneiros de Guerra, constituída a 10 de Março de 1918, era quase inexistente, sendo que o seu labor dependia de informações solicitadas ao Governo alemão. O fim das comunicações com a Alemanha em meados de 1918 fez com que a ligação passasse a ser feita através da Agência Internacional dos Prisioneiros de Guerra, gerida pela Cruz Vermelha Internacional. Relevante foi, também, o trabalho do Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra – também denominado Comité de Lusane -, afecto à organização Pietàs e fundado pela comunidade portuguesa na Suíça em Fevereiro de 1917.¹²¹

Os prisioneiros de guerra dependiam das remessas de comida e vestuário enviadas pelas famílias e por estes organismos de apoio, remessas que, muitas das vezes, tardavam a chegar, sendo a fome suprida pela benevolência de prisioneiros de outras nacionalidades que com eles partilhavam o conteúdo das remessas recebidas. Alguns eram integrados em destacamentos de trabalhos forçados, usados como mão-de-obra em fábricas e em operações militares, onde cavavam trincheiras, transportavam munições, abriam estradas, construíam linhas ferroviárias e erguiam vedações de arame farpado.¹²² Da mesma

¹¹⁹ OLIVEIRA, *op. cit.*, p.104.

¹²⁰ Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Actos de espionagem. Mortos, prisioneiros e feridos. Bens e interesses portugueses na posse de alemães. 1916-29*, 3.º piso, armário 6, maço 62.

¹²¹ OLIVEIRA, *op. cit.*, p.35.

¹²² OLIVEIRA, *op. cit.*, p.121.

forma, existem referências ao facto de alguns prisioneiros de guerra da Batalha de La Lys não terem sido enviados para a rectaguarda, tendo permanecido na frente onde desempenharam trabalhos de interesse militar.¹²³

Nos campos destinados a oficiais as condições eram um pouco diferentes. Em Bressen, por exemplo, era possível obter livros, participar em saraus e palestras e utilizar uma sala de jogos equipada com mesa de bilhar e piano.¹²⁴

Figuras 23 e 24. Oficiais portugueses no Campo de Internamento de Bressen



Ilustração Portuguesa, II Série, n.º 669, 16 de Dezembro de 1918, p.494.

¹²³ OLIVEIRA, *op. cit.*, p.131.

¹²⁴ OLIVEIRA, *op. cit.*, p.171.

De uma forma geral, as principais queixas apresentadas pelos prisioneiros de guerra portugueses no inquérito feito pelo Governo - como forma de tentar que Portugal fosse aceite na Comissão de Reparações de Guerra - são a fome, o desvio de encomendas com comida e roupa e os actos de humilhação praticados pelos alemães, que se consubstanciavam nas más condições de alojamento, no roubo de objectos pessoais, na recusa de prestação de cuidados médicos e no “depilatório”, método usado para evitar a propagação de parasitas.¹²⁵

Além disso, no final da guerra, o processo de repatriamento foi lento, tendo muitos dos prisioneiros abandonado os campos a pé ou de comboio, solicitando abrigo e alimentação nas povoações por onde passavam.¹²⁶

Dezoito destes prisioneiros de guerra eram naturais do Cartaxo, tendo sido aprisionados no decurso da Batalha de La Lys. Na sua maioria, pertenciam, aquando da batalha, aos Regimentos de Infantaria 1, 2 e 11 e ao Regimento de Artilharia 1 e encontravam-se na primeira linha do sub-sector de Neuve-Chapelle, à excepção do Regimento de Infantaria 11 que se apresentava como unidade de apoio. Os dados constantes dos Boletins Individuais do CEP não oferecem informações detalhadas sobre a forma como estes aprisionamentos decorreram, referindo somente o desaparecimento em combate do militar. Posteriormente, e somente em alguns casos, seriam incluídas referências aos campos para os quais estes haviam sido encaminhados, através dos dados obtidos pela Comissão de Prisioneiros de Guerra. Porém, o processo de chegada ao campo e o quotidiano no mesmo seriam, grosso modo, idênticos àqueles que são descritos por outros prisioneiros.

Dos dezoito prisioneiros cartaxenses, apenas oito boletins apresentam informação sobre o campo de internamento no qual estes foram detidos. António Pedro Costa e Artur Honório da Silva foram levados para o Campo de Münster II, na Alemanha, enquanto António Pedro Gonçalves, Francisco dos Santos Correia, Jacinto da Silva, José Augusto Tação, José Gregório Júnior e José Maria Marques seguiriam para o anteriormente referido campo de Friedrichfeld.

¹²⁶ OLIVEIRA, *op. cit.*, p.178.

Figura 25. Locais de detenção de prisioneiros de guerra cartaxenses



Legenda:

- | | |
|-------------------|-----------|
| 1. Münster | 3. Lille |
| 2. Friedrichsfeld | 4. Aachen |

Dez outros militares foram considerados desaparecidos em combate, sendo feito prisioneiros, mas desconhecendo-se qual a sua localização durante os meses de cativeiro.

Após o final da guerra, o regresso destes combatentes aos postos aliados foi lento. Apenas José Bicho, José Estevão de Melo e Silva e Luís Manuel Gerardo se apresentaram ainda durante o mês de Novembro. O facto do seu campo de internamento não ser conhecido pode, assim, encontrar-se relacionado com o facto de estes terem permanecido na zona da Flandres, forçados, talvez, a trabalhar no apoio às tropas alemãs, como sucedia em alguns casos. Nos restantes, os combatentes apresentam-se durante o mês de Janeiro, pressupondo uma mais demorada viagem até à zona aliada. Para uns e outros, os meses de Janeiro e Fevereiro de 1919 seriam marcados pelo regresso a Portugal. Dos prisioneiros de guerra cartaxenses, apenas Joaquim Coito Júnior, natural da freguesia de Ereira e Lapa, não chegaria a regressar, falecendo a 13 de Novembro de 1918 no Hospital de Sangue de Reserva II, em Aachen, ignorando-se a causa da morte.

Figura 26. Expedicionários cartaxenses – Prisioneiros de guerra

Nome	Freguesia	Observações
Acácio José das Neves	Vale da Pinta	Desaparecido a 9 de Abril de 1918. Por comunicação da Comissão de Prisioneiros foi feito prisioneiro.
António Carvalho Marques	Casal do Ouro	Desaparecido a 9 de Abril de 1918. Por comunicação da Comissão de Prisioneiros foi feito prisioneiro.
António Pedro Costa	Pontével	Desaparecido a 9 de Abril de 1918. Por comunicação da Comissão de Prisioneiros foi feito prisioneiro, tendo sido internado no Campo de Munster II. Presente em Janeiro de 1919.
António Pedro Gonçalves	Pontével	Desaparecido a 9 de Abril de 1918. Por comunicação da Comissão de Prisioneiros foi feito prisioneiro, tendo sido internado no Campo de Friedrichfeld. Seguiu da Holanda para Portugal a 12 de Janeiro de 1919.
Artur Honório da Silva	Cartaxo	Desaparecido a 9 de Abril de 1918. Por comunicação da Comissão de Prisioneiros foi feito prisioneiro, tendo sido internado no Campo de Munster II. Presente a 16 de Janeiro de 1919.
Francisco dos Santos Correia	Pontével	Desaparecido a 9 de Abril de 1918. Por comunicação da Comissão de Prisioneiros foi feito prisioneiro, tendo sido internado no Campo de Friedrichfeld.
Jacinto da Silva	Valada	Desaparecido a 9 de Abril de 1918. Por comunicação da Comissão de Prisioneiros foi feito prisioneiro, tendo sido internado no Campo de Friedrichfeld. Seguiu da Holanda para Portugal a bordo do navio “North West Miller” a 12 de Janeiro de 1919.

João Filipe Amorim	Pontével	Desaparecido a 9 de Abril sendo feito prisioneiro.
Joaquim Coito Júnior	Ereira e Lapa	Desaparecido a 9 de Abril sendo feito prisioneiro.
José Augusto Tacão	Pontével	Desaparecido a 9 de Abril de 1918. Por comunicação da Comissão de Prisioneiros foi feito prisioneiro, tendo sido internado no Campo de Friedrichfeld.
José Bicho	Cartaxo	Desaparecido a 9 de Abril sendo feito prisioneiro.
José Estevão de Melo e Silva	Pontével	Desaparecido a 9 de Abril sendo feito prisioneiro.
José Fragoso	Casal do Ouro	Desaparecido a 9 de Abril sendo feito prisioneiro.
José Gregório Júnior	Valada	Desaparecido a 9 de Abril de 1918. Por comunicação da Comissão de Prisioneiros foi feito prisioneiro, tendo sido internado no Campo de Friedrichfeld.
José Maria Marques	Cartaxo	Desaparecido a 9 de abril de 1918. Por comunicação da Comissão de Prisioneiros foi feito prisioneiro, tendo sido internado no Campo de Friedrichfeld.
Luís Manuel Gerardo	Ereira e Lapa	Desaparecido a 9 de Abril de 1918. Por comunicação da Comissão de Prisioneiros de Guerra foi feito prisioneiro, não se sabendo em que Campo esteve internado. Presente a 18 de Novembro de 1919.
Manuel da Costa Bernardes	Cartaxo	Desaparecido a 9 de Abril sendo feito prisioneiro.
Manuel Nunes	Valada	Desaparecido a 9 de Abril de 1918 sendo feito prisioneiro. Presente a 16 de Janeiro de 1919.

7. O REGRESSO A CASA

Após a desagregação do CEP a Inglaterra assume a responsabilidade do seu repatriamento, começando as viagens em Agosto de 1918, dando prioridade aos feridos e doentes, e continuando em 1919 já após o final da guerra declarado a 11 de Novembro de 1918. Em Janeiro de 1919 chegariam a Lisboa os primeiros prisioneiros de guerra.

Analisando as datas de repatriamento dos cartaxenses expedicionários do CEP, verifica-se que apenas 39 combatentes regressaram definitivamente a Portugal antes do final da guerra. Em 1917, regressam Henrique Ernesto da Costa, João Luís e Francisco António Carvalho, abatidos ao efectivo em virtude de terem sido considerados incapazes de todo o serviço. Entre Janeiro de 1918 e a data da assinatura do Armistício, a 11 de Novembro, regressariam outros 36 combatentes. Verifica-se, igualmente, que a grande maioria dos repatriamentos anteriores ao final da guerra se dão após a desagregação do CEP, com apenas dez regressos registados antes do final da Batalha de La Lys. Os restantes corresponderiam, na sua maioria, ao processo de repatriamento do CEP organizado pela Grã-Bretanha, denotando-se um aumento de viagens a partir do mês de Julho.

Porém, a maioria dos cartaxenses regressaria apenas em 1919, com os prisioneiros de guerra a chegarem a Lisboa, grosso modo, durante os meses de Janeiro e Fevereiro. Na edição de 1 de Fevereiro de 1919, o jornal *O Saloio* refere a chegada ao Cartaxo de um desses combatentes, José Estevão de Melo e Silva, saudando, igualmente, todos os restantes prisioneiros de guerra cartaxenses.¹²⁷ Além dos portugueses Pedro Nunes e Gil Eanes, foram ainda alocados alguns

¹²⁷ “De volta”, *O Saloio*, ano I, n.º 4, 1 de Fevereiro de 1919, p.3.

navios estrangeiros ao transporte das tropas portuguesas, entre os quais podem contar-se o *Kursk*, *North West Miller*, *South West Miller*, *Helenus*, *Durham Castle*, *Goentoer* e *Maryland*. Entre Janeiro e Julho teriam lugar quase todos os repatriamentos de 1919, sendo que apenas seis combatentes regressariam ao País entre os meses de Agosto e Outubro.

Figura 27. Repatriamentos

Data	Nome	Freguesia	Navio ¹²⁸	PDG ¹²⁹
28-09-1917	Henrique Ernesto da Costa	Pontével		
10-10-1917	João Luís	Vale da Pinta		
22-12-1917	Francisco António Carvalho	Cartaxo	Pedro Nunes	
03-02-1918	Joaquim de Nazaré Barbosa	Cartaxo	Via terrestre	
05-02-1918	Luís Nogueira	Valada		
09-04-1918	José Monteiro Raposo	Cartaxo		
10-04-1918	João José Cartacheira Joaquim Acúrsio dos Santos Joaquim Alves Salgado Pedro Nogueira	Ereira e Lapa Ereira e Lapa Vale da Pinta Valada	Pedro Nunes Gil Eanes	
21-05-1918	António Joaquim Ricardo	Ereira e Lapa	Pedro Nunes	
16-06-1918	Joaquim Marques	Casal do Ouro		
20-06-1918	João Augusto Ferreira da Costa Júnior	Cartaxo		
01-07-1918	João Lourenço Coelho	Cartaxo		
08-07-1918	Miguel Rodrigues Centeno Júnior	Pontével	Pedro Nunes	
18-07-1918	Ventura Neves	Cartaxo		
23-07-1918	José Marques	Casal do Ouro	Gil Eanes	

¹²⁸ Apenas alguns dos Boletins Individuais do CEP referem o nome do navio no qual foi feito o repatriamento.

¹²⁹ Prisioneiro de guerra

Data	Nome	Freguesia	Navio	PDG
25-07-1918	José Rodrigo da Silva Júnior	Pontével		
29-07-1918	Dimas Ribeiro Caneco Duarte Pereira	Valada Casal do Ouro	Navio Hospital Inglês	
17-08-1918	António Rodrigues Maximino	Casal do Ouro		
25-08-1918	Francisco Vicente João de Oliveira Massuça Joaquim Carlos Xavier Joaquim Garé Joaquim Pereira Atalaia	Casal do Ouro Cartaxo Cartaxo Cartaxo Cartaxo	Kursk Kursk	
13-09-1918	António Pereira Júnior Francisco Martins Carrapato	Casal do Ouro Pontével		
26-09-1918	José Martins Sardinha	Pontével		
02-10-1918	António Feliciano	Valada		
04-10-1918	António Bento Alves Salgado Carlos da Silva Rochato José Pita Manuel Carlos Alberto Silva	Vale da Pinta Vale da Pinta Pontével Cartaxo	Kursk	

Data	Nome	Freguesia	Navio	PDG
28-10-1918	Joaquim da Costa José Ferreira Talha José Silvério Júnior Manuel Caria Manuel Carvalho Júnior	Casal do Ouro Cartaxo Pontével Vale da Pinta Casal do Ouro		
23-11-1918	Duarte Camoez	Cartaxo	Gil Eanes	
15-12-1918	António Ramalho António Ruivo	Casal do Ouro Cartaxo		
19-12-1918	António Francisco Maltez	Pontével		
03-01-1919	José Bicho	Cartaxo		Sim
	Luís Manuel Gerardo	Ereira e Lapa		Sim
05-01-1919	António Raimundo Júnior	Pontével		
18-01-1919	António Pedro Gonçalves	Pontével	North West Miller	Sim
	Francisco dos Santos Correia	Pontével		Sim
	Jacinto da Silva	Valada	North West Miller	Sim
	José Augusto Tacão	Pontével		Sim
	José Gregório Júnior	Valada	North West Miller	Sim
	José Maria Marques	Cartaxo		Sim
	Júlio Severino Duarte	Pontével	North West Miller	
	Manuel da Costa Bernardes	Cartaxo		Sim

Data	Nome	Freguesia	Navio	PDG
25-01-1919	José Estevão de Melo e Silva	Pontével	Gil Eanes	Sim
28-01-1919	Acácio José Neves João Filipe Amorim	Vale da Pinta Pontével		Sim Sim
03-02-1919	José Fragoso	Casal do Ouro	North West Miller	Sim
04-02-1919	António Pedro Costa Artur Honório da Silva Luís Inácio Tagarro	Pontével Cartaxo Cartaxo	North West Miller	Sim Sim
05-02-1919	Amaro Caria António Carvalho Marques José Rodrigues Januário Luís Nogueira	Vale da Pinta Casal do Ouro Casal do Ouro Valada	Helenus Helenus Helenus Helenus	Sim
16-02-1919	António de Sousa Raposo António Manuel Gerardo Jacinto Caetano	Pontével Ereira e Lapa Casal do Ouro	Orite	
18-02-1919	António Gomes Bernardino	Cartaxo	Durham Castle	
28-02-1919	Lucindo Pereira	Casal do Ouro	Helenus	
04-03-1919	António Joaquim Alberto	Ereira e Lapa		
05-03-1919	António da Silva Vintém Francisco Florindo Júnior Joaquim Casqueiro Júnior	Cartaxo Cartaxo Cartaxo	Goentoer Goentoer	

Data	Nome	Freguesia	Navio	PDG
09-03-1919	Francisco de Almeida Calado	Vale da Pinta	Helenus	
	Francisco Rodrigues Faria	Casal do Ouro		
	Joaquim Augusto Quaresma	Pontével	Helenus	
	Joaquim Pedro Lucas	Cartaxo	Helenus	
	Porfírio Martins	Pontével	Helenus	
19-03-1919	Joaquim Carvalho	Cartaxo	North West Miller	
	José Ribeiro Caneco	Valada	North West Miller	
	Manuel da Silva	Cartaxo	North West Miller	
20-03-1919	António Caetano Ricardo	Ereira e Lapa	Helenus	
	Joaquim António Coito	Ereira e Lapa	Helenus	
	Joaquim Bento Gonçalves	Ereira e Lapa	Helenus	
	Joaquim Duarte Severino	Pontével	Helenus	
	José Caria	Vale da Pinta	Helenus	
	José Duarte Ruivo	Casal do Ouro	Helenus	
	Virgílio Gabirro	Pontével	Helenus	
31-03-1919	Caetano José Ricardo	Ereira e Lapa	Helenus	

Data	Nome	Freguesia	Navio	PDG
03-04-1919	Apolinário Barros Júnior	Pontével	Menominnee	
	Filipe Nunes d'Amorim Júnior	Pontével	Menominnee	
	José da Costa Espalha	Pontével	Menominnee	
07-04-1919	Joaquim Caria	Cartaxo	Pedro Nunes	
09-04-1919	João Tomás	Cartaxo	Pedro Nunes	
	Júlio Louro	Vale da Pinta	Pedro Nunes	
15-04-1919	António da Silva Flor	Cartaxo		
	Carlos Gomes Cavaleiro	Cartaxo		
18-04-1919	António Marques da Horta	Valada		
19-04-1919	António Monteiro	Pontével		
	Carlos Rosa	Cartaxo	North West Miller	
	Joaquim Mendes Barroca	Cartaxo	North West Miller	
	Francisco de Barros	Pontével		
01-05-1919	António da Silva Moleiro Júnior	Pontével		
	Francisco Pereira Mendão Júnior	Pontével		
04-05-1919	Albano Ribeiro Coelho	Cartaxo	Pedro Nunes	
	António Roma	Valada		
	Elias Colaço	Vale da Pinta		
	Joaquim d'Évora	Cartaxo	South West Miller	
	Joaquim Manuel Peres	Ereira e Lapa		
	José Ferreira Estafermo	Casal do Ouro		
	José Francisco Joanico	Pontével		
	Manuel José Esteves de Miranda Júnior	Valada		
	Manuel Évora da Costa	Cartaxo		

Data	Nome	Freguesia	Navio	PDG
06-05-1919	António Duarte	Cartaxo	Maryland	
10-05-1919	Francisco Lourenço	Valada	Gil Eanes	
11-05-1919	Carlos Paulo do Nascimento	Cartaxo		
	Eduardo da Costa Serrazina	Cartaxo	North West Miller	
14-05-1919	António da Ponte	Pontével		
	Inácio Mendes	Cartaxo	Pedro Nunes	
	Joaquim Bernardes Gomes	Cartaxo	Pedro Nunes	
	José Ribeiro	Valada	Pedro Nunes	
	José Venerando dos Santos	Ereira e Lapa	Pedro Nunes	
	Justiniano Pereira	Valada	Pedro Nunes	
	Sabino Luís da Silva	Valada	Pedro Nunes	
16-05-1919	Manuel Susano	Ereira e Lapa		
17-05-1919	Vítor José Serrão	Ereira e Lapa		
18-05-1919	Adelino Nogueira	Casal do Ouro	Gil Eanes	
	António da Silva Flor	Cartaxo		
19-05-1919	Apolinário Calisto	Pontével	North West Miller	
	Horácio Pedreiro	Valada		
	Joaquim da Costa Barradas	Cartaxo		
	Joaquim Emídio Rosa	Cartaxo		
	José da Silva Flor	Cartaxo		
	José Machado	Cartaxo		
	José Neves	Vale da Pinta		
	José Ribeiro	Valada		
José Ribeiro Caneco	Valada			

Data	Nome	Freguesia	Navio	PDG
19-05-1919	Manuel Eusébio Nico Manuel Rosário da Costa Martiniano Pereira Mendão Pedro Caria Rafael Honório Raul Caria	Pontével Cartaxo Pontével Vale da Pinta Valada Valada	North West Miller	
28-05-1919	Bernardo Bento Rodrigues Manuel Nunes	Vale da Pinta Valada	Orite	Sim
09-06-1919	António Botelho António José Louro Joaquim Bernardo José Cesteiro Júnior Manuel Jorge	Cartaxo Vale da Pinta Cartaxo Pontével Cartaxo	North West Miller	
14-06-1919	Manuel Fialho	Casal do Ouro		
17-06-1919	António Coelho Serrador Carlos Caria Francisco Monteiro Raposo João Vieira Mila Joaquim Marques Anacleto Júnior Joaquim Paulo Lopes Júlio Ferreira Manuel Rosa Ganão Virgílio Rosa Ganão	Pontével Cartaxo Casal do Ouro Pontével Cartaxo Pontével Pontével Cartaxo Pontével	North West Miller	

Data	Nome	Freguesia	Navio	PDG
19-06-1919	Jesuíno Clemente	Cartaxo		
25-06-1919	António João Braz António Marcelino António Raimundo Reis Francisco Leal Hermínio Duarte Quaresma José Simão [Simas]	Valada Casal do Ouro Pontével Casal do Ouro Valada Cartaxo	North West Miller North West Miller	
07-07-1919	Manuel Marques Barbosa	Valada		
08-07-1919	Duarte Laiola João Nunes Loureiro José Carvalho	Cartaxo Cartaxo Casal do Ouro		
09-07-1919	João Capanacho	Pontével		
28-07-1919	Manuel Rodrigues Cação	Valada		
29-07-1919	João Bernardo da Silva	Vale da Pedra		
12-08-1919	Francisco Gonçalves José Vieira	Vale da Pinta Cartaxo	Via terrestre	
24-08-1919	António Manuel Gerardo	Ereira e Lapa		
25-08-1919	Júlio Calixto	Pontével		
18-10-1919	José Maria	Cartaxo		
30-12-1919	Isaac Pio	Valada	Fernão Veloso	

8. AQUELES QUE PERECERAM

*“Longe, muito longe do céu azul de Portugal, dos montes verdesjantes ou das fartas campinas das suas províncias, descansam pois, nos ásperos climas da Flandres, os nossos Mortos da Grande Guerra”.*¹³⁰

A morte faz, infelizmente, parte do quotidiano da guerra. No que ao Cartaxo diz respeito, dos 191 homens que combateram na Flandres, seis perderiam a vida: Francisco Vieira Coelho (Ereira e Lapa), João Lourenço Coelho (Valada), Joaquim Coito Júnior (Ereira e Lapa), José Pedro da Silva Ouro (Cartaxo), Júlio Caetano (Cartaxo) e Manuel Lúcio Pita (Cartaxo).¹³¹ A estes juntar-se-iam quatro que perderiam a vida no palco de guerra africano: Francisco Carvalho, Manuel Brites Lanheiro, Raúl André e Carlos da Silva.

Francisco Vieira Coelho, soldado do Regimento de Infantaria 16, que havia partido para França a 17 de Novembro de 1917, foi colocado no Regimento de Infantaria 5 a 28 de Dezembro de 1917. A 23 de Julho de 1918 baixa ao Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa em Ambleteuse. Aí permaneceria até falecer a 7 de Novembro de 1918, vítima de broncopneumonia. Foi sepultado no cemitério de Ambleteuse no coval n.º 52, caixão n.º 102. Posteriormente, foi trasladado para o Cemitério Militar Português de Richebourg l'Avoué, Talhão D, Fila 19, Coval 12. (anexo 6)

¹³⁰ MENEZES FERREIRA, *“João Ninguém Soldado da Grande Guerra. Impressões Humorísticas de 1917-1919*, Lisboa, Serviços Gráficos do Exército, 1921 p. 59

¹³¹ AHM, *Boletins Individuais do CEP* e <http://www.memorialvirtual.defesa.pt>

João Lourenço Coelho, soldado do Corpo de Artilharia Pesada, embarcou para França a 21 de Agosto de 1917. A 26 de Junho de 1918 baixa ao Hospital de Base n.º 2, em Ambleteuse após ter sido gaseado. Faleceria no mesmo hospital a 1 de Julho de 1918, vítima dos ferimentos causados pelos gases. Foi sepultado no cemitério de Ambleteuse no coval n.º 37, caixão n.º 72. Posteriormente, foi trasladado para o Cemitério Militar Português de Richebourg l'Avoué, Talhão D, Fila 20, Coval 16. (anexo 7)

Joaquim Coito Júnior, soldado do Regimento de Artilharia 1, partiu para França a 26 de Setembro de 1917. Tendo participado na Batalha de La Lys, desapareceu em combate, tendo sido feito prisioneiro em campo desconhecido. Faleceu a 13 de Novembro de 1918, dois dias após o final da guerra, no Hospital de Reserva II em Aachen, ignorando-se a causa da morte. Foi sepultado no cemitério de Limburgo, na Bélgica, sendo posteriormente trasladado para o Cemitério Militar Português de Richebourg l'Avoué, Talhão C, Fila 15, Coval 18. (anexo 8)

José Pedro da Silva Ouro, 1.º Cabo do Regimento de Infantaria 16, embarcou para França a 17 de Novembro de 1917, tendo sido colocado no Regimento de Infantaria 5 a 29 de Dezembro de 1917. No dia 1 de Janeiro de 1918 baixa ao Hospital de Sangue n.º 1, em Merville, após ter sido gaseado, vindo a falecer no dia 4 do mesmo mês. Foi sepultado no cemitério de Merville, coval n.º 31, tendo sido posteriormente trasladado para o Cemitério Militar Português de Richebourg l'Avoué, Talhão B, Fila 2, Coval 18. (anexo 9)

Júlio Caetano, soldado do Regimento de Infantaria 16, partiu para França a 17 de Novembro de 1917. A 29 de Dezembro de 1917 foi colocado no Regimento de Infantaria 12. Faleceu em combate, na primeira linha do sub-sector de Neuve-Chapelle, a 5 de Fevereiro de 1918, vítima de ferimentos, tendo sido sepultado no cemitério de Le Touret, no coval n.º 110. Posteriormente, foi trasladado para o Cemitério Militar Português de Richebourg l'Avoué, Talhão D, Fila 12, Coval 20. (anexo 10)

Manuel Lúcio Pita, soldado do Regimento de Infantaria 16, embarcou em Lisboa a 17 de Novembro de 1917, tendo sido colocado no Regimento de Infantaria 11 a 28 de Dezembro do mesmo ano. Faleceu por desastre em serviço a 19 de Outubro de 1918 em Le Cornet Malo, próximo de Neuve-Chapelle, sendo sepultado no mesmo local. Posteriormente, foi trasladado para o Cemitério de Richebourg l'Avoué, Talhão A, Fila 15, Coval 4. (anexo 11)

9. A VIVÊNCIA DA GUERRA NO CARTAXO

Longe dos teatros de guerra, Portugal vive, também, as consequências do conflito. A nível económico, o período da I Guerra Mundial é caracterizado pelo aumento do preço dos produtos de primeira necessidade. A carestia de vida instala-se e a chamada “questão das subsistências” passa para a ordem do dia, afectando, principalmente, operários e assalariados e conduzindo a alterações da ordem pública.

O Cartaxo não escaparia a esta situação. De facto, em ofício ao Governador Civil enviado em Abril de 1917, as autoridades do Cartaxo solicitavam que o Exército não continuasse a requisitar milho na cidade visto as quantidades existentes não serem já suficientes para a alimentação pública.¹³² A falta deste cereal não era novidade do tempo de guerra, pois anteriormente a sua carência havia já provocado vagas de fome na região. No início de Abril de 1914, Francisco José Pereira alertava, na Câmara dos Deputados, o Ministro do Fomento, Aquiles Gonçalves, para as reclamações enviadas pelo Cartaxo e Santarém contra a falta de cereal e pedia-lhe que o decreto concedendo a possibilidade de importação de milho, aprovado há alguns dias, fosse publicado. Na realidade, a aprovação do decreto fez com que os negociantes deixassem de adquirir o cereal, esperançados que a importação pudesse ser feita com diminuição de direitos. Apesar da resposta positiva do Ministro do Fomento, que garantiu que o decreto entraria em execução dentro de quatro dias, o facto é que as limitações à importação que viriam a ser impostas pela guerra tornaram, decerto, esta situação mais difícil de sustentar. De facto, também outras localidades do País, como Lisboa, iriam ver-se a braços com tumultos contra o aumento do custo de vida.

¹³² Arquivo da Câmara Municipal do Cartaxo, *Registo dos officios dirigidos ao Governo Civil do Distrito de Santarem com principio em 9 de Dezembro de 1911*, ofício n.º 27, 4 de Abril de 1917, fl.72.

Tal como sucedeu no restante País, a carestia de vida ultrapassou o período da guerra, mantendo-se a alta dos preços após o final do conflito. Contra esta realidade levantam-se algumas vozes no Cartaxo, por vezes expressas nos jornais locais da época. O jornal *O Milharó* refere no seu número 3:

“ (...) Pergunta-nos um leitor se no saco em que vamos arquivando as verdades para contar aos leitores, também há alguma que diga respeito à morosa descida dos preços dos géneros em comparação com a vertiginosa subida.

Satisfazendo a curiosidade do nosso leitor dir-lhe-hemos que sim; temos cá muito assunto.

Mas, como se lhe fossemos a contar tim tim por tim tim o jornal se sentiria pequeno, triplicando de dimensões, limitamo-nos a dizer-lhe: Que o Povo não é leal; se consentiu em se curvar para os exploradores lhe porem os pés em cima e tirarem a camisa durante a guerra, porque não quer agora servir também de escada para eles descerem das alturas em que os deixaram no dia que soou a Paz?”¹³³

Mas, como sucede em todos os conflitos, também alguns indivíduos viriam a obter elevados lucros com a guerra, sobretudo com o recurso ao mercado negro. No número 6 do mesmo jornal, os editores insurgem-se contra:

“ (...) os traficantes que auferiram durante a guerra fabulosos lucros e que deviam portanto ser dos primeiros não só a responderem ao nosso apelo assinando o nosso jornal, mas também a contribuir com alguma coisa apreciável que redundasse em benefício dos desgraçados para os quais nós desinteressadamente trabalhamos há já três anos”.¹³⁴

Às dificuldades económicas somava-se o trauma que a intervenção portuguesa no conflito viria a causar no Cartaxo, com o envio de cerca de 191 jovens para as várias frentes de guerra. À semelhança do que acontecia no restante País, a população mobilizou-se para prestar o apoio possível aos combatentes, sobretudo àqueles que regressariam com mazelas físicas e impossibilitados de retomar o trabalho. Os “mutilados de guerra” iriam ser alvo de várias acções de solidariedade que tinham como intuito a angariação de fundos para o auxílio à sua situação económica. Entre as várias festas organizadas destacam-se as vendas de flores, uma exposição de rosas na Câmara Municipal e récitas de beneficência. Uma destas récitas teria lugar no

¹³³ “À letra”, *O Milharó*, ano I, número 3, 5 de Janeiro de 1919, p.3.

¹³⁴ “Devolvido à precedência”, *O Milharó*, ano I, número 6, 16 de Março de 1919, p.1.

Pinhal da Azambuja tendo Marcelino Mesquita escrito, propositadamente, uma comédia em um acto para ser representada no local. A comédia, intitulada *Um episódio de guerra*, não foi ainda publicada e faz parte do espólio de Marcelino Mesquita.

Uma outra récita, organizada em 1917 no teatro da vida – onde actualmente se situa a Casa Paroquial do Cartaxo - foi contemplada nas páginas da revista *Ilustração Portuguesa*.¹³⁵ O teatro foi nesse dia animado pela representação da comédia em um acto *Doidos com Juízo*; pelo terceto cómico musical *Os Dó, Ré, Mi*, constituído por Artur Narciso Soares, Sebastião de Abreu e António de Oliveira Amado; pelos duetos *O Groom Apaixonado* e *O Beijo de Margarida*, apresentados por Aida Barrela e Maria Margarida Duarte; e pelo dueto *Os Bem Casadinhos*, interpretado por Maria Teresa Honório e Maria Margarida Duarte. A récita contou ainda com a declamação de poemas por Fernando de Oliveira Henriques e com a colaboração de António Mesquita, irmão do dramaturgo Marcelino Mesquita, no ensaio do Grupo de Amadores de Teatro Marcelino Mesquita, bem como com o apoio de Rosendo Silva que dirigiu os restantes participantes e da Tuna Cartaxense. No seu conjunto, as iniciativas realizadas em 1917 conseguiriam angariar 1000\$00, quantia que deveria ser utilizada para auxiliar os soldados feridos no conflito.

Na organização desta récita surgia o Grupo de Teatro Amador *Os Milharós*¹³⁶, que, posteriormente, viria a criar um jornal que tinha como propósito a continuação do apoio aos mutilados de guerra. No número 6 deste periódico apresentam-se como um:

“ (...) pequeno núcleo de rapazes – os legítimos organizadores da grande obra humanitária pró mutilados da guerra, que todos conhecem muito bem e que os enche de orgulho. Os milharós que o criaram única e simplesmente para prosseguimento dessa mesma obra e bem assim para pugnar pelos interesses da nossa terra.”¹³⁷

¹³⁵ *Ilustração Portuguesa*, II Série, n.º 600, Lisboa: Empreza do Jornal *O Século*, 20 de Agosto de 1917.

¹³⁶ “A favor dos mutilados na guerra”, *Ilustração Portuguesa*, II Série, n.º 600, Lisboa: Empreza do Jornal *O Século*, p.159.

¹³⁷ “Devolvido à precedência”, *O Milharó*, ano I, número 6, 16 de Março de 1919, p.1.

Figura 28. Grupo dramático de amadores “Os Milharós”



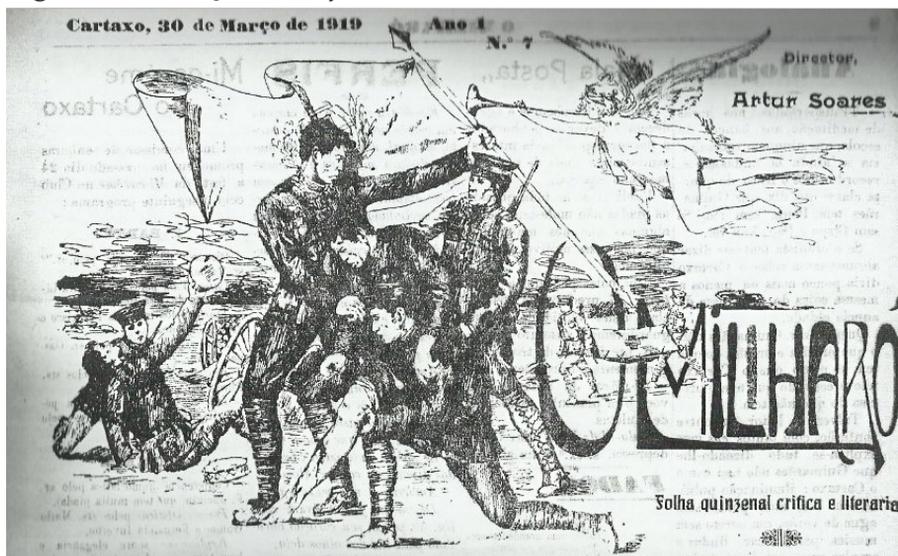
Grupo Dramático composto por António Ribeiro da Costa, Rosendo Calado Silva (ensaiador), Aida Barrela, Maria Teresa Honório, Maria Margarida Duarte, Fernando d'Oliveira Henriques, António Mesquita (ensaiador), António Cunha Pote, Sebastião Abreu, António d'Oliveira Amado, Artur Narciso Soares, António d'Abreu.

Figura 29. Tuna Cartaxense com o seu maestro Rosendo Calado Silva



“A favor dos mutilados na guerra”, *Ilustração Portuguesa*, II Série, n.º 600, Lisboa, 20 de Agosto de 1917, p.159.

Figura 30. Cabeçalho do jornal O Milharó,



Jornal local no qual a relação com o conflito mundial e com os feridos de guerra é evidente.

Também o jornal *O Saloio* dá conta da primeira edição do jornal *O Milharó*, referindo no seu número 2, que a sua criação visava:

“ (...) contribuir com o producto da sua venda para o reforço do fundo destinado àqueles que se inutilisaram para a luta da vida, nos campos de batalha de Africa e França, na defeza e engrandecimento do nome de Portugal, fundo este já criado à custa dos esforços dedicados de um grupo de indivíduos de iniciativa, intitulado “Os Milharós (...)”.¹³⁸

Este grupo seria, de facto, responsável por várias iniciativas, não só de angariação de fundos em prol dos mutilados de guerra, mas também de homenagem aos combatentes cartaxenses. Em 1919, por proposta *d’Os Milharós*, a festa do 1.º de Maio, feriado municipal durante a I República, incluiu:

“ (...) uma festa patriota em honra dos heroicos soldados deste concelho que combateram em França e África à semelhança do que o governo vai realizar em Lisboa com toda a solenidade no próximo dia 9 de abril, data esta em que as nossas tropas mostraram em França contra os alemães quanto era rija a tempera portuguesa”.¹³⁹

¹³⁸ “O Milharó”, *O Saloio*, ano I, número 2, 15 de Dezembro de 1918, p.1.

¹³⁹ “Um gesto bonito”, *O Milharó*, ano I, número 7, 30 de Março de 1919, p.1.

Inicialmente, encontrava-se estipulado que os festejos se prolongariam entre os dias 1 e 4 de Maio, sendo pautados por:

“ (...) extraordinárias e brilhantes festas em honra dos valorosos soldados deste concelho que combateram em França e em Africa, com um programa bastante atraente e invulgar para a realização do qual se encontra já constituída uma grande comissão com elementos de toda a categoria, que se propõe dar todo o seu esforço, desintesse e carinho, para que todo o seu trabalho seja coroado do melhor exito”.¹⁴⁰

Para tal, foi aberta uma subscrição pública¹⁴¹, no entanto, a dificuldade em angariar fundos obrigou à redução do programa. De facto, na edição de 13 de Abril de 1919, referia *O Milharó*:

“ (...) Por três vezes saímos já em peditório angariando a matéria prima indispensável nestas coisas, o dinheiro, para conseguirmos a realização da obra em que muito gostosamente nos empenhamos. Pois leitor amigo, a subscrição até agora realizada, não chega nem para fazer cantar um cego!”.¹⁴²

Na verdade, em meados de Abril, a subscrição reunira somente 122\$50, contando com 100\$00 da Comissão Administrativa do Concelho, com 20\$00 do grupo Os Milharós e com duas contribuições particulares, de Sebastião Honório e António Lapa, que ofereceram, respectivamente, 1\$00 e 1\$50.¹⁴³ Porém, apesar da festa deste ano não ter tido os resultados esperados, a edição de 29 de Junho do jornal *O Milharó* informa que o grupo com o mesmo nome havia já arrecadado 434\$75 destinados aos mutilados de guerra, quantia esta que, em virtude de nenhum dos combatentes se encontrar necessitado de tal auxílio, acabou por reverter a favor do Hospital, da Assistência Escolar e dos Montepios.¹⁴⁴

¹⁴⁰ “Um gesto bonito”, *O Milharó*, ano I, número 7, 30 de Março de 1919, p.1.

¹⁴¹ “Subscrição”, *O Milharó*, ano I, número 7, 30 de Março de 1919, p.2.

¹⁴² “A festa dos nossos soldados”, *O Milharó*, ano I, número 8, 13 de Abril de 1919, p.1.

¹⁴³ “Subscrição”, *O Milharó*, ano I, número 8, 13 de Abril de 1919, p.4.

¹⁴⁴ “Os milharós e a sua obra”, *O Milharó*, ano I, número 9, 29 de Junho de 1919, p.1.

10. SABEI QUE MAIS NOS DÓI O VOSSO ESQUECIMENTO DO QUE O QUE PASSAMOS POR CÁ: OS LOCAIS DE MEMÓRIA

No final da guerra, os restos mortais dos combatentes portugueses que pereceram na Flandres encontravam-se espalhados em diferentes cemitérios nos territórios de França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Inglaterra e Polónia.¹⁴⁵

A operação de identificação e concentração dos mesmos foi, assim, bastante lenta e difícil, sendo o reconhecimento feito através da análise das placas ou cruzeiros que encimavam as sepulturas, dos arquivos de campanha e dos espólios pessoais que permaneceram ao cuidado do Exército. Depois de identificados, os restos mortais foram exumados para os chamados cemitérios de concentração existentes em Laventie, Vieille-Chapelle, Pont-Du-Hem e Le Touret.¹⁴⁶ As primeiras instruções sobre a concentração destes talhões num cemitério português, cujo terreno seria cedido de forma perpétua pelo Governo francês ao Estado português, surgem em 1921. As transladações iniciam-se em 1922 terminando apenas em 1938, sendo o Cemitério Militar Português de Richebourg l'Avoué inaugurado em meados da década de 1930.¹⁴⁷

De facto, poucas eram as famílias com capacidade económica para suportar os custos da transladação dos corpos dos militares mortos na Flandres e em África. No entanto, logo após o final da guerra, a Junta Patriótica do Norte dá início a uma acção que pretendia incentivar a construção de memoriais concelhios em homenagem aos mortos da Grande Guerra.¹⁴⁸ Procurando definir um modelo padrão a

¹⁴⁵ CORREIA, Sílvia, *Entre a morte e o mito: políticas da memória da I Guerra Mundial em Portugal (1918-1933)*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, p.393.

¹⁴⁶ CORREIA, *op. cit.*, p.394.

¹⁴⁷ CORREIA, *op. cit.*, p.400

¹⁴⁸ CORREIA, *op. cit.*, p.424.

ser divulgado pelos concelhos, a 30 de Julho de 1919 a Junta dá início à propaganda de homenagem nacional aos mortos da grande guerra, enviando a cada concelho uma circular na qual este era aconselhado a afixar uma lápide, padrão ou monumento com os nomes dos seus mortos.

“Em nome da JPN, parcela mínima da alma portuguesa que aspira à dignificação da pátria e à sua nobilitação pelo culto dos seus heróis, chamo a vossa atenção pela ideia que à Junta é sugerida pelo poeta-soldado e grande patriota Capitão Augusto Casimiro de fixar uma lápide ou outro monumento, em cada sede de concelho, com os nomes dos mortos da Grande Guerra. Deixo em toda a sua singeleza à vossa ponderação esta consagração simples, mas altamente significativa, convicto de que a Junta que a perfilha e vivifica, imprimindo-lhe unanimidade, vai receber imediatamente a adesão de todas as camaras e com ela a forma como procurarão efectivá-la no mais curto prazo de tempo. A pátria nobilita-se perpetuando o nome daqueles que grandes ou humildes por ela se bateram ou morreram.”¹⁴⁹

No ano seguinte, o dia 10 de Junho é considerado feriado nacional e dedicado à inauguração dos monumentos concelhios.¹⁵⁰ Por esta altura, no Cartaxo, a primeira pedra do obelisco havia sido lançada a 3 de Maio, no jardim da Praça 15 de Dezembro, cerca de um mês antes da constituição da Comissão para o Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra em Lisboa.¹⁵¹ O monumento seria inaugurado dois anos depois, a 29 de Outubro de 1922.

¹⁴⁹ “Homenagem aos mortos da grande guerra. Tese apresentada ao 1.º congresso dos combatentes”, *A Guerra*, ano 4, n.º 44, agosto de 1929, p.4.

¹⁵⁰ Lei n.º 983, *Ordem do Exército*, 1.ª Série, 4 de Junho de 1920, p.267.

¹⁵¹ Esta Comissão foi nomeada pela portaria de 9 de Abril de 1920 expedida pelos Ministérios da Guerra, Marinha e Colónias. Instalou-se e iniciou trabalhos a 11 de Abril de 1920 na sala das Comissões da Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 31. Monumento aos Mortos da Grande Guerra, Cartaxo



Bilhete Postal registado em 1943

A demora da inauguração parece ter ficado a dever-se à realização de algumas alterações necessárias ao padrão que havia sido erigido. De facto, em Junho de 1924, o jornal local *A Regateira*, no seu número 4, refere:

“ (...) Houve o lançamento da primeira pedra com as cerimónias da praxe, começaram as obras, até que um belo dia foi dado por concluído o monumento que na opinião de alguns entendidos deixava muito a desejar.

Como alguém de bom senso conhecesse a imperfeição da obra, foi resolvido emendá-la, ficando, porisso, adiado para mais tarde a sua inauguração (...)”¹⁵²

Mas apesar da inauguração ter sido realizada em 1922, as fontes indicam que o monumento não terá sido terminado na altura, sofrendo várias alterações face aos erros detectados no mesmo. Por exemplo, aquando da sua inauguração, o padrão apresentava inscrições de autores célebres relativos ao tema da guerra. Luís de Camões e Marcelino Mesquita foram os escolhidos, com as passagens: “porque o inimigo não vencesse, deixou antes vencer da morte a vida” e “prémio supremo d’um amor sublime”, respectivamente. Por último,

¹⁵² “Errar”, *A Regateira*, ano I, nº 4, 1 de Junho de 1924, p.1.

as palavras de um soldado nas trincheiras foram, também, incluídas: “mas sabeí que mais nos dói o vosso esquecimento do que o que passamos por cá”. No entanto, a frase retirada d’*Os Lusíadas* foi gravada de forma incorrecta como refere o jornal *A Regateira* no seu número 4:

“ (...) Entre as frases de que falamos, há uma que a principio se nos afigura ser de Camões, mas que depois de recorrermos ao auxilio da nossa fiel memória, vimos que não é do autor dos *Lusíadas*, mas sim, de algum camarista que não estando para ir certificar-se da legitimidade da frase, mandou fazer aereamente qualquer cousa que julgou ser a verdade; (...)

E vai em vez de porem

«... Porque o inimigo não vencesse, deixou antes vencer da morte a vida»

puzeram,

«... Porque o inimigo não vencesse, deixou antes vencer a própria vida»

Ora se vem que o sentido seja o mesmo, não podemos deixar de dizer que é um erro, que deve ser imendado.

Por isso pedimos providencias imediatas, senhora Camara, porque nós, os Cartaxeiros, não queremos que o forasteiro mais ou menos culto que visite a nossa terra, depare com tamanha patacuada, que ao mesmo tempo profana a obra do nosso maior Poeta, e escarnece até de tão sacrossanto padrão.

(...) Portanto, senhora Camara, aconselhamos-lhe que a picareta e o camartelo, podiam muito bem servir, novamente, de raspadeira para apagar tamanho borrão.”¹⁵³

O mesmo periódico apontaria um outro erro inscrito no Monumento aos Mortos da Guerra, desta feita na listagem dos nomes dos combatentes que pereceram nos vários palcos do conflito. A edição de Outubro de 1924 critica, numa secção cómica, o facto de alguns dos combatentes inscritos no padrão como tendo perdido a vida em África, terem, na realidade, perecido em França. Refere *A Regateira*:

“- Mas óóó o outro erro?

- Qual? O do rapaz que morreu em França em vez de morrer em África?

- Sim!

¹⁵³ “Errar”, *A Regateira*, ano I, nº 4, 1 de Junho de 1924, pp.1-2.

- Ora isso quasi que se não pode tomar como erro, porque morrer num ou noutro sitio tanto monta. Ninguem se importa com isso senão esses senhores da “Regateira” que armaram agora em investigadores parvos e zelosos para ver se me arreliam.”¹⁵⁴

De facto, José Pedro da Silva Ouro e Manuel Lúcio Pita, inscritos – ainda na actualidade - como tendo perecido no palco de guerra africano, combateram, na realidade, em França tendo falecido, respectivamente, a 4 de Janeiro e a 19 de Outubro de 1918.

Este processo de alteração do padrão comemorativo parece ter-se estendido no tempo. De facto, em Maio de 1927, o Presidente da Comissão Administrativa, António Ribeiro da Costa, recusa o pedido da Comissão Pró-Monumento aos Mortos na Guerra, de Leiria, que se consubstanciava num conjunto de bilhetes enviados à Câmara Municipal do Cartaxo com o intuito de serem vendidos no concelho como forma de angariação de fundos. Ribeiro da Costa justificaria esta decisão com a necessidade de contar com o auxílio da população para modificar e concluir o monumento da vila.¹⁵⁵

Mas as lógicas de perpetuação da memória dos combatentes continuariam. A 20 de Dezembro de 1928, o presidente da Agência de Santarém da Liga dos Combatentes da Grande Guerra enviaria à Câmara Municipal o seguinte ofício:

“A Agencia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra em Santarém, resolveu em sua sessão de 7 do corrente, solicitar da câmara de mui digna presidência de V. Ex.^a, que a qualquer rua, largo ou praça seja dado o nome “Combatentes da Grande Guerra” e que as sepulturas dos combatentes sejam consideradas perpetuas e sobre ellas colocada uma legenda com o nome “Combatente de Guerra” e data do falecimento, ficando o desempenho e despeza desta prova de reconhecimento pelos que sofreram e sacrificaram a cargo desse município”.¹⁵⁶

Esforços que tentariam prestar homenagem e manter a memória de todos aqueles que, no concelho do Cartaxo, se bateram nos vários teatros da I Guerra Mundial

¹⁵⁴ “Alta reportagem”, *A Regateira*, ano I, n.º 12, 5 de Outubro de 1924, p.1.

¹⁵⁵ Arquivo da Câmara Municipal do Cartaxo, *Dossier de Ofícios 1927-1937*, ofício n.º 118, 4 de Maio de 1927, fl.44v.

¹⁵⁶ Arquivo da Câmara Municipal do Cartaxo, *Dossier de Ofícios 1927-1937*, ofício n.º 285, 20 de Dezembro de 1928.

NOTA FINAL

Apesar dos esforços de perpetuação da memória que tiveram início nos anos seguintes ao final do conflito, esta acabaria por perder-se nas brumas do tempo.

A I Guerra Mundial marcaria profundamente o País, impacto que adquire um outro nível quando nos referimos à história local. Em pouco mais de um ano, o concelho do Cartaxo viu partir para a Flandres 191 homens em idade activa, entre os 20 e os 45 anos. Estes deixariam as suas famílias e ocupações para partir para uma guerra longínqua; muitos – a maioria talvez – nunca haviam saído do País; alguns veriam o mar pela primeira vez a caminho das trincheiras da Flandres.

Mas a guerra não marcaria apenas aqueles que partiram e as suas famílias. O concelho acaba, também, por mobilizar-se no apoio aos feridos e mutilados, organizando variadas iniciativas de angariação de fundos. São organizadas récitas e vendas e editam-se jornais para auxiliar os combatentes e as famílias que haviam ficado sem parte do seu sustento.

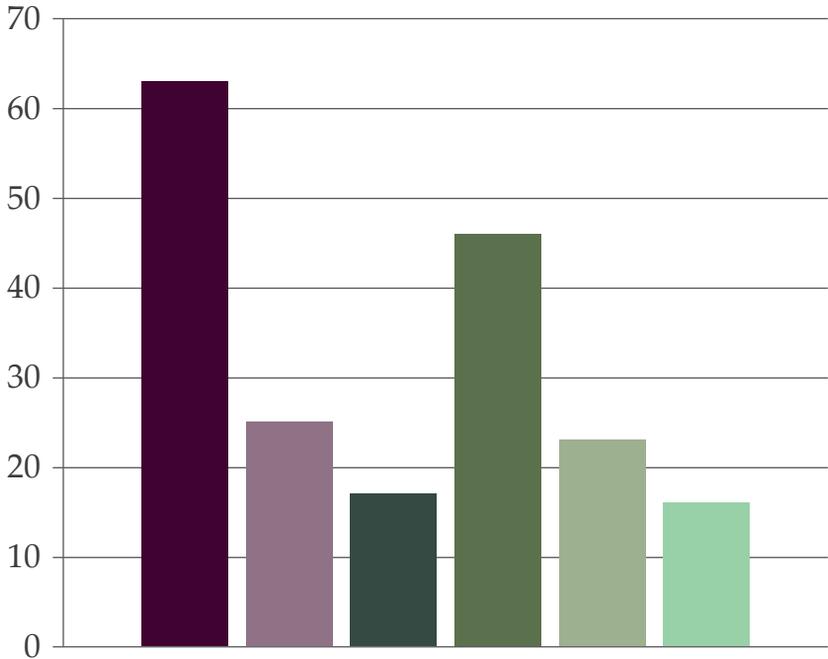
O Cartaxo viveu o drama da mobilização, dos desaparecidos em combate, dos prisioneiros de guerra – cujo paradeiro e estado de saúde eram, por vezes, desconhecidos durante meses. Viveu, também, o drama dos mortos, com seis combatentes a caírem na Flandres e outros quatro em África. Testemunha a construção – e reconstrução – de um monumento evocativo que perdura ainda hoje, não obstante o relativo desconhecimento que sobre o mesmo paira.

Porém, 100 anos depois, todos estes indivíduos e acontecimentos foram, na sua maioria, esquecidos pela memória colectiva; muitas vezes até pela memória familiar que tentou apagar uma época, decerto, tão dolorosa. Este livro pretende ser um contributo para a recuperação dos nomes e percursos dos cartaxenses mobilizados na Flandres, esperando que possa constituir uma base para novos estudos e para um renovado interesse sobre esta época da nossa história local.

Muitas omissões encontram-se, decerto, presentes no livro, sendo este fruto dos dados de arquivo que se encontram em acesso aberto. Mas muitos outros pedaços desta história encontram-se, também, nas casas de muitos cartaxenses sob a forma de fotografias, objectos e, sobretudo, memórias - elemento frágil que é urgente recuperar e preservar para o futuro. Esta não é, assim, uma obra fechada, mas um projecto em aberto no qual todos os cartaxenses podem colaborar, contribuindo com as suas memórias familiares para completar a nossa memória colectiva.

ANEXOS

Anexo 1. Número de expedicionários do CEP por freguesia



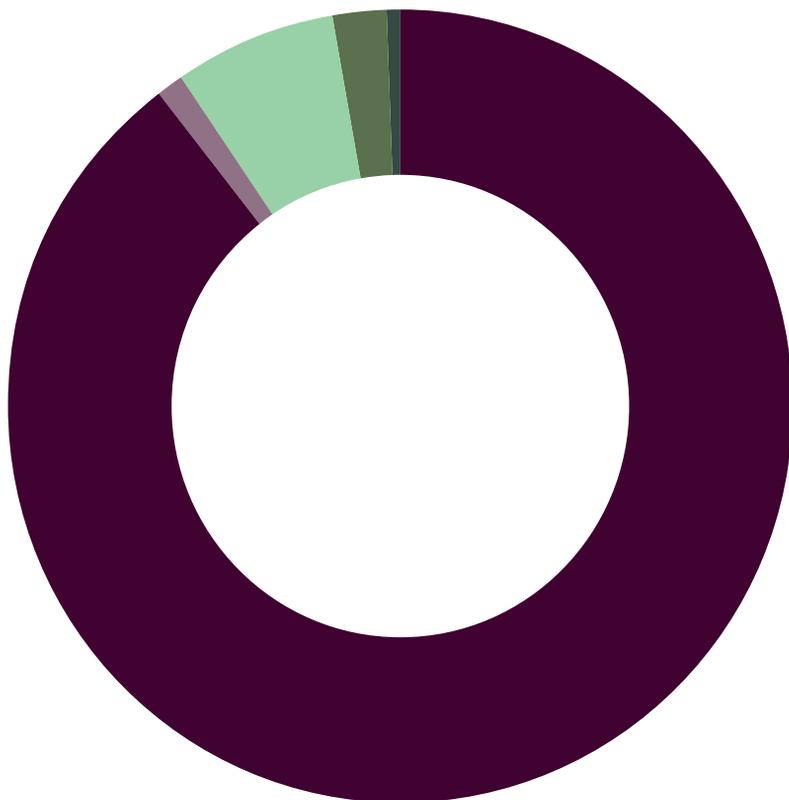
Mobilizados



Anexo 2. Estado civil



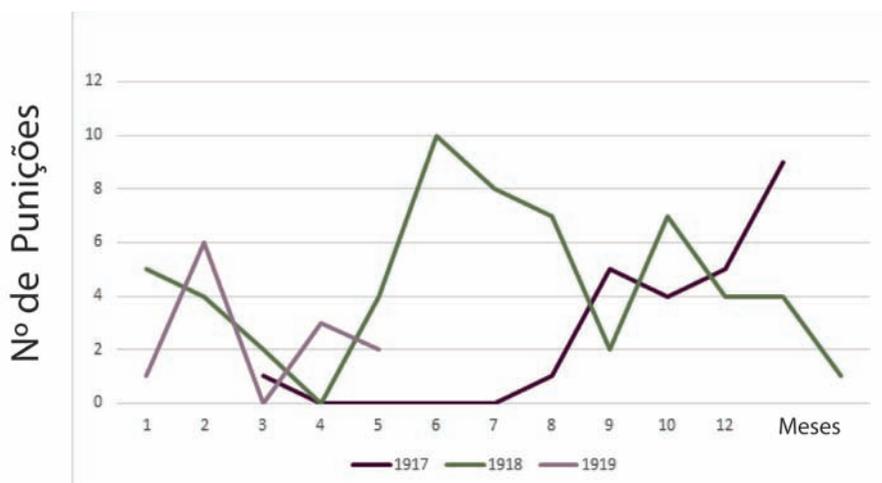
Anexo 3. Patentes militares



Anexo 4. Casino de Hendaia, onde foi instalado o Hospital Militar Português



Anexo 5. Combatentes cartaxenses - punições



Anexo 6. Lápide funerária de Francisco Vieira Coelho no Cemitério de Richebourg l'Avoué



Anexo 7. Lápide funerária de João Lourenço Coelho no Cemitério de Richebourg l'Avoué



Anexo 8. Lápide funerária de Joaquim Coito Júnior no Cemitério de Richebourg l'Avoué



Anexo 9. Lápide funerária de José Pedro da Silva Ouro no Cemitério de Richebourg l'Avoué



Anexo 10. Lápide funerária de Júlio Caetano no Cemitério de Richebourg l'Avoué



Anexo 11. Lápide funerária de Manuel Lúcio Pita no Cemitério de Richebourg l'Avoué



Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
Acácio José Neves	Vale da Pinta	Francisco José Neves e Maria Martinha	Solteiro	Soldado condutor n.º 384	Regimento de Artilharia 1, 5.º Grupo de Baterias, 3.ª Bateria M.	1 de Julho de 1917 28 de Janeiro de 1919
Adelino Nogueira	Casal do Ouro	António Nogueira e Quitéria Marcelino	Solteiro	Soldado condutor n.º 479	Quartel-General de Base, Depósito de Material de Base	26 de Maio de 1917 18 de Maio de 1919
Albano Ribeiro Coelho	Cartaxo	Ezequiel Júlio Coelho e Elisa do Carmo Ribeiro Coelho	Solteiro	Alfêres de Artilharia	Regimento de Artilharia 3, 4.º Grupo de Baterias de Artilharia	4 de Junho de 1917 4 de Maio de 1919
Amaro Caria	Vale da Pinta	António Caria Júnior e Beatriz Caria	Solteiro	1º Cabo n.º 641 (Promovido a 2.º Sargento Miliciano a 27 de Julho de 1918)	Regimento de Sapadores Mineiros, 7.ª Companhia	27 de Agosto de 1917 5 de Fevereiro de 1919
António Bento Alves Salgado	Vale da Pinta	António Bento Alves Salgado Júnior e Amélia da Conceição	Casado com Georgina Vieira	Soldado n.º 205	Regimento de Sapadores Mineiros, 2.ª Companhia	21 de Abril de 1917 4 de Outubro de 1918

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Português.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
António Botelho	Cartaxo	Manuel Botelho e Joana de Jesus (Falecida)	Casado com Ilídia Brígida	Soldado n.º 1.039	Regimento de Infantaria 16, 1.ª Companhia	17 de Novembro de 1917
António Caetano Ricardo	Ereira-Lapa	Caetano Ricardo e Germana Maria	Solteiro	Soldado condutor n.º 525 da 4.ª Bateria	Regimento de Artilharia, 2.º Grupo	9 de Junho de 1919 21 de Agosto de 1917 20 de Março de 1919
António Carvalho Marques	Casal do Ouro	Manuel Carvalho Marques e Maria Joaquina	Solteiro	Soldado n.º 782	Regimento de Infantaria 16, 1.º Batalhão, 4.ª Companhia	20 de Fevereiro de 1917 5 de Fevereiro de 1919
António Coelho Serrador	Pontével	Joaquim Coelho Serrador e Mariana da Conceição	Casado com Gertrudes Conceição	Soldado n.º 837	Regimento de Infantaria 16, 4.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 17 de Junho de 1919
António da Ponte	Pontével	António da Costa da Ponte e Teresa de Jesus	Solteiro	Soldado n.º 828	Regimento de Infantaria 16, 2.ª Companhia	26 de Setembro de 1917 14 de Maio de 1919
António da Silva Flor	Cartaxo	José da Silva Flor (Falecido) e Desidéria da Conceição	Solteiro	Soldado n.º 509	Serviço de Higiene e Bacteriologia, 1.ª Companhia	22 de Fevereiro de 1917 15 de Abril de 1919
António da Silva Flor	Cartaxo	António da Silva Flor e Joaquina Rosa	Solteiro	Soldado n.º 144	Corpo de Artilharia Pesada, 3.ª Bateria, 1.º Batalhão de Artilharia de Costa, 8.ª Companhia	21 de Agosto de 1917 18 de Maio de 1919
António da Silva Moleiro Júnior	Pontével	António da Silva Moleiro e Helena Máxima	Solteiro	Soldado n.º 224	Grupo de Artilharia Pesada, 1.ª Bateria, 2.º Batalhão de Artilharia de Costa, 7.ª Companhia	(ilegível) 1917 1 de Maio de 1919

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Português.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
António da Silva Vintém	Cartaxo	Joaquim da Silva Vintém e Joaquina Mendes	Solteiro	Soldado n.º 528	1.ª Brigada do Regimento de Infantaria 34, 3.º Batalhão, 1.ª Companhia	19 de Janeiro de 1917 3 de Março de 1919
António de Sousa Raposo	Pontével	Francisco de Sousa Raposo e Maria Adelaide de Sousa Raposo	Solteiro	Soldado n.º 454	Companhia de Projectores de Campanha	19 de Agosto de 1917 16 de Fevereiro de 1919
António Duarte	Cartaxo	José Duarte e Gertrudes Josefa	Solteiro	Soldado Condutor n.º 129	Regimento de Artilharia 1	22 de Setembro de 1917 6 de Maio de 1919
António Feliciano	Valada	Feliciano Alexandre e Rosa Fabiana	Solteiro	Soldado n.º 860	2.ª Companhia de Sapadores Mineiros	21 de Abril de 1917 2 de Outubro de 1918
António Francisco Maltez	Pontével	António Francisco Maltez e Vitória da Conceição	Solteiro	Soldado n.º 611	Regimento de Infantaria 16, Batalhão de Mineiros, 1.ª Companhia	8 de Agosto de 1917 19 de Dezembro de 1918
António Gomes Bernardino	Cartaxo	António Gomes Bernardino e Gertrudes Crespo	Solteiro	Soldado n.º 466	1.ª Brigada de Infantaria, Regimento de Infantaria 34, 2.ª Companhia	19 de Janeiro de 1917 18 de Fevereiro de 1919
António João Braz	Valada	João Braz e Bernarda de Jesus Campina (Falecida)	Solteiro	Soldado n.º 177	Hospital de Medicina, 7.ª Companhia	15 de abril de 1917 25 de Junho de 1919
António Joaquim Alberto	Ereira	Joaquim Alberto e Joana Maria (Falecida)	Solteiro	Soldado n.º 657	Regimento de Infantaria 16, 1.ª Companhia	17 de Novembro de 1917
António Joaquim Ricardo	Lapa	Joaquim Ricardo e Jerónima da Conceição	Solteiro	Soldado Condutor n.º 600	Regimento de Artilharia 1, 1.ª Bateria	4 de Março de 1919 26 de Maio de 1917 21 de Maio de 1918

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Portugueses.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
António Jorge	Cartaxo	Joaquim Jorge e Joaquina da Conceição	Solteiro	Soldado n.º 511	Quartel-General de Base, Depósito de Material de Base, Regimento de Artilharia 1, 5.ª Bateria	26 de Maio de 1917 17 de (ilegível) de 1918
António Jorge Vaqueiro	Pontével	António Jorge Vaqueiro e Maria Casimira	Solteiro	Soldado Condutor n.º 338	Regimento de Artilharia 1, 3.ª Bateria	8 de Agosto de 1917 (Sem informação)
António José Louro	Vale da Pinta	José Louro e Helena de Jesus	Solteiro	Soldado Condutor n.º 518	Quartel General de Base, Depósito de Material de Base, Regimento de Artilharia 1, 1.ª Bateria	26 de Maio de 1917 9 de Junho de 1919
António Manuel Gerardo	Ereira	Manuel Luis Gerardo e Maria Leocádia	Solteiro	Soldado n.º 574	1.º Batalhão de Artilharia de Costa	21 de Agosto de 1917 16 de Fevereiro de 1919
António Marcelino	Casal do Ouro	José Marcelino (Falecido) e Maria Gertrudes Sardinheira	Solteiro	Soldado n.º 755	Regimento de Infantaria 16, 3.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 25 de Junho de 1919
António Marques da Horta	Porto de Muge	José Marques da Horta e Mariana Augusta Ruiva	Solteiro	Soldado n.º 999	Regimento de Cavalaria 4, 1.º Esquadrão n.º 1390	22 de Março de 1917 18 de Abril de 1919
António Monteiro	Pontével	António Maurício e Joaquina Maria	Solteiro	Soldado n.º 716	Regimento de Infantaria 16, 3.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 19 de Abril de 1919
António Pedro Costa	Pontével	Pedro Costa e Luísa Cassaco	Solteiro	Soldado n.º 459	Regimento de Infantaria 16	17 de Novembro de 1917 4 de Fevereiro de 1919
António Pedro Gonçalves	Pontével	Pedro Gonçalves e Ana Maria Seda	Casado com Luciana Maria	Soldado n.º 416	Regimento de Infantaria 16, 1.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 18 de Janeiro de 1919

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Português.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
António Pereira Júnior	Casal do Ouro	Francisco Pereira e Florentina Rosa	Casado com Bernardina da Costa	Soldado Condutor	Companhia de Pontoneiros	21 de Abril de 1917 13 de Setembro de 1918
António Raimundo Júnior	Pontével	António Raimundo e Maria da Costa	Solteiro	Soldado n.º 754	Regimento de Infantaria 16, 1.º Batalhão	26 de Setembro de 1917 5 de Janeiro de 1919
António Raimundo Reis	Pontével	Francisco Raimundo e Palmira da Conceição Bataua	Solteiro	Soldado n.º 836	Regimento de Infantaria 16, 4.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 25 de Junho de 1919
António Ramalho	Casal do Ouro	Mmanuel Ramalho (Falecido) e Gertrudes Felicia (Falecida)	Casado com Belarmina Figueiredo	Soldado n.º 974	Regimento de Infantaria 16, 2.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 15 de Dezembro de 1918
António Rodrigues Maximino	Casal do Ouro	Joaquim Rodrigues Maximino e Maria Carolina	Casado com Ana Sapateira	2.º Cabo n.º 60	Corpo de Artilharia Pesada, 1.º Batalhão, 1.ª Companhia	21 de Agosto de 1917 17 de Agosto de 1918
António Roma	Porto de Muge	António Marques Inês Roma Maria	Casado com Leopoldina Maria	Soldado Condutor n.º 69	Regimento de Artilharia 1, 6.º G. B. M., 4.ª Bateria	8 de Agosto de 1917 4 de Maio de 1919
António Ruivo	Cartaxo	José Ruivo Júnior (Falecido) e Maria Flormida (Falecida)	Solteiro	Soldado n.º 944	Regimento de Infantaria 16, 1.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 15 de Dezembro de 1918
Apolinário Barros Júnior	Pontével	Apolinário Florêncio de Barros e Anastácia Clementina	Solteiro	Soldado n.º 1049	Regimento de Infantaria 16, 1.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 3 de Abril de 1919

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Portugueses.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
Apolinário Calisto	Pontével	Francisco Calisto e Leonor Tomás Calisto	Solteiro	Soldado n.º 899	Regimento de Infantaria 16, 1.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 19 de Maio de 1919
Artur Filipe Artur Honório da Silva	Ereira Cartaxo	Manuel Honório da Silva e Noalina da Silva Lopes	Solteiro	Soldado n.º 658	6.ª Brigada, Regimento de Infantaria 1, 1.º Batalhão, 2.ª Companhia	27 de Maio de 1917 4 de Fevereiro de 1919
Bernardo Bento Rodrigues	Vale da Pinta	Francisco Bento Rodrigues e Virgínia Maria	Solteiro	Soldado n.º 549	Corpo de Artilharia Pesada, 1.º batalhão de Artilharia de Costa	21 de Agosto de 1917 28 de Maio de 1919
Caetano José Ricardo	Ereira-Lapa	José Ricardo e Maria José Damiana	Solteiro	Soldado n.º 456	Regimento de Artilharia 7, 1º Grupo	8 de Agosto de 1917 31 de Março de 1919
Carlos Caria	Cartaxo	Manuel Caria e Maria Horta	Solteiro	Soldado Condutor n.º 448	Regimento de Artilharia 3	21 de Agosto de 1917 17 de Junho de 1919
Carlos da Silva Rochato	Vale da Pinta	João da Silva Rochato e Viência de Jesus	Casado com Guiomar da Costa Maia	Soldado n.º 715 (Promovido a 1.º Cabo)	Regimento de Sapadores Mineiros, 2.ª Companhia	21 de Abril de 1917 4 de Outubro de 1918
Carlos Gomes Cavaleiro	Cartaxo	José Gomes Cavaleiro e Joaquina Rosa	Solteiro	Soldado n.º 317	Regimento de Infantaria 16	26 de Setembro de 1917 15 de Abril de 1919
Carlos Paulo do Nascimento	Cartaxo	António Paulo do Nascimento e Maria Gertrudes Cartaxo	Casado com Carlota Esperança	Soldado n.º 503	Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro	21 de Abril de 1917 11 de Maio de 1919
Carlos Rosa	Cartaxo	José Rosa (Falecido) e Maria de Jesus (Falecida)	Solteiro	Soldado n.º 914	Regimento de Infantaria 16, 1.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 19 de Abril de 1919

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Portugueses.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
Dimas Ribeiro Caneco	Valada	Manuel Ribeiro e Maria Rosa Abade	Solteiro	Soldado n.º 919	Regimento de Infantaria 16, 1.º Depósito de Infantaria	17 de Novembro de 1917
Duarte Camoez	Cartaxo	Francisco Camoez e Maria Feliciano	Casado com Virgínia Angélica	Soldado Servente	2.º Batalhão de Artilharia de Costa	29 de Julho de 1918
Duarte Latola	Cartaxo	Inácio Latola Frazão e Maria Vieira	Solteiro	Soldado Clarim	Regimento de Artilharia 7	10 de Outubro de 1917 23 de Novembro de 1918
Duarte Pereira	Casal do Ouro	Eduardo Pereira e Rita Maria	Solteiro	Soldado n.º 900	Regimento de Infantaria 16, 1.ª Companhia	20 de Agosto de 1917 8 de Julho de 1919
Eduardo da Costa Serrazina	Cartaxo	José da Costa Serrazina e Jesuína Maria Serrazina	Casado com Gertrudes Falua	Soldado condutor n.º 746	Regimento de Artilharia 1	17 de Novembro de 1917 29 de Julho de 1918
Elias Colaço	Vale da Pinta	Francisco Russo e Catarina de Jesus (Falecida)	Solteiro	Soldado Condutor n.º 117	2.ª Divisão, Regimento de Artilharia 1, Grupo de Baterias de Artilharia, 3.ª Bateria	1 de Julho de 1917 11 de Maio de 1919
Filipe Nunes d'Amorim Júnior	Pontével	Filipe Nunes d'Amorim e Caetana Ferreira	Solteiro	Soldado n.º 910	Regimento de Infantaria 16, 2.ª Companhia	8 de Agosto de 1917 4 de Maio de 1919
Felipe Inglês Júnior	Pontével	Filipe Inglês e Maria Felícia	Solteiro	Soldado		17 de Novembro de 1917 3 de Abril de 1919
Flornido Chagas	Pontével			Soldado		
Francisco António Carvalho	Cartaxo	Joaquim António Carvalho e Maria Leocádia de Carvalho	Solteiro	Soldado n.º 26	Depósito de Material, Batalhão de Telegrafistas de Campanha, 2.ª Companhia	14 de Julho de 1917 22 de Dezembro de 1917

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Português.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
Francisco de Almeida Calado	Vale da Pinta	José de Almeida Calado e Leopoldina de Jesus	Solteiro	Soldado n.º 209	Corpo de Artilharia Pesada, 1.º Grupo, 2.ª Companhia Guarnição	27 de Agosto de 1917 9 de Março de 1919
Francisco de Barros	Pontével	Apolinário de Barros e Anastácia Clementina	Casado com Maria Antónia	Soldado Condutor n.º 349	Regimento de Artilharia 1, Coluna de Munições	26 de Setembro de 1917 30 de Abril de 1919
Francisco dos Santos Correia	Foros de Vale da Pedra - Pontével	António dos Santos Correia (Falcido) e Maria da Graça Correia	Solteiro	Soldado n.º 967	Regimento de Infantaria 16, 2.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 18 de Janeiro de 1919
Francisco Florindo Júnior	Cartaxo	Francisco Florindo e Joana Rifana	Casado com Maria Josefa	Soldado n.º 748	Regimento de Artilharia 1	1 de Julho de 1917 5 de Março de 1919
Francisco Gonçalves	Casais de Além - Vale da Pinta	Manuel Gonçalves Matias e Francisca da Conceição	Solteiro	Soldado n.º 790	Regimento de Infantaria 2, 1.º Batalhão, 1.ª Companhia	29 de Maio de 1917 12 de Agosto de 1919
Francisco Leal	Casal do Ouro	António Leal e Gertrudes Patrícia	Casado com Maria Joana	1.º Cabo Condutor	Regimento de Artilharia 1, 4.ª Bateria, 6.º Grupo de Baterias de Artilharia, 1.ª Bateria	8 de Agosto de 1917 25 de Junho de 1919
Francisco Lourenço	Valada	Joaquim Lourenço e Maria Bernarda	Solteiro	Soldado n.º 586	Regimento de Artilharia 1, Depósito de Material de Base, Secção de Artilharia 105, 8.ª Bateria	26 de Maio de 1917 10 de Maio de 1919

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Português.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
Francisco Martins Carrapato	Pontével	António Martins Carrapato e Maria Angélica da Conceição (Falecida)	Casado com Zulmira da Ponte (Falecida)	Soldado n.º 827	Regimento de Infantaria 16	26 de setembro de 1917 13 de Setembro de 1918
Francisco Monteiro Raposo	Casal do Ouro	António Monteiro Raposo e Mariana Ralaço	Solteiro	Soldado n.º 918	Regimento de Infantaria 16, 1.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 17 de Junho de 1919
Francisco Pereira Mendão Júnior	Pontével	Francisco Pereira Mendão e Maria Luísa (Falecida)	Solteiro	Soldado condutor n.º 412	Regimento de Artilharia 1, 3.ª Bateria	8 de Agosto de 1917 1 de Maio de 1919
Francisco Rodrigues Faria	Casal do Ouro	Bernardino Rodrigues Faria e Joaquina Ferreira	Solteiro	Soldado n.º 68	4.ª Bateria de Artilharia a Pé	27 de Agosto de 1917 9 de Março de 1919
Francisco Vicente	Casal do Ouro	José Vicente e Maria Canha	Solteiro	1.º Cabo n.º 76	Corpo de Artilharia Pesada, 1.º Grupo	21 de Agosto de 1917 25 de Agosto de 1918
Francisco Vieira Coelho	Ereira	António Vieira Coelho e Maria Joaquina	Solteiro	Soldado n.º 981	5.ª Brigada, Regimento de Infantaria 16, 3.º Batalhão, 1.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 Faleceu em França a 7 de Novembro de 1918
Henrique Ernesto da Costa	Pontével	João Maria da Costa e Emília da Silva Carvalho	Casado com Ana Costa	2.º Sargento equiparado n.º 19	Arsenal do Exército, Oficina Ligeira	22 de Março de 1917 28 de Setembro de 1917
Hermínio Duarte Quaresma	Valada	José Duarte Quaresma e Maria Pescadora	Solteiro	1.º Cabo n.º 735	Companhia de Serviços Auxiliares n.º 134	8 de Agosto de 1917 25 de Junho de 1919
Horácio Pedreiro	Valada	Manuel Pedreiro e Umbelina Ramos	Solteiro	Soldado Ferrador n.º 419	Regimento de Artilharia 1, Grupo de Baterias de Artilharia, 1.ª Bateria	8 de Agosto de 1917 19 de Maio de 1919

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Portugueses.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
Inácio Mendes	Cartaxo	Ana Mendes	Casado com Carlota Carvalho da Conceição Silva	Soldado n.º 730	1.ª Divisão, Brigada de Infantaria, Regimento de Infantaria 34, 3.º Batalhão	26 de Maio de 1917 14 de Maio 1919
Isaac Pio	Valada	Joaquim Pio e Joaquina Amália Cardigos	Solteiro	Soldado Servente n.º 178	Regimento de Artilharia 1, 7.ª Bateria	26 de Maio de 1917 30 de Dezembro de 1919
Jacinto Caetano	Casal do Ouro	Jacinto Caetano e Ana Nogueira	Solteiro	Soldado n.º 364	Corpo de Artilharia Pesada, 1.º Grupo, Bateria de Artilharia de Guarnição, 2.ª Companhia	27 de Agosto de 1917 16 de Fevereiro de 1919
Jacinto da Silva	Reguengo	[Illegível] da Silva e Henriqueta Maria	Solteiro	Soldado n.º 969	Regimento de Infantaria 16, 1.ª Secção Reforço	17 de Novembro de 1917
Jesuino Clemente	Cartaxo	José Clemente e Rosa Motageirega	Solteiro	Soldado n.º 989	Regimento de Infantaria 16	18 de Janeiro de 1919 17 de Novembro de 1917
João Augusto Ferreira da Costa Junior	Cartaxo	João Augusto Ferreira da Costa e Maria da Conceição Sá da Costa	Casado com Silvina de Macedo Costa	Alfere Miliciano da Administração Militar	Secção de Fardamento da Repartição dos Serviços Administrativos da 1.ª Divisão	19 de Junho de 1919 9 de Julho de 1917 20 de Junho de 1918
João Bernardo da Silva	Vale da Pedra	Maria da Conceição da Fonseca	Solteiro	Soldado Condutor n.º 130	Companhia de Pontoneiros	21 de Abril de 1917 29 de Julho de 1919
João Capanacho	Pontével	José Capanacho e Maria	Solteiro	Soldado n.º 1051	Regimento de Infantaria 16, 1.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 9 de Julho de 1919

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Portugueses.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
João de Oliveira Massuça	Cartaxo	Joaquim de Oliveira Massuça	Solteiro	Soldado n.º 505	Corpo de Artilharia Pesada, Depósito de Artilharia Pesada, 1.º Batalhão de Artilharia de Costa, 3.º Grupo	21 de Agosto de 1917 25 de Agosto de 1918
João Filipe Amorim	Pontével	José Filipe d'Amorim (Falecido) e Francisca Suzana Vieira	Solteiro	Soldado n.º 418	Regimento de Infantaria 16, 1.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 28 de Janeiro de 1919
João José Cartacheira	Ereira	José Pataco e Maximiana Pataco	Solteiro	Soldado n.º 476	Corpo de Artilharia Pesada, 1.º Batalhão de Artilharia de Costa, 7.ª Companhia	21 de Agosto de 1917 10 de Abril de 1918
João Lourenço Coelho	Cartaxo	Joaquim Lourenço Coelho e Maria Joaquina Clemente	Solteiro	Soldado n.º 220	Corpo de Artilharia Pesada, 1.º Batalhão de Artilharia de Companhia, 8.ª Companhia	21 de Agosto 1917 1 de Julho 1918
João Luís	Vale da Pinta	Luís Miguel e Ana Glória	Casado com Ermelinda da Conceição Caria	Soldado n.º 98	Corpo de Artilharia Pesada, 3.º Grupo de Artilharia de Costa, 2.º Batalhão	10 de Outubro de 1917 (llegível)
João Nunes Loureiro	Cartaxo	Joaquim Lagarto Nunes Loureiro e Silvina Mendes Valada	Casado com Júlia da Conceição Soares	Soldado n.º 882	Regimento de Infantaria 16, 3.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 8 de Julho de 1919
João Tomás	Cartaxo	Manuel Tomás e Ana Esperança	Solteiro	Soldado Condutor n.º 253	Regimento de Artilharia 3, 2.º Grupo, 3.ª Bateria	21 de Agosto de 1917 9 de Abril de 1919
João Vieira Míla	Pontével	José Vieira Míla e Maria Balbina	Solteiro	Soldado	Regimento de Sapadores Mineiros, 2.ª Companhia	21 de Abril de 1917 17 de Junho de 1919

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Portugueses.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
Joaquim Acúrsio dos Santos	Ereira	Acúrsio dos Santos e Maria Gertrudes Calixto	Solteiro	Soldado n.º 444	1.º Batalhão de Artilharia de Costa, 4.ª Companhia	21 de Agosto 1917 10 de Abril de 1918
Joaquim Alves Salgado	Vale da Pinta	Caetana Rosa	Casado com Emília Alves Salgado	1.º Cabo n.º 15	Regimento de Sapadores Mineiros, 2.ª Companhia	21 de Abril de 1917 10 de Abril de 1918
Joaquim António Coito	Ereira	António Coito e Sofia Lopes	Solteiro	Soldado n.º 405	Corpo de Artilharia Pesada, 2.º Grupo, 2.ª Bateria, 1.º Batalhão de Artilharia de Costa, 5.ª Companhia	27 de Agosto de 1917 20 de Março de 1919
Joaquim Augusto Quaresma	Pontével	Maria Joana	Solteiro	2.º Sargento n.º 848	Regimento de Infantaria 22, 1.º Batalhão	20 Janeiro de 1917 9 de Março de (ilegível)
Joaquim Bento Gonçalves	Lapa	João Bento Gonçalves e Georgina Rosa do Coto	Solteiro	Soldado Servente n.º 264	Grupo de Metralhadoras	21 de Março de 1917 20 de Março de 1919
Joaquim Bernardes Gomes	Cartaxo	António Bernardes e Delfina da Conceição	Solteiro	Soldado n.º 203	Corpo de Artilharia Pesada, 3.º Grupo, 7.ª Bateria, 2.º Batalhão de Artilharia de Costa, 7.ª Companhia	10 de Outubro de 1917 14 de Maio de 1919
Joaquim Bernardo	Cartaxo	Joaquim Bernardo e Rosa de Jesus Roberto	Solteiro	Soldado Ferrador n.º 586	Escola de Equitação, Depósito de Remonta, 1.º Esquadrão	2 de Julho de 1917 9 de Junho de 1919
Joaquim Caria	Cartaxo	António Caria e Rosa Narcisa	Solteiro	Soldado n.º 449	2.ª Secção de Telegrafia Sem Fios, 1.ª Companhia	22 de Março de 1917 7 de Abril de 1919
Joaquim Carlos Xavier	Cartaxo	João Carlos Xavier e Justina de Jesus	Casado com Gertrudes da Conceição Nogueira	Soldado n.º 545	Regimento de Sapadores Mineiros, Batalhão de Mineiros	8 de Agosto de 1917 25 de Agosto de 1918

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Português.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
Joaquim Carvalho	Cartaxo	Joaquim Carvalho e Ana da Conceição	Solteiro	Soldado n.º 933	Companhia de Serviços Auxiliares n.º 208	8 de Agosto de 1917 19 de Março de 1919
Joaquim Casqueiro Júnior	Cartaxo	Joaquim Casqueiro e Rosa de Jesus	Solteiro	Soldado n.º 435	1.ª Brigada de Infantaria, Regimento de Infantaria 34, 3.º Batalhão	19 de Janeiro de 1917 5 de Março de 1919
Joaquim Coito Júnior	Ereira	Joaquim Coito (Falecido) e Joaquina Maria Carapinha	Solteiro	Soldado Servente n.º 146	Regimento de Artilharia 1, Coluna de Munições, Sub-parque de Munições	26 de Setembro de 1917 Faleceu na Bélgica a 13 Novembro de 1918
Joaquim da Costa	Casal do Ouro	José da Costa e Margarida Coelho	Casado com Ana Claudina Tanoeira	Soldado n.º 801	Regimento de Infantaria 16, 2.ª Companhia	17 de Novembro de 1917
Joaquim da Costa Barradas	Cartaxo	Manuel da Costa Barradas (Falecido) e Maria Teresa	Solteiro	Soldado n.º 132	Corpo de Artilharia Pesada, 3.ª Bateria, 8.ª Companhia	28 de Outubro de 1918 21 de Agosto de 1917 19 de Maio de 1919
Joaquim de Nazaré Barbosa	Coimbra (posteriormente sediado no Cartaxo)	Augusto Carlos de Nazaré Barbosa e Isménia Adelaide Ferreira Rocha	Solteiro	Alfres Veterinário Miliciano	1.ª Divisão, 3.º Brigada de Infantaria, Regimento de Infantaria 14	14 de Abril de 1917 3 de Fevereiro de 1918
Joaquim d'Évora	Cartaxo	António d'Évora e Maria Rosa	Casado com Maria Seródia	Soldado Condutor n.º 97	Regimento de Artilharia 1, 2.ª Bateria	8 de Agosto de 1917 4 de Maio de 1919
Joaquim Duarte Severino	Pontével	José Duarte Severino e Gertrudes Inês	Solteiro	Soldado n.º 56	Corpo de Artilharia Pesada, 2.º Grupo, 2.ª Bateria	21 de Agosto de 1917 20 de Março de 1919
Joaquim Emídio Rosa	Cartaxo	João Emídio Rosa e Maria Rosa	Solteiro	Soldado n.º 595	Regimento de Infantaria 16, Batalhão de Mineiros, 1.ª Companhia	8 de Agosto de 1917 19 de Maio de 1919

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Portugueses.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
Joaquim Garé	Cartaxo	José Eusebio Garé e Bernardina Esperança	Solteiro	Soldado Servente n.º 487	Corpo de Artilharia Pesada, 1.º Grupo, 5.ª Bateria	27 de Agosto de 1917 25 de Agosto de 1918
Joaquim Manuel Peres	Ereira	Manuel Francisco Peres (Falecido) e Joaquina Peres	Casado com Maria Rosa Gregório	Soldado Condutor n.º 687	2.ª Divisão, Regimento de Artilharia 1, 6.º Grupo de Bateria M., 3.ª Bateria	8 de Agosto de 1917 4 de Maio de 1919
Joaquim Marques	Casal do Ouro	Manuel Marques e Ana Jacinta	Solteiro	Soldado Maqueiro n.º 17	1.º Grupo de Companhias de Saude, 7.ª Companhia, Coluna de Transporte de Feridos 2	15 de Abril de 1917 16 de Junho de 1918
Joaquim Marques Anacleto Júnior	Cartaxo	Joaquim Marques Anacleto e Rosa Luísa	Solteiro	Soldado Condutor n.º 491	Regimento de Artilharia 1, Depósito de Material de Base, 7.ª Bateria	26 de Maio de 1917 17 de Junho de 1919
Joaquim Mendes Barroca	Cartaxo	Manuel Mendes Barroca e Maria Delfina	Solteiro	Soldado n.º 838	Regimento de Infantaria 16, Depósito de Infantaria – Reforço, 4.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 19 de Abril de 1919
Joaquim Paulo Lopes	Casais de Pontével	Luís Francisco Paulo e Maria da Conceição Mota	Solteiro	Soldado n.º 804	Regimento de Infantaria 16, 4.ª Companhia	17 de Novembro 1917 17 de Junho de (ilegível)
Joaquim Pedro Lucas	Cartaxo	Joaquim Pedro Lucas e Ana Ferreira	Solteiro	Soldado Servente n.º 242	Corpo de Artilharia Pesada, 1.º Grupo, 4.ª Bateria, Batalhão de Artilharia de Guarnição, 2.ª Companhia	27 de Agosto de 1917 9 de Março de 1919
Joaquim Pereira Atalaia	Cartaxo	Manuel Pereira Atalaia e Rita de Jesus	Casado com Maria Rosa Norberta	Soldado n.º 937	Regimento de Infantaria 16, Depósito de Infantaria – Reforço, 1.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 25 de Agosto de 1918

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Português.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
José Augusto Sá da Costa	Cartaxo	João Augusto Ferreira da Costa e Maria da Conceição Sá da Costa	Casado com Odília da Silva Rocha Sá da Costa	Capitão da Administração Militar	Reparação dos Serviços Administrativos da 1.ª Divisão	26 de Abril de 1917 (desconhecida)
José Augusto Tacão	Almeirim (Posteriormente sediado em Pontével)	Francisco Tacão (Falecido) e Gertrudes Bento	Solteiro	Soldado n.º 289	Regimento de Infantaria 2, 1.º Batalhão, 4.ª Companhia	27 de Maio de 1917 18 de Janeiro de 1919
José Bicho	Cartaxo	Manuel Bicho e Gertrudes Maria	Casado com Rosa Ferreira Rio Maior	Soldado Servente n.º 607	Regimento de Artilharia 1, 5.º G.B.M., 7.ª Bateria, 2.ª Bateria	26 de Maio de 1917 3 de Janeiro de 1919
José Caria	Vale da Pinta	Joaquim Caria e Gertrudes Libânia	Solteiro	Soldado n.º 114	Corpo de Artilharia Pesada, 2.º Grupo, 2.ª Bateria	31 de Agosto de 1917 20 de Março de 1919
José Carvalho	Casal do Ouro	João Carvalho e Bernardina Rosa	Solteiro	Soldado Ajudante de Conductor n.º 1315	Regimento de Cavalaria 4, 2.º Esquadrão, Ambulância n.º 4	23 de Março de 1917 8 de Julho de 1919
José Cesteiro Júnior	Pontével	José Cesteiro e Joana Seródio	Solteiro	Soldado n.º 1050	Regimento de Infantaria 16, 1.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 9 de Junho de 1919
José da Costa Espalha	Pontével	António da Costa Espalha e Gertrudes Meura	Solteiro	Soldado n.º 1061	Regimento de Infantaria 16, 1.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 3 de Abril de 1919
José da Silva Flor	Cartaxo	António da Silva Flor e Joaquina Rosa	Solteiro	Soldado Maqueiro n.º 300	Coluna Automóvel para Transporte de Feridos, 3.º Grupo de Companhias de Saúde, 8.ª Companhia	23 de Março de 1917 19 de Maio de 1919

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Portugueses.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
José das Almas José Estevão de Melo e Silva	Casal do Ouro Pontével	António Estevão Ferreira da Silva e Anunciação Cândida Melo e Silva	Solteiro	1.º Cabo n.º 887	Regimento de Infantaria 16, Batalhão Mineiro, 2.ª Companhia	26 de Setembro de 1917 25 de Janeiro de 1919
José Ferreira Talha	Cartaxo	João Ferreira Talha e Maria Galinha	Solteiro	Soldado n.º 496	Corpo de Artilharia Pesada, 1.º Grupo	21 de Agosto de 1917 28 de Outubro de 1918
José Ferreira Estafermo	Casal do Ouro	António Ferreira Estafermo e Claudina	Solteiro	Soldado Condutor n.º 354	2.ª Divisão, Regimento de Artilharia 1, 3.ª Bateria	8 de Agosto de 1917 4 de Maio de 1919
José Fragoso	Casal do Ouro	Manuel Fragoso e Genoveva Luísa	Solteiro	Soldado n.º 21	Regimento de Infantaria 16, Depósito de Pessoal de Morteiros	8 de Agosto de 1917 3 de Fevereiro de 1919
José Francisco Joânico	Pontével	António Francisco Joânico e Amélia Maria	Casado com Adelina Helena	Soldado Condutor n.º 407	Regimento de Artilharia 1, 6.º Grupo de Baterias, 2.ª Bateria	8 de Agosto de 1917 4 de Maio de 1919
José Gregório Júnior	Valada	José Gregório e Josefa Maria	Casado com Rosa Guilhermina	Soldado n.º 977	Regimento de Infantaria 16, 2.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 18 de Janeiro de 1919
José Machado	Cartaxo	Antónia Maria	Casado com Caetana Horta	Soldado Condutor n.º 576	Regimento de Artilharia 1, 7.ª Bateria, 5.º G.B.M., 2.ª Bateria	26 de Maio de 1917 19 de Maio de 1919
José Maria	Cartaxo	Joaquim Maria Joaquina Vicência	Solteiro	Soldado Condutor (Chaufeur) n.º 335	Regimento de Sapadores Mineiros, 1.ª Companhia, Ambulância n.º 5	22 de Abril de 1917 18 de Outubro de 1919
José Maria Marques	Cartaxo	Joaquim Maria Marques e Ana Inocência	Solteiro	Soldado n.º 1057	Regimento de Infantaria 16, 2.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 18 de Janeiro de 1919

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Portugueses.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
José Marques	Casal do Ouro	Francisco Marques e Maria Teresa	Casado com Merciana Jacinta	Soldado Miqueiro n.º 207	1.º Grupo de Companhias de Saúde, 7.ª Companhia, Coluna de Transporte de Feridos	15 de Abril de 1917 23 de Julho de 1918
José Martins Sardinha	Pontével	Francisco Martins Sardinha e Adelaide de Jesus	Solteiro	Soldado n.º 945	Regimento de Infantaria 16, 1.ª Companhia	17 de Novembro de 1917
José Monteiro Raposo	Cartaxo	António Monteiro Raposo e Mariana Rolaça	Solteiro	Soldado n.º 1047	Regimento de Infantaria 16, 1.ª Companhia	26 de Setembro de 1918 17 de Novembro de 1917
José Neves	Vale da Pinta	[Illegível] Neves e [illegível] da Conceição	Solteiro	Soldado n.º 596	Regimento de Infantaria 16, Batalhão de Mineiros, 1.ª Companhia	9 de Abril de 1918
José Pedro da Silva Ouro	Cartaxo	José Pedro da Silva e Aniceta de Jesus Ouro	Solteiro	1.º Cabo n.º 1034	Regimento de Infantaria 16, Depósito de Infantaria, 2.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 Faleceu em França a 4 de Janeiro de 1918
José Pita	Pontével	José Maria da Catarina e Carolina da Costa	Casado com Maria Correia	Soldado n.º 882	Regimento de Infantaria 16, 1.ª Companhia	17 de Novembro de 1917
José Ribeiro	Valada	Jesuína Ribeiro	Solteiro	Clarim n.º 301	2.º Batalhão de Artilharia de Costa, 7.ª Companhia	4 de Outubro de 1918 10 de Outubro de 1917 14 de Maio de 1919
José Ribeiro	Valada	Manuel Pequeno e Maria Vitória	Solteiro	Soldado n.º 797	Regimento de Infantaria 16, 2.ª Companhia	20 de Setembro 1917 19 de Maio de 1919
José Ribeiro Caneco	Valada	Manuel Ribeiro Caneco e Maria Rosa Caneco	Solteiro	Soldado n.º 145	Regimento de Infantaria 16, Batalhão de Mineiros, 2.ª Companhia	26 de Setembro de 1917 19 de Março de 1919

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Português.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
José Rodrigo da Silva Júnior	Pontével	José Rodrigo da Silva e Maria José	Casado com Adelaide Patrício Vieira	Soldado Condutor n.º 81 (Promovido a 1.º Cabo a 1 de Outubro de 1917)	Regimento de Artilharia 1, 5.º Grupo de Baterias de Artilharia, 1.ª Bateria	26 de Maio de 1917 25 de Julho de 1918
José Rodrigues Januário	Casal do Ouro	João Rodrigues Januário e Maria Bernardina	Solteiro	Soldado n.º 913	Regimento de Infantaria 16, 1.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 5 de Fevereiro de 1919
José Silvério Júnior	Foros de Vale da Pedra	José Silvério e Rosa Maria	Casado com Luciana Simãozinha	Soldado Condutor n.º 229	Regimento de Artilharia 1, Coluna de Munições n.º 1	26 de Setembro de 1917 28 de Outubro de 1918
José Simão [Simas]	Cartaxo	José Simão [Simas] Júnior e Maria Eulália	Solteiro	Soldado n.º 576	Corpo de Artilharia Pesada, 1.º Grupo, 1.º Batalhão de Artilharia de Costa	27 de Agosto de 1917 25 de Junho de 1919
José Venerando dos Santos	Ereira	Venerando dos Santos e Amélia de Jesus	Solteiro	Soldado n.º 299	2.º Batalhão de Artilharia de Costa, 7.ª Companhia	10 de Outubro de 1917 14 de Maio de 1919
José Vieira	Cartaxo	António Vieira (Falecido) e Gertrudes Horta	Solteiro	Soldado n.º 742	Regimento de Infantaria 16, Depósito de Infantaria, 3.ª Companhia	14 de Fevereiro de 1917 12 de Agosto de 1919
José Duarte Ruiivo	Casal do Ouro	Manuel Duarte Ruiivo e Joaquina Margarida	Solteiro	Soldado Condutor n.º 147	Batalhão de Sapadores dos Caminhos de Ferro, 4.ª Companhia	22 de Julho de 1917 20 de Março de 1919
Júlio Caetano	Cartaxo	Joaquim Caetano e Maria Rosa	Solteiro	Soldado n.º 743	Regimento de Infantaria 16, Depósito de Infantaria, 3.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 Faleceu em França a 5 de Fevereiro de 1918
Júlio Calixto	Pontével	Pedro Calixto e Ana Maria Bárbara	Solteiro	Soldado 3.ª / 577	Corpo de Artilharia Pesada	21 de Agosto de 1917 25 de Agosto de 1919

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Portugueses.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
Júlio Ferreira	Cartaxo	Júlio Ferreira e Maria José Abreu Salgado	Solteiro	1.º Cabo Condutor (Chauffeur) n.º 985	Comboio Automóvel, 3.ª Secção	21 de Maio de 1917 17 de Junho de 1919
Júlio Louro	Vale da Pinta	José Louro e Helena da Conceição	Casado com Maria da Conceição	Soldado n.º 201	Corpo de Artilharia Pesada, 2.º Grupo, 3.ª Bateria, 1.º Batalhão de Artilharia de Costa, 5.ª Companhia	21 de Agosto de 1917 9 de Abril de 1919
Júlio Severino Duarte	Casais Lagartos	António Severino Duarte e Margarida de Jesus	Solteiro	Soldado n.º 968	Regimento de Infantaria 16, Depósito de Infantaria - Reforço, 2.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 18 de Janeiro de 1919
Justiniano Pereira	Valada	Manuel Pereira e Gertrudes Maria	Solteiro	Soldado n.º 228	Corpo de Artilharia Pesada, 2.º Batalhão de Artilharia de Costa, 7.ª Companhia	10 de Outubro de 1917 14 de Maio de 1919
Lucindo Pereira	Casal do Ouro	Joaquim Pereira Júnior e Gertrudes Margarida	Solteiro	Soldado n.º 126	Corpo de Artilharia Pesada, 2.º Grupo, 3.ª Bateria, 8.ª Companhia	21 de Agosto de 1917 28 de Fevereiro de 1919
Luis Inácio Tagarro	Cartaxo	Manuel Inácio Tagarro e Gertrudes Rosa	Casado com Mariana de Jesus	Soldado Condutor n.º 747	Regimento de Artilharia 1, 5.º Grupo de Baterias M., 3.ª Bateria	1 de Julho de 1917 4 de Fevereiro de 1919
Luis Manuel Gerardo	Lapa	Manuel Luís Gerardo e Maria Leocádia	Solteiro	Soldado n.º 825	Regimento de Infantaria 16, 3.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 3 de Janeiro de 1919
Luis Nogueira	Valada	Eduardo Nogueira e Delfina Rosa	Solteiro	Soldado n.º 593	Batalhão de Sapadores Mineiros, 1.ª Companhia	22 de Março de 1917 5 de Fevereiro de 1919
Manuel Carria	Vale da Pinta	Francisco Carria e Maria Caetana	Casado com Ana Vieira Xavier	1.º Cabo Condutor n.º 2	Regimento de Artilharia 1, 6.º GBM, 6.ª Bateria	28 de Agosto de 1917 28 de Outubro de 1918
Manuel Carlos Alberto Silva	Cartaxo	Carlos Alberto da Silva e Emilia de Jesus Silva	Casado com Carolina da Conceição Silva	1.º Cabo n.º 398	1.ª Divisão, Regimento de Infantaria 16, 1.º Batalhão, 4.ª Companhia	25 de Setembro de 1917 4 de Outubro de 1918

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Portugueses.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
Manuel Carvalho Júnior	Casal do Ouro	Manuel Carvalho e Gertrudes Claudina	Casado com Teodora Marques	Soldado Condutor n.º 658	Regimento de Artilharia 1, 2.ª Bateria	21 de Agosto de 1917 28 de Outubro de 1918
Manuel da Costa Bernardes	Cartaxo	José da Costa Bernardes (Falecido) e Maria Brites	Solteiro	Soldado n.º 316	1.ª Divisão, Regimento de Infantaria 16, 1.º Batalhão, 4.ª Companhia	21 de Setembro de 1917 18 de Janeiro de 1919
Manuel da Costa Veríssimo	Casal do Ouro	António da Costa Veríssimo e Maria Esperança	Solteiro	Soldado n.º 971	Regimento de Infantaria 16, Depósito de Infantaria - Reforço, 2.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 (Ilegível)
Manuel da Silva	Cartaxo	Joaquim da Silva Pé do Pombo (Falecido) e Gertrudes Carvalho	Solteiro	Soldado n.º 1127	Regimento de Cavalaria 4, 2.º Esquadrão, Comboio Automóvel	26 de Maio de 1917 19 de Março de 1919
Manuel Eusebio Nico	Pontével	Joaquim Eusebio Nico e Quitéria Inácia	Solteiro	Soldado n.º 1044	Regimento de Infantaria 16, 1.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 19 de Maio de 1919
Manuel Évora da Costa	Cartaxo	João d'Évora da Costa e Joaquina Camoêza	Solteiro	Soldado Condutor n.º 194	Regimento de Artilharia 1, Coluna de Munições n.º 1, 1.ª S. L. M. A.	26 de Setembro de 1917 4 de Maio de 1919
Manuel Fialho	Casal do Ouro	Manuel Fialho e Rosa Joana	Solteiro	Soldado Condutor n.º 660	Quartel-General, 1.º Grupo Automóvel Militar, 1.ª Companhia	14 de Março de 1917 14 de Junho de 1919
Manuel Jorge	Cartaxo	Fernando Jorge (Falecido) e Conceição Jesus	Casado com Virgínia da Conceição	Soldado n.º 1048	Regimento de Infantaria 16, Depósito de Infantaria - Reforço, 1.ª Companhia.	17 de Novembro de 1917 9 de Junho de 1919

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Portugueses.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
Manuel José Esteves de Miranda Júnior	Valada	Manuel José Esteves de Miranda e Cristina Maria	Solteiro	1.º Cabo Servente n.º 50	Regimento de Artilharia 1, 6.º Grupo de Baterias M., 2.ª Bateria	8 de Agosto de 1917 4 de Maio de 1919
Manuel Lúcio Pita	Cartaxo	João Lúcio Pita e Maria da Conceição Arruda	Solteiro	Soldado n.º 671	Regimento de Infantaria 16, Depósito de Infantaria, 1.ª Companhia	17 de Outubro de 1917 Faleceu em França a 19 de Outubro de 1918
Manuel Marques Barbosa	Porto de Muge	José Maria Barbosa e Mariana de Jesus Lino	Solteiro	Soldado n.º 203	Quartel-General, Guarda Fiscal, 1.ª Companhia, Escolta	23 de Fevereiro de 1917 7 de Julho de 1919
Manuel Nunes	Valada	José Nunes e Rosa Matilde	Solteiro	Soldado n.º 1052	Regimento de Infantaria 16, 2.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 28 de Maio de 1919
Manuel Rodrigues Cação	Porto de Muge	António Rodrigues Cação e Emília Barbosa	Casado com Aurora Antunes	Soldado n.º 309	Companhia de Pontoneiros	21 de Abril de 1917 28 de Julho de 1919
Manuel Rosa Ganão	Pontével	Francisco Rosa Ganão e Maria Emília Teodora	Solteiro	Soldado n.º 835	Regimento de Infantaria 16, 4.ª Companhia	17 de Novembro de 1917 17 de Junho de 1919
Manuel Rosário da Costa	Cartaxo	José Rosário da Costa e Josefina Madeira	Solteiro	Soldado n.º 100	Regimento de Infantaria 16	13 de Setembro de 1917 19 de Maio de 1919
Manuel Susano	Ereira-Lapa	António Susano (Falecido) e Gertrudes Cartaxeira	Solteiro	Soldado n.º 509	Regimento de Infantaria 16, 3.º Batalhão	21 de Abril de 1917 16 de Maio de 1919

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Portugueses.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
Martiano Pereira Mendão	Pontével	Francisco Pereira Mendão e Maria Luísa da Conceição	Casado com Elisa da Costa Duarte	Soldado n.º 75	Corpo de Artilharia Pesada, 2.º Batalhão de Artilharia de Costa	10 de Janeiro de 1918 19 de Maio de 1919
Miguel Rodrigues Centeno Júnior	Setúbal (posteriormente sediado em Pontével)	Miguel Rodrigues Centeno e Ana Rita Hamburguês Centeno	Solteiro	Alfêres Miliciano da Administração Militar	Regimento de Infantaria 31, 1.º Grupo de Companhias de Administração Militar	10 de Novembro de 1917 8 de Julho de 1918
Pedro Caria	Vale da Pinta	Manuel Caria e Ana Eugénia Caria	Solteiro	1.º Cabo Apontador n.º 372	Corpo de Artilharia Pesada, 1.º Grupo, 3.ª Bateria, 2.º Batalhão de Artilharia de Costa, 1.ª Companhia	10 de Outubro de 1917 19 de Maio de 1919
Pedro Nogueira	Reguengo	Ernesto Soares Nogueira (Falecido) e Jesuína Martins	Solteiro	Soldado n.º 133	Corpo de Artilharia Pesada, 2.º Grupo, 3.ª Bateria, 1.º Batalhão de Artilharia de Costa, 8.ª Companhia	21 de Agosto de 1917 10 de Abril de 1918
Porfírio Martins	Pontével	Joaquim Carrapato Martins e Gertrudes Cortadora	Solteiro	Soldado n.º 843	1.º Grupo da Companhia de Administração Militar, 1.ª Companhia de Equipagem, Ambulância n.º 6	26 de Outubro de 1917 9 de Março de 1919
Rafael Honório	Valada	Manuel Honório e Estefânia Maria (Falecida)	Solteiro	Soldado n.º 134	Corpo de Artilharia Pesada, 2.º Grupo, 3.ª Bateria, 1.º Batalhão de Artilharia de Costa, 8.ª Companhia	21 de Agosto de 1917 19 de Maio de 1919
Raul Caria	Valada	José Caria e Maria José Máxima	Solteiro	Soldado n.º 597	Regimento de Infantaria 16, Batalhão de Mineiros, 1.ª Companhia	8 de Agosto de 1917 19 de Maio de 1919

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Portugueses.

Combatentes do Concelho do Cartaxo no Corpo Expedicionários Portugueses Quadro Síntese

Nome	Naturalidade	Filiação	Estado civil	Patente militar	Unidade militar de origem ¹⁵⁷	Datas de embarque e desembarque em Lisboa
Sabino Luis da Silva	Valada	Joaquim Luis da Silva e Luísa Maria	Solteiro	Soldado n.º 227	Corpo de Artilharia Pesada, 3.º Grupo, 7.ª Bateria, 2.º Batalhão de Artilharia de Costa, 7.ª Companhia	10 de Outubro de 1917 14 Maio de 1919
Ventura Neves	Cartaxo	João Neves e Emília Bernardes	Solteiro	Soldado n.º 348	Regimento Infanteria 34, 1.ª Divisão, 1.ª Brigada de Infanteria, 5.º Batalhão, 1.ª Companhia	19 de Janeiro 1917 18 de Julho de 1918
Virgílio Gabirro	Pontével	José António Gabirro e Joaquina Rosa Vieira	Solteiro	Soldado n.º 67	Corpo de Artilharia Pesada, 2.º Grupo, 2.ª Bateria	21 de Agosto 1917 20 Março de 1919
Virgílio Rosa Ganão	Pontével	Francisco Rosa Ganão e Maria Emília	Solteiro	Soldado Maqueiro n.º 933	Hospital de Cirurgia, 1.º Grupo, Companhias de Saúde, 1.ª Companhia	26 de Setembro de 1917 17 de Junho 1919
Vítor José Serrão	Ereira-Lapa	Alexandrina Augusta C. Serrão	Solteiro	Soldado n.º 267	2.º Grupo de Metralhadoras, 1.ª Bateria	21 de Março de 1917 17 de Maio de 1919

¹⁵⁷ Foram mantidos os dados que constam nos Boletins Individuais do Corpo Expedicionário Portugueses.

ICONOGRAFIA

1. Caderneta Militar de Duarte Pereira

CADERNETA MILITAR

De *Duarte Pereira*

Ultimo domicilio *Casal do Ouro*

Concelho de *Castanheira*

Distrito de *Santarém*

Ocupação *Trabalhador*

Nasceu a *5* de *Agosto* de *1896*; filho de *Estevão Pereira*

de *Beira Alta*

Residentes em *Casal do Ouro*

Concelho de *Cristão*

Distrito de *Santarém*

Estado *solteiro*

Casou com _____

em _____ de _____ de 19____

Jon. g. n. a. 27-5-925

2. Caderneta Militar de António Rodrigues Maximino

*Foi adicionado nesta caderneta a folha 12-A.
foi continuada de casa família com o
nome e sobrenome.*

CADERNETA MILITAR (Selo em branco)

De *António Rodrigues elbarrimino*

Ultimo domicilio *basal do Ouro*

Concelho de *Cartaxo*

Distrito de *Santarém*

ocupação *trabalhador*

Nasceu a *2* de *outubro* de *1894*; filho

de *Joaquim Rodrigues Maximino*

e de *Elvira barbosa*

Residentes em *basal do Ouro*

Concelho de *Cartaxo*

Distrito de *Santarém*

Estado *Sollusio*

Casou com

Em _____ de _____ de 19____

Filhos	Varões	
	Fêmeas	

António Rodrigues Maximino
18-10-94



3. Atribuição da Cruz de Guerra a António Rodrigues Maximino



Na frente portuguesa: O chefe general de Gomes da Costa condecorando
oficiais com a cruz de guerra.
(Clique na secção fotográfica do C. E. P.)

II SERIE - N.º 648

ASSINATURAS - Portugal, Coimbra por-
tuguesa e do exterior: Trimestre, 1800 oit.
Semestre, 3600 oit. - Ano, 7200 oit.

Numero avulso, 15 centavos

Ilustração Portuguesa

Edição semanal do jornal

O SECULO

Lisboa, 22 de Julho de 1918

Director - J. J. de Sousa Gordo
Proprietario da J. J. de Sousa Gordo, Ltd.
Editor - José José de Sousa
Redacção, administração e officinas: Rua
do Saeiro, 43 - LISBOA.

Aos leitores: Depois de lida a "Ilustração Portuguesa", envie-a à Junta Paroquial da Nossa (Praça de Castello - Port) para esta e fazer chegar aos nossos soldados da "frente".

4. Condecorações atribuídas a António Rodrigues Maximino



Cruz de Guerra de 2.ª Classe



Military Medal



Medalha Comemorativa da Expedição a França



Medalha Militar. Comportamento exemplar

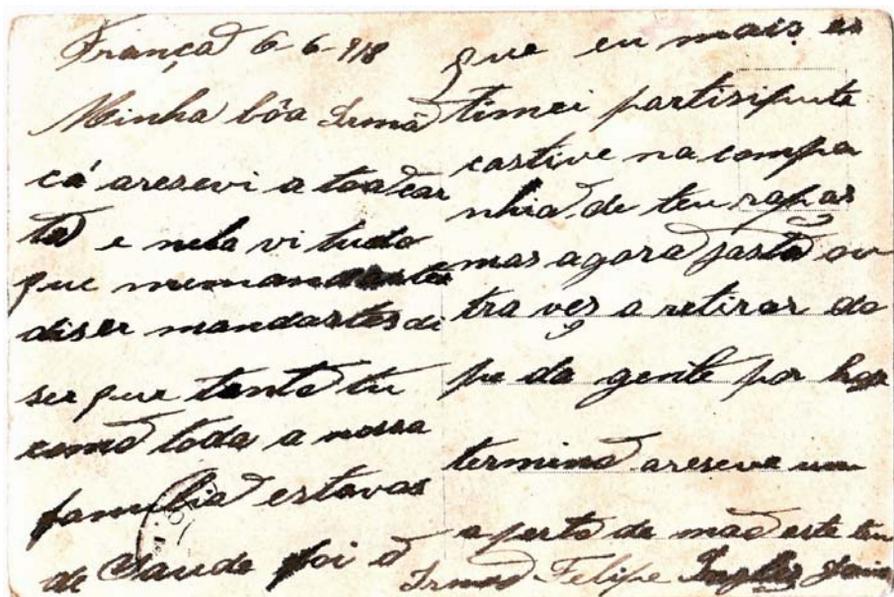


Medalha da Vitória

5. Chapa de identificação de António Carvalho Marques, atribuída pela Cruzada das Mulheres Portuguesas aos Afilhados de Guerra.



6. Postais enviados por Filipe Inglês Júnior às suas irmãs



França 6-6-918 que eu mais
Minha bôa Irmã estimei participute
cá aresevi a toa carta e nela vi tudo que memandastes diser mandastes diser
que tanto tu como toda a nossa familia estavas de saude foi o que eu mais
estimei participute castive na companhia de teu rapas* mas agora jasta outra
vez a retirar do pe da gente por hoje termino areseve um aperto de mão este teu
Irmão Felipe Inglês Junior

Transcrição

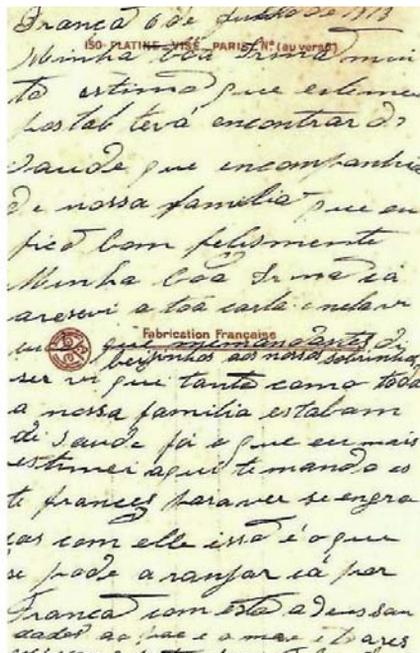
França 6-6-918

Minha bôa Irmã

Cá aresevi a toa carta e nela vi tudo que memandastes diser mandastes diser que tanto tu como toda a nossa familia estavas de saude foi o que eu mais estimei participute castive na companhia de teu rapas* mas agora jasta outra vez a retirar do pe da gente por hoje termino areseve um aperto de mão este teu Irmão Felipe Inglês Junior

*Francisco Pereira Mendão

6. Postais enviados por Filipe Inglês Júnior às suas irmãs



Transcrição

França 6 de Julho de 1918

Minha bôa Irmã muito estimo que este meu postal tevá encontrar de saude que emcompanhia de nossa familia que eu fico bom felizmente

Minha bôa Irmã cá aresevi toa carta e nela vi tudo que memandastes diser [Entrelinhas] beijinhos aos nossos sobrinhos

Vi que tanto como toda a nossa familia estabam de saude foi o que eu mais estimei aqui te mando este francez para ver se engraças com elle isso é o que se pode a ranjar cá por França com esta adeus saudades ao pae e a mae e tu areseve um a pertado abraço Felipe Ingles

7. Bilhete Postal do Corpo Expedicionário Português. Oferta da ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MILITAR (verso)



CORPO EXPEDICIONARIO PORTUGUÊS

BILHETE POSTAL.

REMETE:

Nome

Posto

Reg. to

Companhia, esca-
drão ou bateria

Oferta da ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MILITAR.

7. Bilhete Postal do Corpo Expedicionário Português. Oferta da ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MILITAR (verso)

Escrever UNICAMENTE datas e assinatura.
Riscar as frases inúteis.

Não se cumprindo estas indicações o postal não seguirá ao seu destino.

Estou bom.

Estou no hospital { *doente.*
ferido.

Estou melhor.

Espero sair breve.

Recebi { *a sua carta de/.....º/91.....*
o seu telegrama de/.....º/91.....
o seu postal de/.....º/91.....
a sua encomenda de/.....º/91.....

Não tenho recebido notícias.

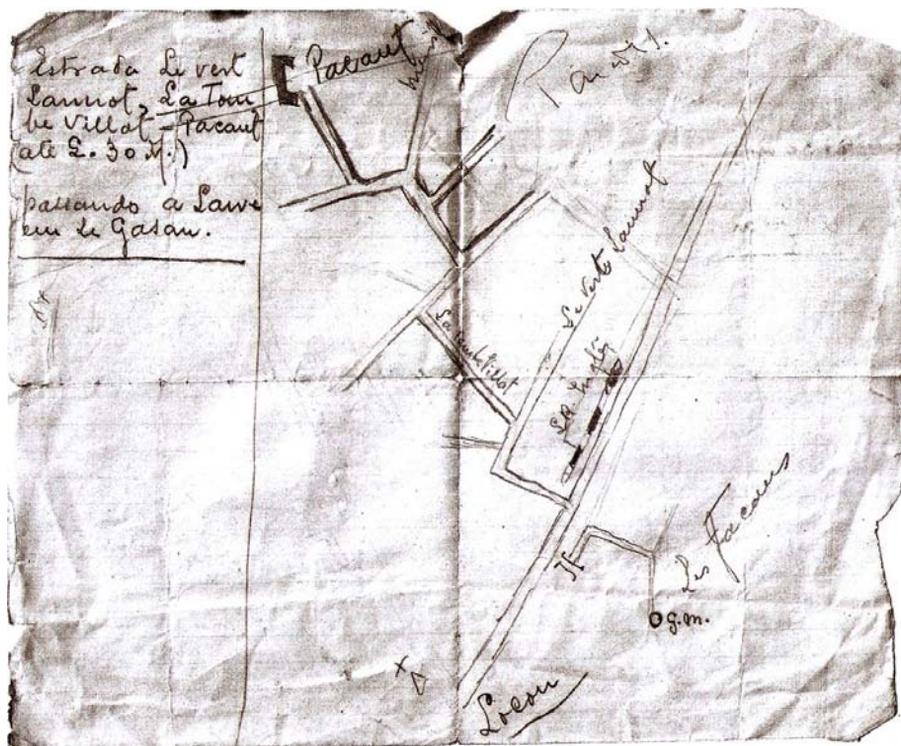
Peço para me darem notícias.

Data/.....º/91.....

Assinatura

TIP. PALHARES - LISBOA

8. Esquema feito pelo Alferes Miguel Rodrigues Centeno na Flandres.



FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivos

Arquivo da Câmara Municipal do Cartaxo

Dossier de Ofícios 1927-1937

Registo dos ofícios dirigidos ao Governo Civil do Distrito de Santarem com princípio em 9 de Dezembro de 1911

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Actos de espionagem. Mortos, prisioneiros e feridos. Bens e interesses portugueses na posse de alemães. 1916-29

Arquivo Histórico-Militar

Boletins Individuais do CEP. Acessíveis em <https://arqhist.exercito.pt>

Memorial Virtual. Acessível em

<http://www.memorialvirtual.defesa.pt>

Fontes

A Guerra, ano 4, n.º 44, Agosto de 1929

CHAGAS, João, *Diário*, Lisboa: Rolim, 1986

CORTESÃO, Jaime, *Memórias da Grande Guerra*, Lisboa: Portugália, 1969

Diário das Sessões do Congresso da República. Acessível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cr>

Diários do Governo, 1914-1918

Ilustração Portuguesa, Lisboa: Empreza do Jornal O Seculo, 1914-1918

MAGNO, David, *Livro da Guerra de Portugal na Flandres, volume II, Porto: Companhia Portuguesa, 1921*

MENEZES FERREIRA, “*João Ninguém Soldado da Grande Guerra. Impressões Humorísticas de 1917-1919, Lisboa: Serviços Gráficos do Exército, 1921.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), tomo I - As negociações diplomáticas até à declaração de guerra, Lisboa: M.N.E., 1995*

Ordem do Exército, 1.ª Série, 4 de Junho de 1920

Jornais locais:

A Regateira

O Milharó

O Saloio

Bibliografia

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos (org.), *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918, Lisboa: Diário de Notícias, 2003*

CALADO, José, *Os redondenses na Grande Guerra (1914-1918). Entre Redondo e as trincheiras de França, Redondo: Santa Casa da Misericórdia de Redondo, 2016*

- CORREIA, Sílvia, *Entre a morte e o mito: políticas da memória da I Guerra Mundial em Portugal (1918-1933)*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2015
- FERGUSON, Niall, *O Horror da Guerra. 1914-1818*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2018
- FRAGA, Luís Alves de, *Guerra & marginalidade. O comportamento das tropas portuguesas em França, 1917-1918*, Lisboa: Prefácio, 2003
- GERALDO, José, *José Maria Hermano Baptista. Um herói na Grande Guerra, 1917-1919*, Lisboa: Prefácio, 2006
- LOURINHO, Manuel, *Prisioneiros portugueses na Alemanha. Primeira Grande Guerra, 1917-1919*, Lisboa: Prefácio, 2006
- OLIVEIRA, Maria José, *Prisioneiros portugueses da Primeira Guerra Mundial. Frente Europeia, 1917-1918*, Porto Salvo: Saída de Emergência, 2017
- OLIVEIRA MARQUES, A. H., *História de Portugal*, vol. III: das Revoluções Liberais aos nossos dias, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991
- MARQUES, Isabel Pestana, *Das Trincheiras com Saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses durante a I Guerra Mundial*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2016
- MEDEIROS FERREIRA, José, *Cinco Regimes na Política Internacional*, Lisboa: Presença, 2006

- MEDINA, João, *Portugal na Grande Guerra. «Guerristas» e «antiguerristas»*. *Estudos e documentos*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986
- SAMARA, Maria Alice, *Sob o signo da guerra. «Verdes» e «vermelhos» no conturbado ano de 1918*, Tese de mestrado em História dos Séculos XIX e XX, secção do século XX, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2001
- SANTOS, Gil Manuel Morgado dos e SANTOS, Gil Filipe Galvão, *De Chaves a Copenhaga. A saga de um combatente. António Pereira dos Santos*, Lisboa: Prefácio, 2008
- SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno, *Portugal e a Guerra. História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais (sécs. XIX-XX)*, Lisboa: Colibri, 1998
- SMITH, John D. Vincent, *As relações políticas luso-britânicas 1910-16*, Lisboa: Livros Horizonte, 1975
- TELO, António José, *Primeira República I. Do sonho à realidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2010

Título:

Nas trincheiras da Flandres. Os cartaxenses do Corpo Expedicionário
Português (1917-1919)

Edição Câmara Municipal Cartaxo

Autores:

Ana Carina Azevedo

Maria Manuel Simão

Design de Capa:

Paulo Simão

Composição Gráfica e Paginação:

Ana Margarida Almeida

Impressão e Acabamento:

Gráfica MVideo * M. Vide & Irmão, Lda.

ISBN:

Depósito Legal:

1ª edição:

Novembro de 2018

Nota: por decisão das autoras, o presente livro não segue o novo
Acordo Ortográfico



2018